

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAR PARA CIVILIZAR E INSTRUIR PARA PROGREDIR**  
Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850

**ROSICLÉR SCHAFASCHEK**  
**FLORIANÓPOLIS**

**1997**

**ROSICLÉR SCHAFASCHEK**

**EDUCAR PARA CIVILIZAR E INSTRUIR PARA PROGREDIR**  
**Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração: Teoria e Prática Pedagógica**

**Orientação: Prof. Dra. Marli Auras e Prof. Olinda Evangelista**

**Florianópolis, junho de 1997**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

*“Educar para civilizar e instruir para progredir”- Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850*

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação em cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 29/07/97**

Dr<sup>a</sup>. Marli Auras (Orientadora)

MSc. Olinda Evangelista (Co-Orientadora)

Dra. Ester Buffa (Examinadora)

Dr. Élio Cantalício Serpa (Examinador)

Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Santos Cunha (Suplente)

*Rosicler Schafaschek*  
*Florianópolis, Santa Catarina, julho de 1997.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Marli Auras e Olinda Evangelista pela orientação nesta pesquisa. O entusiasmo com o tema e o interesse que demonstraram pela consecução deste trabalho foram um grande incentivo para sua realização.

Às colegas Leonete L. Schmidt e Rosmeri Schardong pelas trocas que o companheirismo e interesse comum possibilitaram.

A Sergio R. Lema, companheiro nesta caminhada, por tudo.

Às funcionárias da Biblioteca Pública Estadual e da Biblioteca Central da UFSC - setor de Santa Catarina, pela atenção e cordialidade no atendimento.

À CAPES que financiou esta pesquisa, à Secretaria Estadual de Educação do Paraná e Secretaria Municipal de Educação de Curitiba que me dispensaram temporariamente de minhas atividades, tornando viáveis as condições para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Os jornais publicados na década de 1850 na cidade do Desterro, atual Florianópolis, divulgaram vários artigos tratando de educação. O tema esteve, freqüentemente, na ordem do dia naquele tempo de gênese da instrução pública e ocupou um espaço considerável na imprensa.

Nesta dissertação expõe-se e analisa-se tais artigos considerando que estes são expressão consonante do que ocorria naquele espaço e tempo históricos. Busca-se, assim, compreender os fatores que criavam a exigência de educação, porque se impunha a necessidade de propagar a instrução, quais os problemas enfrentados e as propostas aventadas. Os jornais analisados são de tendência liberal, conservadora e religiosa e, embora tenham propagado imparcialidade, estavam estritamente vinculados ao poder público e aos partidos políticos que se definiam naquela década.

Os artigos direcionavam-se especialmente a duas instituições educativas: a família e a escola. Deste modo, ao par da análise de como se pensava e discutia a educação escolar, observa-se o intento de controle e moralização exercido pelo próprio jornal e a busca de envolvimento dos pais no ato de "formar o coração". Os progenitores, assim como os professores, estavam sendo chamados a desempenhar um importante papel social na conformação do Estado Imperial altamente elitizado e centralizado.

Percebeu-se uma constante referência a necessidade de civilização, a vigilância e crítica aos costumes considerados imorais ou ultrapassados. Os hábitos da grande maioria alheia ao projeto civilizador eram rechaçados e sofriam um processo de inferiorização diante do paradigma europeu.

## RESUMEN

Los periódicos publicados en la década de 1850 en la ciudad del Destierro, actual Florianópolis, divulgaron varios artículos que trataban sobre educación. El tema estuvo frecuentemente en el orden del día durante aquél tiempo de génesis de la instrucción pública y ocupó un espacio considerable en la prensa.

En este texto se exponen y analizan dichos artículos considerando los mismos como la expresión condicente de lo que ocurría en aquél tiempo y espacio históricos. Se busca de esta manera comprender los factores que creaban la exigencia de educación; por qué se imponía la necesidad de propagar la instrucción; cuales eran los problemas enfrentados y las propuestas efectuadas. Los periódicos analizados son de tendencia liberal, conservadora y religiosa siendo que, a pesar de haber propagado la imparcialidad, estaban estrictamente vinculados al poder público y a los partidos políticos que se definían en aquella época.

Los artículos apuntaban especialmente a dos instituciones educativas: la familia y la escuela. De este modo, al analizar la manera como se pensaba y discutía la educación escolar, se observó el intento de control y moralización ejercido por la propia prensa y la búsqueda del involucramiento de los padres en el acto de "formar el corazón". Los progenitores, como así también los profesores, estaban siendo convocados a desempeñar un importante papel social en la conformación del Estado Imperial altamente elitizado y centralizado.

Se notó un constante apelo a la necesidad de civilización, a la vigilancia y crítica de las costumbres consideradas inmorales o anticuadas. Los hábitos de las grandes mayorías ajenas al proyecto civilizador eran rechazados y sufrían un proceso de inferiorización frente al paradigma europeo.

## SUMÁRIO

1 - Introdução.....	p. 5
2- A questão educacional na imprensa do Desterro.....	p.15
2.1-A origem da imprensa catarinense . .....	p.15
2.2- Caracterização dos jornais do período e a questão educacional.....	p.25
3- A educação como força civilizadora.....	p.37
3.1- Desterro em processo de urbanização .....	p.37
3.2- A intervenção da imprensa nos costumes.....	p.50
3.3- A necessidade de “formar o coração”.....	p.63
3.4- O futuro de um menino é obra de sua mãe.....	p.78
4- Um ensino público para civilizar e progredir.....	p.87
4.1- O ensino no Desterro na década de 1850.....	p.87
4.2- Obrigatoriedade escolar e Unidade de ensino.....	p.95
4.3- O funcionamento do Liceu Provincial e a polêmica entre católicos e protestantes.....	p.103
4.4- Rompem-se as barreiras de berço “pode-se nascer sapateiro e morrer ministro”.....	p.113
4.5- Um ensino diferenciado: quem nascer sapateiro morrerá sapateiro.....	p.127
5- Considerações finais.....	p.136
7- Referências bibliográficas.....	p.141
6- Anexos.....	p.148

## 1 - INTRODUÇÃO

Com a intenção de realizar uma pesquisa de caráter histórico em educação me uni a outras duas colegas com o mesmo interesse e constituímos um grupo de trabalho que se estabeleceu pelo incentivo e coordenação das professoras Marli AURAS e Olinda EVANGELISTA. As coordenadoras apontaram a importância de investigarmos a gênese da instrução pública catarinense, tanto pela quase ausência de pesquisas acerca da educação no período imperial como pela necessidade que temos de conhecer as raízes de nosso sistema educativo e do processo social que o constituiu. E assim, enquanto a colega de grupo Leonete L. SCHMIDT buscava compreender, através de documentos oficiais, a constituição da rede escolar pública elementar e Rosmeri SCHARDONG tratava de analisar o ensino secundário pelo estudo do Atheneu Provincial, busquei, por sugestão do próprio grupo, revistas e periódicos que tratassem do tema educacional. Procurava textos destinados à orientação e formação de professores e, no início, não encontrei o material que buscava. Passei então à leitura da imprensa periódica da época imperial tratando de verificar artigos que explanassem a questão educacional.

Logo no primeiro contato com a imprensa, percebi a publicação freqüente de vários artigos sob o título *Instrução Pública*, entre outros que discutiam a questão de modo mais amplo, isto é, para além dos bancos escolares. Diante da quantidade de jornais impressos, limitei-me a leitura daqueles que circularam na década de 1850, período a partir do qual os jornais tiveram edição e circulação numa freqüência regular e sistemática. Pesquisei então, todas as

edições dos nove jornais que circularam naquela década e que, atualmente, compõem o acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

O objetivo desta pesquisa é expor e analisar o que a imprensa do Desterro veiculou acerca da educação naquele período de gênese da instrução pública e, deste modo, buscar uma melhor compreensão da educação em seus elementos historicamente determinantes. Este conhecimento por certo não fica aprisionado ao passado, mas nos ajuda a entender melhor a nós mesmos e ao nosso tempo, pela percepção de como nos temos formado, das possibilidades humanas que se manifestaram/manifestam, das forças que entraram/entram em confronto e de quais prevaleceram/prevalecem no processo social que constituímos e que nos constituí.

O acesso à imprensa tornou possível a percepção de uma importante função pedagógica exercida pelo próprio periódico. Assim, ao par da análise de como se pensava e discutia a educação - objetivo primeiro desta pesquisa - destaquei textos em que se percebe a busca de normatização dos costumes intentada pelo próprio jornal, fato não dissociável da discussão educacional e, sobretudo, um auxiliar da sua compreensão. Assim, não me detive somente no fenômeno da escolarização, mas procurei focar dimensões do processo geral de educação em que estava imersa a população desterrense.

É importante esclarecer que, embora não tenha lido integralmente os jornais - devido à especificidade de meu tema - tampouco me detive somente em artigos que tratassem estritamente da questão educacional. Os textos dos jornais revelam aspectos econômicos, políticos e culturais que permeiam a educação, já que, como é sabido, esta nunca acontece como um fato isolado do contexto em que se insere. Assim, na medida em que auxiliavam na

compreensão da realidade social daquele espaço e tempo históricos, tais artigos foram também considerados neste trabalho.

Parto do entendimento de que a pesquisa histórica tem como finalidade explicar e compreender "a história real" resultante da constituição de alianças, rupturas e enfrentamentos coletivos.<sup>1</sup> Embora me proponha a um objetivo um tanto ambicioso (mas necessário), tenho consciência que esta pesquisa é limitada, tanto pelas fontes consultadas e analisadas como pelas dificuldades metodológicas que todavia enfrento. Em relação ao primeiro limite, entendo que os dados existentes nas fontes consultadas não são indicadores imediatos do processo concreto, antes constituindo-se em chaves para se alcançar a objetividade possível, pois, por certo, há um real por ser desvendado, embora o mundo objetivo seja inexaurível, dada a dimensão e riqueza da práxis humana.<sup>2</sup>

Déa Ribeiro FENELON<sup>3</sup> adverte quanto aos pressupostos de organização e preservação do material que compõem nossa memória histórica. As observações desta autora serviram-me de alerta para o fato dos jornais terem veiculado a voz de determinado grupo social, enquanto outras vozes foram silenciadas, pela própria forma como se privilegiam e se preservam os documentos através do tempo. Nesse sentido, bem ressaltou Jacques LE GOFF ao afirmar que se a história é memória pode ser também esquecimento,<sup>4</sup> pois há um modo histórico de se preservar os documentos. Há consciência, portanto, de que este estudo realiza-se a partir de determinado discurso, o do

<sup>1</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p.57

<sup>2</sup> KOSÍK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p.21 a 32

<sup>3</sup> FENELON, Déa Ribeiro. *Fontes para o estudo da industrialização no Brasil-1889-1945* In: Revista Brasileira de História, ANPUH, São Paulo, 2 (3): p. 79-115, 1982

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *Memória - História*, Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. "Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva." p.13

grupo dominante. Entendo porém, que embora a fonte seja restrita, é possível perceber nela a situação dos “subalternos”, pois não se vive numa sociedade de classes simplesmente, mas sim, numa dinâmica de relações de classes na qual a fala de qualquer grupo social é sempre uma interlocução com outros grupos.

Outra limitação à percepção da contraditoriedade e complexidade do fato educacional no período, pode estar relacionada à própria análise que faço, já que toda pesquisa está circunscrita ao conhecimento e capacidade do pesquisador em emiscuir-se na vida social de um determinado momento histórico. Este fato possibilita, conforme THOMPSON, um melhor questionamento às fontes e a clareza necessária para interpretá-las<sup>5</sup>. Com esta afirmação, o autor enfatiza a necessidade de vigilância ao se produzir conhecimento histórico, pois nem todos os questionamentos às evidências são válidos e, sem o necessário rigor, não se concretiza um diálogo produtivo entre hipóteses e evidências. Consciente de meus limites entendo que esta é “uma leitura”, a que foi possível neste momento. Outras análises, portanto, poderiam ou podem ser produzidas a partir das fontes que utilizo.

Os artigos dos jornais e as demais fontes históricas foram, assim, tomados como indicadores de uma realidade sócio-cultural que, se neles não está diretamente expressa, também não é por eles totalmente ocultada. Constituem-se, então, numa chave para adentrar-se no interior das relações sociais que criaram certas necessidades educacionais e propuseram e elegeram determinadas soluções. Nesse sentido, o jornal é uma fonte privilegiada, um importante meio de expressão da visão de mundo de uma época, ao mesmo tempo em que, colabora na produção e veiculação de determinada cultura. Além de apontar interesses e valores, os

---

<sup>5</sup> THOMPSON, op. cit., p.51 a 54

periódicos são produtores dos mesmos, à medida que disseminam idéias e procuram formar a opinião pública.

Trabalhar com artigos veiculados pela imprensa, implicou em lidar com indícios os quais somente articulados à relações sociais mais amplas, adquirem inteligibilidade. Por sua própria natureza reivindicatória, formadora de opinião e denunciativa, os textos da imprensa não tinham a finalidade de registrar informações precisas e detalhadas acerca da organização escolar. Os jornais como fonte de pesquisa, padecem dos limites próprios de qualquer outro material empírico, tornando-se insuficientes se tomados isoladamente. Neste sentido, o confronto com outros textos produzidos na época, foi fundamental tanto para uma melhor compreensão do fato educacional como do contexto em que a imprensa trabalhou.

Assim, o tema desta pesquisa foi sendo construído no próprio contato com os textos dos jornais - fonte principal deste trabalho - sendo complementado pela verificação dos Relatórios dos Presidentes da Província e relatos de viajantes da época. Obras do historiador e memorialista Oswaldo R. CABRAL, com sua riqueza de detalhes acerca da vida na Ilha de Nossa Senhora do Desterro, foram leituras importantes. Também o estudo de Joana M. PEDRO, *Nas tramas entre o público e privado: A Imprensa de Desterro (1831-1889)*, no qual a autora analisa a imprensa imperial catarinense, foi fundamental para o início da realização deste trabalho.

Para compreender historicamente o conteúdo dos artigos dos jornais faz-se necessário considerá-lo expressão consonante ao que ocorria naquele espaço e tempo determinados. A força persuasiva da educação, a luta contra a natureza são próprias do ato educativo e, para o pesquisador, não se trata de estabelecer julgamento sobre se deveria ter sido feito desta ou daquela maneira, mas verificar a que

propósitos serviu, com que intenção foi estabelecida. Conforme salientou THOMPSON, o processo histórico não é arbitrário, mas ao contrário, tem sua própria regularidade e racionalidade em que os acontecimentos políticos, econômicos e culturais relacionam-se de determinada forma e dentro de determinados campos de possibilidades.<sup>6</sup> Deste modo, ao expor os argumentos e opiniões que circularam acerca da educação no período estudado, procurei compreendê-los como resultantes de uma prática social que criou a necessidade de uma formação educacional específica e de um determinado sistema escolar.

Tomei a educação num sentido amplo, como formação geral, e num sentido restrito, o propriamente escolar, tendo em conta que o ato educativo constitui - a partir das contradições sociais existentes num dado momento histórico - um elemento fundamental na conformação e dinâmica de um determinado Estado, de uma determinada sociedade. Assim, a educação não é apenas uma questão cultural mas, fundamentalmente, uma direção política enraizada no modo de produção, isto é, numa totalidade histórica. As manifestações culturais explicitadas neste trabalho são entendidas como formas de afirmação de grupos sociais e/ou expressão da busca de manutenção do poder de um grupo sobre outro, na garantia de um direcionamento político específico. Analisando as justificativas e argumentos utilizados em favor da educação, dos fatores que criavam demanda por escola, por um determinado tipo de família e de indivíduo, procurei destacar pontos ou aspectos que revelem a direção tomada ou que se pretendeu tomar.

Esta pesquisa tem como espaço a capital Desterro, sede do governo provincial catarinense, núcleo do poder político e econômico que reunia as diversas repartições públicas e possuía o maior porto da Província. Esse porto aproximava-a dos grandes

---

<sup>6</sup> THOMPSON, op. cit., p.61

centros urbanos e caracterizava-a como receptora e difusora de cultura. No decorrer da pesquisa constatei que a década de 1850 foi marcada pela definição dos partidos políticos locais, pela afirmação da imprensa periódica e, pelo mais duradouro governo provincial, o de João José Coutinho. Natural do Rio de Janeiro, graduado bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo e membro do Partido Conservador, J. J. Coutinho tomou posse como Presidente da Província de Santa Catarina em 24 de janeiro de 1850 e permaneceu a frente de sua administração até outubro de 1859.<sup>7</sup>

Na ebulição de pensamentos e idéias do século XIX o novo era anunciado e contrastava com vínculos mantidos com a velha ordem. Esta, herança portuguesa, se percebe no espaço concedido à religião católica e sua influência em todas as instâncias sociais, na política de clientela favorecedora de pequena parcela da população; aquele, inspiração das nações “civilizadas”<sup>8</sup>, se traduz no ideário liberal que anunciava maior participação política e o fim de privilégios restritos à minoria. Como os personagens da vida pública do Desterro, que navegaram pelo chamado “século das luzes”<sup>9</sup>, traduziram ou pensaram em concretizar os ideais de educação? Em quem se inspiraram? Os textos dos jornais tratam da necessidade de difundir a educação ao maior número possível de homens; por que

---

<sup>7</sup> Ilmar R. de MATTOS observou que uma das principais reclamações no regime imperial brasileiro foi a constante alteração dos personagens à frente do governo das Províncias, fato prejudicial a administração, já que os presidentes permaneciam em média 6 meses no governo. Favorecido pelo prestígio que desfrutava no escalão superior do Partido Conservador, João José Coutinho fugiu à regra permanecendo no gerenciamento da Província de Santa Catarina por 9 anos. A influência de Coutinho era tal que, mesmo com a mudança de Ministério na Corte (em 1853 assumia o Gabinete da Conciliação), quando novos presidentes foram selecionados para a maioria das Províncias do país, ele permaneceu intocável no governo catarinense.

<sup>8</sup> Referência aos países do centro do desenvolvimento capitalista, em particular França e Inglaterra, núcleos da revolução política e industrial de fins do século XVIII e início do XIX que inauguraram uma nova era.

<sup>9</sup> Considerando-se a história européia é o século XVIII conhecido como “século das Luzes,” mas na realidade brasileira as idéias iluministas, embora propagadas desde o final daquele século, ganham maior espaço e força no século XIX. São freqüentes as referências nos jornais que indicam este último como o “século das Luzes.”

essa necessidade se colocava? Como se pensava concretizar a formação do “povo”? O que caracterizaria a população educável numa sociedade que mantinha o trabalho escravo? Quais indivíduos e instituições estavam sendo envolvidos neste empreendimento? São questões que esta pesquisa busca responder.

Os termos *civilização* e *progresso* foram utilizados com frequência e tinham um sentido amplo. O termo *civilização* estava relacionado tanto a comportamento urbano, polidez nas atitudes e modo de vida como ingressar no mundo civilizado, construir uma estrutura mental moderna, redefinir uma concepção social de mundo. O termo foi invocado com frequência e em situações diversas. Recorreu-se a ele quando se quis denunciar comportamentos considerados imorais, práticas insalubres, costumes ultrapassados diante do paradigma europeu. O enunciado serviu ainda de inspiração a programas institucionais (da imprensa, de entidades filantrópicas, de associações literárias e recreativas, etc.) e esteve presente como meta a qual se recorreu para justificar e sustentar ações do governo central e provincial.

Progresso seria o avanço da civilização, decorrente do desenvolvimento da indústria. A própria instrução pública era considerada uma atividade industrial, assim como o comércio e a agricultura. O termo parece ligado a um conceito iluminista, o qual, segundo S. T. BINETTI, vincula-se a idéia de possível perfectibilidade humana realizável no mundo dos homens. O progresso teria como fundamento o desenvolvimento da razão e aceitação da mesma por parte do homem como guia do seu comportamento, implicando numa atitude crítica em relação ao processo histórico. À medida que o homem atingisse maior conhecimento obter-se-ia maior progresso social.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Conf. BINETTI, S. T. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª ed., v.II, Brasília: UnB, 1992.

Em relação ao material colhido nos jornais, é necessário esclarecer que entre os textos produzidos e divulgados por personagens locais, há outros artigos transcritos de jornais dos grandes centros do país. Joana M. PEDRO, em seu estudo sobre a imprensa do Desterro de 1831 a 1889, observou que muitas vezes aquelas transcrições serviram simplesmente para completar páginas do jornal, já que, com freqüência, os editores apelavam a qualquer assunto para fechar uma edição.<sup>11</sup> Considerando tal fato, observei que na maior parte das publicações tratando da questão educacional houve o objetivo de comunicação e interação com os leitores, já que o tema apareceu com freqüência nos editoriais e, ao publicar-se textos transcritos de outros locais, os editores preocuparam-se, algumas vezes, em fazer um pequeno texto introdutório ou comentário final. O anexo A traz uma relação dos artigos educacionais, com o local de origem e a seção do jornal em que foram publicados.

Ao transcrever neste texto artigos ou expressões escritos no século XIX optei por manter a linguagem original e, com objetivo de colocá-la em evidência, utilizo a impressão em itálico.

Diante da quantidade e diversidade de artigos compilados dos jornais, classifiquei o material empírico a partir de uma forma de ver a educação na época: cindida nos atos de educar e instruir. Embora haja a compreensão de que uma coisa não ocorre sem a outra, tomei esta cisão na tentativa de compreender o discurso da época, partindo do modo como se colocava a questão. A partir daí, educação seria toda ação que tinha em vista a formação geral do homem, enquanto instrução restringir-se-ia à transmissão de conhecimentos específicos das diversas áreas do conhecimento. Essa maneira de perceber a educação e o destaque dado ao tema são tratados no primeiro capítulo intitulado A questão educacional na

---

<sup>11</sup> PEDRO Joana M. *Nas tramas entre o público e privado: A Imprensa de Desterro (1831-1889)*. Florianópolis: mimeo, 1993, p.45

imprensa do Desterro. Antes desta análise faço uma síntese das origens da imprensa catarinense, os partidos políticos a ela vinculados e caracterizo os jornais do período em estudo.

No segundo capítulo, A educação como força civilizadora, procuro contextualizar e apresentar aspectos do processo de urbanização da cidade e a intervenção dos periódicos nos costumes da população. A partir daí, analiso textos educacionais direcionados à família e à necessidade de envolvê-la no ato de "formar o coração", com destaque ao papel da mulher a qual aparece como "o ser moral" com importante função na formação dos futuros cidadãos.

No terceiro capítulo, Ensino Público para civilizar e progredir, analiso os artigos relativos à educação escolar elementar e secundária, destacando o ensino que se concretizou na década no Desterro, reivindicações e problemas enfrentados com a educação pública, a quem se destinava esse ensino e como deveria ser concretizado.

Por fim, sintetizo algumas análises em relação à demanda existente por educação e as conclusões a que cheguei acerca dos fins que ela cumpria naquele momento histórico.

## 2. A QUESTÃO EDUCACIONAL NA IMPRENSA DO DESTERRO

### 2.1 - A imprensa catarinense:

A Ilha de Santa Catarina, como porta de entrada para o Brasil Meridional, teve sua ocupação diretamente relacionada à função de proteção e conquista de território. Foi considerada, nos primórdios da colonização do país, importante ponto estratégico na garantia do domínio de Portugal sobre as terras sul-brasileiras, assim como para seu objetivo de expansão territorial até a Colônia de Sacramento. Por essa razão, contingentes militares com suas famílias aqui se estabeleceram desde o século XVIII e construíram fortificações em pontos diversos.

Para manter a posse das terras ao sul do Brasil, fortalezas não bastavam; era preciso povoar o lugar. Assim, entre 1748 e 1756, o governo português enviou cerca de 5.000 pessoas<sup>1</sup> das ilhas portuguesas de Açores e Madeira para o litoral sul do país. Esses imigrantes portugueses, em sua maioria, estabeleceram-se na Ilha de Santa Catarina, onde constituíram família e se dedicaram à lavoura. Cultivavam alimento para sua subsistência, para as tropas militares e supriam os quartéis com homens, já que os filhos dessas famílias foram muitas vezes recrutados para a função de soldados.

A administração da Ilha esteve sob responsabilidade de chefes e comandantes militares e, assim, por muito tempo, pela hierarquia militar sabia-se “quem era quem” em Santa Catarina. Os

---

<sup>1</sup> CABRAL, Oswaldo. *Os Açorianos*, s/p/c/, Florianópolis, 1951, p.23

filhos destes, freqüentemente, estudavam em centros maiores e, retornando à terra natal, seguiam carreira política e/ou assumiam cargos administrativos, desta forma, davam continuidade a antigos projetos ou contribuíam para a abertura de novos rumos, possibilitando a renovação da vida político-cultural.

Jerônimo Coelho parece haver contribuído nesse sentido. Nascido em Laguna em 1806, cursou Matemática e Engenharia na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde se envolveu com o movimento liberal que trabalhou pela queda de D. Pedro I e pela reforma da Constituição do país. Vindo servir no Desterro em 1831, logo após a abdicação do Imperador, trouxe na bagagem um prelo e o objetivo de "semear novas idéias."<sup>2</sup> Era um liberal entusiasta e, como capitão de engenheiros, do quartel de seu batalhão distribuía o jornal *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, inteirando a população da Ilha das ocorrências na Corte e espriando idéias anti-lusitanas.

No contexto de independência política recém-proclamada, o grupo liberal procurava extirpar a influência do elemento lusitano, bastante enraizado na Corte brasileira, em que exercia atividades comerciais mantendo privilégios antigos através do Partido Português. Muitos portugueses estavam à frente do governo, como, Miguel de Souza Melo e Alvim, presidente da Província de Santa Catarina (1830 a 1831). O objetivo do movimento liderado por Jerônimo Coelho era a deposição de Alvim. Juntamente com os demais liberais brasileiros, pretendia a criação de Assembléias Provinciais, dentre outras reivindicações.

Em 11 de agosto de 1831 Jerônimo Coelho imprimiu o primeiro jornal da Província, *O Catharinense*, que trazia suas duas

---

<sup>2</sup> BOITEUX, Lucas. *Imprensa de Santa Catarina*. Cópias datilografadas de artigos do jornal *O Estado*, 1915. Biblioteca Pública, p.3

únicas páginas eivadas de pressupostos iluministas e sonhos de liberdade. Divulgado na cidade do Desterro, provocou, segundo Lucas BOITEUX, uma “ruidosa alegria principalmente pela mocidade amante das letras, que nele iria encontrar a suspirada arena para os seus torneios literários e políticos”.<sup>3</sup>

Através desse periódico, Jerônimo Coelho convidava o público a “comunicar (...) pensamentos e idéias, e dessa arte as luzes se (propagariam) com rapidez e facilidade”.<sup>4</sup> Reunia e comandava um grupo disposto a pelejar, muitos deles “saturados de ódio contra o elemento português que, em detrimento dos nacionais, absorvia quase todas as posições oficiais e cargos públicos.”<sup>5</sup> Envolvido no movimento liberal brasileiro fortalecido com a abdicação do primeiro Imperador,<sup>6</sup> criou no Desterro, nesse mesmo ano de 1831, a Loja Maçônica Concórdia.

Contribuiu ainda com a política e cultura local ao organizar a Sociedade Patriótica de Santa Catarina, a qual divulgou o jornal *O Expositor*. Este, em sua nona edição, trouxe um artigo tratando da necessidade de criação de um estabelecimento literário de livre acesso aos desterrenses. Pessoas “ilustres” e ligadas ao

<sup>3</sup> BOITEUX, Lucas. *A Instrução Pública em Santa Catharina*, texto datilografado do Jornal do Comércio de 11-3-1945

<sup>4</sup> CALLADO JR., Martinho. *Imprensa Catarinense resumo histórico 1831-1969*. In: EL-KHATIB, Faissal (org.) *Historia de Santa Catarina*. v. III. Curitiba: Grafipar, 1970. p.125.

<sup>5</sup> BOITEUX, José Arthur - *Os Partidos Políticos de Santa Catarina*, v.78, Livraria J. Leite, Rio de Janeiro. In: *Revista do Instituto Histórico - Primeiro Congresso de História Nacional*, p.910

<sup>6</sup> De acordo com Emília Viotti da COSTA as primeiras manifestações liberais no Brasil datam de fins do século XVIII e primórdios do século XIX, período em que as reivindicações de liberdade de comércio, de manifestação de pensamento, a igualdade de todos perante a lei e de um governo representativo, eram comuns a todos os revolucionários. Com a emancipação política do país ocorreu a contenção das reivindicações revolucionárias, as quais só retornaram com o movimento pela abdicação do imperador D. Pedro I. Alcançado o objetivo central (a renúncia do 1.º Imperador) o matiz revolucionário dos liberais perdeu espaço para preocupações com a manutenção da ordem. Evaristo da Veiga, considerado liberal radical, após a abdicação protestava contra jornalistas exploradores do “conflito de classes” e a ira das raças, e queixava-se destes desacreditarem os homens que, como ele, preocupavam-se com a manutenção da ordem. (Conf. COSTA p.119-138.)

movimento liberal colocaram seus livros à disposição. Assim, por ocasião dos festejos do aniversário da Constituição do Império - 19 de abril de 1832 - fundou-se um Gabinete Público de Leitura com 800 volumes, instalado numa das salas da referida sociedade.<sup>7</sup>

A Sociedade Patriótica, com sede em vários pontos do país, tinha a finalidade de reformar a Constituição, sendo uma de suas missões a instalação da Assembléia Provincial. Atingido esse objetivo e tendo dificuldades financeiras de sustentação, dissolveu-se em fevereiro de 1836 e, com ela, o Gabinete Público de Leitura. Os livros foram devolvidos aos doadores e o prelo da tipografia incorporado aos bens da Província.<sup>8</sup>

Até o ano de 1849, além do precursor *O Catharinense* e do já citado *O Expositor*, circularam outros periódicos pelo Desterro, mas que também tiveram vida efêmera. Entre eles destaca-se *O Relator Catarinense* de 1845 que deu cobertura à visita do Imperador a cidade e o jornal liberal *O Conciliador*, criado em 1849 e que vigorou até 1851.<sup>9</sup> A imprensa da época era um empreendimento individual e subsistia, com freqüência, graças ao vínculo que mantinha com partidos políticos ou com as subvenções do poder público.<sup>10</sup> Assim, mesmo declarando-se imparcial, o jornalismo tinha um caráter eminentemente político-partidário.

<sup>7</sup> Conf.. BOITEUX, Lucas A. *A Instrução Pública em Santa Catharina*, texto datilografado do Jornal do Comércio de 11-3-1945

<sup>8</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro* - Memória I, Florianópolis, UFSC, 1972, p.92 e 93

<sup>9</sup> Apesar deste periódico ter adentrado a década de 1850, seus artigos não foram objetos desta pesquisa já que esta restringe-se aos jornais manuseáveis, catalogados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e, de *O Conciliador*, encontrou-se apenas referências.

<sup>10</sup> Em entrevista publicada no jornal *A Ponte*, n.89, 1.ª semana de maio de 1961, p.5, Oswaldo R. Cabral observa que, como nesta época não havia Diário Oficial, os decretos, leis e atos oficiais eram publicados em jornais contratados pelo governo. Sendo assim, embora não houvesse oficialmente uma censura prévia aos jornais, os contratos para divulgação eram feitos com o editor que apoiava o governo e rescindido caso o desagradasse. Este vínculo com o poder público, na análise deste autor, garantia a sobrevivência do periódico e representava também um reforço nas

A segunda metade do século XIX foi um tempo de crescimento para a capital catarinense, marcado por realizações que contribuíram para o desenvolvimento da vida cultural da cidade. Como consequência de recursos acumulados no comércio e transporte de mercadorias, principalmente da farinha de mandioca, houve um aceleração no processo de urbanização do Desterro, despontando os interesses de um novo grupo, constituído fundamentalmente por negociantes ligados ao transporte de mercadorias, armadores e agenciadores de navios.

As atividades portuárias geraram uma espécie de “embrião burguês”<sup>11</sup> ocorrendo uma nova configuração na elite da cidade. Houve então, um acirramento de interesses e o incremento nas disputas locais, sendo que a Província, durante muito tempo *virgem de cabalas*,<sup>12</sup> passou a ter a imprensa como meio de defesa de posições e candidatos. Em época de eleições, portanto, o jornalismo deixava cair sua máscara de imparcialidade, amalgamando interesses e reunindo as facções em torno de objetivos comuns. Um dos litígios da época ocasionou grande celeuma: o local para construção do mercado público da cidade. Desde a década de trinta do século XIX discutia-se o aspecto anti-higiênico do comércio instalado no Largo da Matriz ou do Palácio, principal logradouro da cidade. Tal comércio constituía-se de “barraquinhas” armadas de forma irregular na parte baixa da praça, junto ao mar, onde se vendiam gêneros alimentícios produzidos no interior da Ilha e também pescados, muitas vezes mantidos para venda nas próprias canoas que chegavam à praia.

---

matérias pois quando, por algum motivo, atrasavam as notícias da Corte tornava-se difícil fechar uma edição.

<sup>11</sup> PEDRO, Joana Maria. *Nas Tramas entre público e privado: A Imprensa de Desterro (1831-1889)* Florianópolis, mimeo, 1993 p.16

<sup>12</sup> Relatório do Presidente da Província, Antonio Pereira Pinto, apresentado à Assembléia Legislativa em 30-11-1849.

Cabala era um termo bastante utilizado na época para referir-se ao ato de aliciamento de votos.

Um grupo de cidadãos, encabeçado por Jerônimo Coelho, desde 1831 reivindicava a demolição dessas tendas comerciais.<sup>13</sup> No mês de abril desse ano, a Câmara Municipal de Desterro enviou ofício ao presidente da Província solicitando a remoção das barracas com o seguinte argumento:

*...reconhecendo a C. M. damno publico resultado das barracas por conta da Fazenda Nacional alugadas a pessoas immorais e athé escravos e que desde a sua origem tem sido receptaculo de roubos e lugar de todo genero de prostituições...*<sup>14</sup>

O grupo de pessoas preocupado com a higienização e moralização desse espaço público teve seus reclamos atendidos somente no ano de 1845, por ocasião do anúncio da visita do casal imperial. Nessa época, com objetivo de embelezamento da capital, essas tendas comerciais foram transferidas para um terreno baldio localizado nas proximidades da ponte do Vinagre e do Forte Santa Bárbara, hoje Capitania dos Portos. Desse modo, a capital apresentar-se-ia mais urbanizada para receber a importante visita.

Tão logo o Imperador deixou a cidade, um grupo de cidadãos, liderados por João Pinto da Luz, apresentou ao governo da Província 62 assinaturas solicitando o aproveitamento do espaço criado com a remoção das barracas para, naquele lugar, construir o Mercado Público da cidade. Outros 144 subscreveram documento solicitando a edificação do mercado no local onde se encontrava instalado naquele momento o comércio, isto é, nas proximidades do

---

<sup>13</sup> Joana M. PEDRO observa que os Liberais “tendiam a reivindicar projetos mais ‘modernizadores’ para a cidade, encabeçados por lideranças ‘ilustradas’ e que tinham um ‘sonho de cidade’ formado em outros centros,” enquanto os Conservadores “pareciam mais presos aos costumes da terra e aos ganhos que, embora pudessem ser de pequena monta, poderiam ser mantidos, se a situação não fosse por demais modificada.” PEDRO, Joana M., op. cit., p.20-21

<sup>14</sup> P.M.F. L.º 583, apud CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio. *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis* - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p.75

Forte Santa Bárbara. À frente deste grupo, estavam Francisco Duarte Silva e o farmacêutico Amaro Pereira.

Essa disputa catalizou as forças locais e culminou na formação de dois grupos no interior da elite desterrense, cujas lideranças tornaram-se adversárias políticas, desencadeando a formação dos dois primeiros partidos políticos da Província. Os primeiros se auto-denominaram "cristãos," enquanto os que demonstraram preocupação com a urbanização da cidade receberam daqueles a alcunha de "judeus."

Acabou sendo definido como local para a construção do mercado, a parte baixa da praça junto ao mar, e o edifício foi elevado em 1851.<sup>15</sup> Essa disputa e a vitória dos cristãos marcou a vida local a ponto de exercer influência no pleito que elegeria o ocupante da única vaga que cabia à Província na representação nacional - a Assembléia Geral do Império.

Em torno do candidato Jerônimo Coelho, figura pública já consagrada não só na Província como no Império,<sup>16</sup> alinharam-se militares e pequenos funcionários. Do outro lado, estava a família Luz, defendendo a candidatura de Joaquim Augusto do Livramento, bacharel recém-formado pelo curso jurídico da Academia de São Paulo. Sua base eleitoral constituía-se de funcionários de escalões

---

<sup>15</sup> João Pinto da Luz e o comendador Agostinho Leitão de Almeida administraram essa obra e, juntamente com Henrique Schütel, José Caldeira de Andrade, D. Maria Joaquina da Luz, Francisco Duarte Silva, Marcos Antonio da Silva Mafra, entre outros, emprestaram dinheiro à Província, por três anos, para conclusão do Mercado e, segundo Coutinho, sem prêmio algum. Conf.. Fala do Pres. da Prov. de 1851 p.17 e 18.

Essa edificação do mercado foi demolida 45 anos depois, construindo-se outro em 1898, o qual permanece até os dias atuais.

<sup>16</sup> Jerônimo Coelho foi eleito deputado na primeira legislatura da Assembléia Provincial em 1835, tendo sido reeleito várias vezes, inclusive como deputado à Assembléia Geral do Império, em 1838. Alcançou prestígio nacional exercendo a função de diretor da Escola de Aplicação do Exército e assumindo o Ministério da Marinha e da Guerra. Sempre que retornava ao Desterro, era recepcionado com grande festa e alegria, manifestadas por seus conterrâneos.

mais elevados e destacados comerciantes que investiram soma considerável nas eleições de 1847.<sup>17</sup>

Através da imprensa as duas facções deflagravam golpes, incansavelmente, uma contra a outra. José Arthur BOITEUX observou que, nas crônicas da época sobre a tumultuada eleição, lia-se que “nos velhos, nas mulheres e nas crianças lavraram as mesmas paixões que nos homens feitos.”<sup>18</sup> E nas praças, nas ruas, nas portas das igrejas, nos comícios, nas moradias, enquanto parte dos catarinenses gritavam - *Viva o Christo!* - outros respondiam: - *Viva o Rei dos Judeos!*<sup>19</sup>, exibindo como distintivo em seus chapéus fitas brancas ou pretas, conforme o candidato defendido.

Em meio a essas intrigas eleitorais, despontaram no cenário político e literário a pena do padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva e a do mestre-escola do Ribeirão da Ilha, Marcelino Antonio Dutra. Este último publicou o poema satírico *Assembléa das Aves* no qual Jerônimo Coelho era qualificado como Cisne, frente ao candidato cristão, igualado à ave Quero-quero.<sup>20</sup>

Marcelino Dutra era agricultor da freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e, alfabetizado já adulto, tornou-se professor. Ensinava as primeiras letras em sua localidade, donde saía de canoa diariamente nos meses de março e abril (era esse o período de reunião da Assembléa Provincial), para participar, no Desterro, dos trabalhos para os quais havia sido eleito em 1844. Por sua origem rude, e talvez pela audácia de enfrentar os cultos e

<sup>17</sup> A família Luz destinou a soma de quarenta contos de réis para as despesas de seu candidato. Esta quantia, segundo o mesmo autor, era uma considerável soma. Conf. BOITEUX, José Arthur, op. cit. p.921

<sup>18</sup> Idem, p.920

<sup>19</sup> DUTRA, Marcelino Antonio. *Assembléa das Aves*, Typografia do Mercantil, Rio de Janeiro, 1847, prólogo do editor p.V.

<sup>20</sup> *Assembléa das Aves* é um poemeto em quatro cantos, de 33 versos cada um, em que os personagens da política catarinense são representados por aves que discutem, confabulam entre si e fazem raciocínios humanos.

poderosos com suas rimas e versos, foi denominado por seus opositores como *Poeta do Brejo*.

O padre Paiva realizou estudos de teologia no Seminário de São José, no Rio de Janeiro, subsidiado pelo governo provincial. Regressando ao Desterro, conciliou as atividades eclesiásticas com as de jornalista, poeta, professor e especialmente de político e orador. Nas eleições de 1847, distribuía-se rimas e versos concitando o povo a votar num ou n'outro candidato. E a "musa do 'Padre Cantiga' enfrentava com galhardia a do 'Poeta do Brejo.'" <sup>21</sup> Impressa na tipografia provincial circulou uma "modinha" escrita *por hum cristão* e oferecida à *Eleitoral Sociedade Christã* (Anexo B). Tudo indica que o padre Paiva tenha sido o autor de tais versos. Marcelino Antonio Dutra, por outro lado, não obteve espaço na imprensa local para publicar seu poema, recorrendo a Jerônimo Coelho que conseguiu a impressão na tipografia do jornal Mercantil do Rio de Janeiro.

Os membros do partido cristão exploraram a religiosidade do povo, tornando difícil, à população desterrense e do interior da Província, ficar indiferente ao apelo de que seria melhor *ser Christo vencido do que Judêo vencedor* ou à solicitação às mães para que ensinassem seus filhos a dizer *Eu sou Christão*. O conservador Joaquim Augusto Livramento alcançou a vitória, elegendo-se com considerável vantagem de votos, enquanto o partido liberal vencia em quase todas as demais Províncias do Império.

O voto censitário caracterizava as eleições da época. A partir de uma concepção elitista, que desqualificava a maior parte da população, excluía-se além de mulheres, escravos e índios, os que não professavam a fé católica e os que não atingissem um mínimo de

---

<sup>21</sup> BOITEUX, José Arthur, op. cit. p.919

renda.<sup>22</sup> Porém, apesar do sistema de representação política manter-se bastante restrito, ocorria, à medida em que se afirmava o governo representativo, um envolvimento maior da população - haja vista às eleições de 1847 - e o poder de escolha e decisão estendia-se a um maior número de cidadãos, embora indiretamente.<sup>23</sup>

Em relação à votação é necessário ressaltar ainda que as eleições eram paroquiais e a votação ocorria nas sacristias, sendo que, antes do pleito, “para que o Espírito Santo acudisse com as suas luzes o espírito meio nebuloso das criaturas, ainda meio submerso nas trevas insondáveis da ignorância, rezava-se missa votativa...” clamando pela inspiração dos eleitores e pela boa atuação daqueles que obtivessem maior número de votos.<sup>24</sup> Considerando-se o fato de o poder político e eclesial estarem vinculados e, diante da força e influência que os páracos exerciam sobre a população - já que eram dos poucos instruídos na comunidade - muitos deles foram eleitos para cargos político-administrativos como o de deputado provincial.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> As eleições realizavam-se em dois graus sendo que o número de residentes de uma paróquia determinava um certo número de votantes - chamados cidadãos ativos (renda líquida anual de 100\$000)-, estes escolhiam os eleitores (renda anual de 200\$000) que elegeriam os Deputados às Assembléias Geral e Provincial, (a renda mínima para candidatar-se à deputado era de 400\$000) assim como os vereadores. In: MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Editora Ática, 1994., pág.61.

<sup>23</sup> Discutia-se desde a instalação do voto distrital (praticado entre 1855 e 1875) a substituição da eleição indireta pelo sistema de representação direta, mediante a supressão do intermediário na relação representante / representado. Membros do Partido Liberal criticaram a estrutura de poder do Brasil Imperial e defenderam sistematicamente o sufrágio universal, embora com a certeza de que o sistema eleitoral seria dotado de mecanismos próprios de controle de modo a salvaguardar sua hierarquia. Conf. ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 67 e 68

<sup>24</sup> CABRAL, Oswaldo. Notícia v.2, p.174-7

<sup>25</sup> Da década de 1850 podemos destacar além do padre Paiva, eleito para mandatos entre 1846 e 1856 (quando deixou temporariamente a cidade voltando a atuar como deputado no decênio de sessenta), os padres Pedro Francisco da Cunha, Joaquim Eloi de Medeiros, Miguel Francisco Fernandes, Macário Cesar de Alexandria e Sousa e Manoel João da Silva. Conf. CABRAL, Oswaldo R., Memória II, p.80

As agremiações políticas de Cristãos e Judeus, mais tarde denominados Conservadores e Liberais,<sup>26</sup> apresentavam divergências mais pessoais do que propriamente ideológicas. Eram disputas por interesses de um grupo que despontava e outro que buscava manter-se, porém, circunscritas num mesmo horizonte político. Quando João José Coutinho assumiu a administração da Província, em 24 de janeiro de 1850, os “cidadãos ativos” do Desterro distinguiam-se em dois campos adversários que, pela imprensa, divulgavam suas posições e procuravam formar a opinião pública.

## 2.2 - Caracterização dos jornais do período e a temática educacional:

Contraopondo-se ao periódico liberal *O Conciliador*, que circulava há um ano na cidade, e sustentando os princípios políticos do partido cristão, surgiu em 1850 o *Novo Iris - Jornal Politico, Litterario, Industrial e Mercantil*. Trazia como epígrafe um verso de Camões, provavelmente relacionado com a tumultada eleição de 1847, cujo clima de disputa manteve-se por alguns anos:

*Depois de procellosa tempestade  
Nocturna sombra e simbilante vento,  
Tras a manhã serena claridade  
Esperança de porto e salvamento*

*Camões, Lus. cant. 4*

<sup>26</sup> Dois anos depois de seu surgimento filiaram-se o partido Judeu aos “Luzias” (liberais) e o partido Cristão aos “Saquaremas”(conservadores), as duas agremiações partidárias existentes no país neste período. In: BOITEUX, José Arthur, op. cit, p.930

O jornal era redigido pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva que havia se unido a João Pinto da Luz na missão de difundir interesses do Partido Cristão. Tal incumbência foi desempenhada habilmente, pois o Padre Paiva “tinha o segredo de transformar a pena em clava justamente temida.”<sup>27</sup> Em julho de 1851, Manoel Ferreira da Costa tornava-se o novo editor dessa folha, divulgada às terças e sextas-feiras com quatro páginas e três colunas.

Em 1852, os conservadores venceram as eleições para a Assembléia Provincial e o jornal *O Conservador* substituiu o *Novo Iris* na publicação das notas oficiais. Trazia como epígrafe uma frase do Marquês de Maricá: *A unidade se destróe quando as facções se consideram inteiros*. Tal inscrição pode estar relacionada com o clima propenso à conciliação partidária que se instaurava no país, e a qual João José Coutinho, como Presidente da Província, propunha às lideranças locais.<sup>28</sup>

*O Conservador* foi editado e impresso sob responsabilidade de Antonio Francisco Viana até 29 de junho de 1855. Nessa data, Viana sofreu processo por crime de injúria, devido a uma carta anônima publicada na seção de correspondências de seu jornal e foi condenado a dois meses de prisão. *O Conservador*, publicado às terças e sextas-feiras com quatro páginas e três colunas, prosseguiu com novo editor: o professor de primeiras letras, José Joaquim Lopes que o conduziu até dezembro de 1855.

*O Correio Catharinense* - jornal comercial, noticioso e literário - foi órgão do partido liberal e editado na tipografia de Germano Antonio Maria Avelim. Divulgado de novembro de 1852 a

<sup>27</sup> Idem, p.919

<sup>28</sup> Ao assumir a Presidência da Província em 24 de janeiro de 1850, João José Coutinho, apesar de membro do Partido Conservador, distribuiu os cargos entre Cristãos e Judeus. Esta prática fazia parte da política de Conciliação Nacional, inaugurada a partir de 1849 a qual tinha como estratégia o uso do clientelismo na cooptação de liberais pouco convictos. Conf. ADORNO, Sérgio, op cit.

novembro de 1854, era semanal saindo às quartas-feiras, com quatro páginas e três colunas. A primeira página deste jornal, ao invés da epígrafe contida nos jornais anteriormente citados, trazia uma vinheta anunciando a indústria e as artes-ofícios. (Anexo C)

Circulou durante um ano, no período de agosto de 1852 a agosto de 1853, um jornal religioso que se dizia também literário, sob os auspícios do Clero Catarinense: *A Revelação*. Redigido pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, que em 1851 foi ordenado vigário da cidade, era divulgado aos sábados com o objetivo de:

*...propagação da moral Evangelhica e ao incremento de nossa Augusta Religião, advogando seus legítimos interesses, e publicar (...) qualquer artigos de Litteratura, que utilisem a instrucção e a moralidade publica. [A juventude] encontrará neste pequeno jornal muitas noticias scientificas e moraes em um estilo conciso e variado para facilmente reterem em memoria, e dest'arte enriquecerem seo espirito de conhecimentos uteis.<sup>29</sup>*

O primeiro número foi distribuído gratuitamente, provavelmente entre as famílias “de bem,” ou melhor, “de bens” do Desterro (tendo em vista que almejava assinaturas) e, segundo prospecto que acompanhava essa primeira edição, as assinaturas poderiam ser feitas nas casas dos senhores Alexandre Francisco da Costa, rua Augusta n.13, atual rua João Pinto, e Anastácio Silveira de Souza, Largo do Palácio, ou, ainda, na própria tipografia de Germano Maria Avelim, a mesma que imprimia o periódico liberal.

Nesse prospecto, o padre Paiva solicitava aos leitores que não se desfizessem do jornal pois, ao final de um ano, contemplaria seus assinantes com um frontispício, um índice e uma lista com os nomes das famílias assinantes. Assim, o periódico poderia ser acomodado de modo a formar uma revista. De fato, esse

<sup>29</sup> Prospecto a 1ª edição de *A Revelação*

jornal tem características distintas dos demais que circularam pela cidade no período: tamanho reduzido, com apenas duas colunas e sem as propagandas e anúncios comuns aos demais.

Em 1856 José Joaquim Lopes comprou o prelo da Tipografia Provincial e editou um dos jornais de maior duração do período imperial catarinense: *O Argos da Província de Santa Catarina*, o qual viria substituir o jornal *O Conservador*.

Mestre Lopes, como também foi conhecido, nasceu na Bahia em 24 de outubro de 1803. Ao chegar em Santa Catarina, exerceu a função pública de professor de primeiras letras na então vila de Laguna. Logo se impôs no magistério catarinense, tornando-se conhecido por seu rigor. Tendo sido soldado do Batalhão dos Periquitos, que fez a campanha da Independência política do país, estava habituado a uma rígida disciplina e, assim, “trazia a rapaziada brejeira (...), freqüentadora de sua escola, sob a constante ameaça de uma palmatória monstruosa, rija e afinada... Ai daquele que não trouxesse as unhas bem limpas e aparadas, que não soletrasse cantando as letras A B C e a taboada das patacas e cruzados!”<sup>30</sup>

José Joaquim Lopes foi eleito deputado provincial por várias legislaturas, exercendo ainda a função de professor particular no Desterro. Divulgava seu jornal primeiramente duas vezes na semana, passando depois a três edições semanais e, a partir de 1861, tornou-se o primeiro jornal publicado diariamente, com exceção dos domingos. Sua última edição é de dezembro de 1862.

O nome - *O Argos* - era referência a uma personagem mitológica de cem olhos numa alusão à função vigilante a que se propunha. Neste sentido, Lopes fez da imprensa a sua lousa e não poupou espaço para criticar a administração do Presidente Coutinho,

---

<sup>30</sup> BOITEUX, Lucas A. A Instrução Pública em Santa Catarina. Texto do *Jornal do Comércio* de 11-3-1945

especialmente as questões relativas à educação pública. Tornou-se, com o tempo, um aferrado opositor do governo provincial, apesar de ambos serem filiados ao Partido Conservador.

*O Mensageiro*, jornal industrial, noticioso e literário, dirigido pelo jovem liberal Manoel da Silva Mafra, enfrentava o discurso de José J. Lopes, divulgado através de *O Conservador* e depois em *O Argos*. Tinha como redator Bernardino Varella, o qual cursou humanidades na escola do padre Paiva, do qual era afilhado e protegido.<sup>31</sup> Esse periódico, editado na tipografia Catarinense de Germano A. Maria, permaneceu em circulação de setembro de 1855 até dezembro de 1857, publicado inicialmente em tamanho menor, nas quartas e sábados, passando depois para as quintas e domingos, em folha maior e com três colunas.

José Joaquim Lopes editou, paralelamente, em 1858, *O Santelmo*, uma espécie de satélite de *O Argos* com objetivo de reforçar o enfrentamento ao *O Cruzeiro do Sul*, jornal liberal que apoiava o Presidente Coutinho. Suas quatro páginas, em tamanho reduzido, traziam apenas duas colunas, apresentando-se diferente dos demais pela margem desenhada em suas bordas. O editor avisava, em primeira página, que seriam aceitos e impressos gratuitamente qualquer artigo que fosse de interesse geral, com preferência para os que tratassem de religião e instrução. *O Santelmo* recebia intensa colaboração do padre Paiva, amigo de José Joaquim Lopes o qual, nessa época, devido a desavenças com o Presidente da Província, residia no Rio Grande do Sul.

Em outubro de 1858 esse órgão passou a chamar-se *Bota-Fogo* e sofreu outras modificações. Foi publicado sem a margem

<sup>31</sup> Conf. SOARES, Iaponan. *Marcelino Antonio Dutra - Um aspecto formativo da Literatura Catarinense*. Porto Alegre: Sulina, 1970, p.82

Em 13 de novembro Varella demite-se da função argumentando não poder seguir trabalhando em *O Mensageiro* pelo fato deste jornal passar a ter um caráter parcial. Conf. nota divulgada em *O ARGOS* n.90, 14-11-1856, p.2

na borda da página e passou a trazer como emblema a mesma vinheta publicada pelo *Correio Catharinense*, o jornal de tendência liberal que circulou no princípio da década. Seguiu com a mesma proposta de imprimir gratuitamente qualquer artigo de interesse geral, dando preferência àqueles que tratassem de educação e religião. Teve vida curta, sustentando-se por dois meses.

O tenente e farmacêutico Amaro José Pereira, o Comendador José Maria do Vale e José Bonifácio Caldeira de Andrada (este último, comerciante e deputado provincial, inimigo de José Joaquim Lopes), foram colaboradores e responsáveis pelas subscrições do órgão liberal *O Cruzeiro do Sul*, divulgado a partir de 7 de março de 1858, trazendo como subtítulo a inscrição: *Jornal da Instrução Publica*.

Editado por Francisco Vicente Avilla, saía da Tipografia Catarinense às quintas-feiras e domingos, com quatro páginas e três colunas. Em novembro do mesmo ano, passou a chamar-se *Cruzeiro do Sul - Jornal Politico, Literário e Noticioso* e foi auxiliado pelo governo, fato que desencadeou a ira do conservador José Joaquim Lopes. Dos nove periódicos analisados é o único que traz divulgado o local onde moradores do interior da província poderiam fazer suas assinaturas.

Oswaldo R. CABRAL ressaltou a divulgação de outras folhas, por iniciativa particular ou de grupos alheios às agremiações políticas. Segundo esse historiador, essas não passaram dos primeiros números por falta de sustentação financeira, já que não pretendiam vínculos com partidos políticos. Deve ter sido este o caso de *O Futuro*, impresso na tipografia Catarinense, e de *O Lavrador*, cuja

iniciativa era de um jovem estudante que encantava o público com suas litografias.<sup>32</sup>

Os periódicos traziam impressas as discussões que se travavam nos locais onde se reuniam, informalmente, os homens públicos do Desterro. Boiteux considerou a “botica do Amaro” e o “negócio do João Pinto” como prováveis lugares destes encontros.<sup>33</sup> Ali eram vendidos também jornais de outros centros urbanos trazidos pelos vapores que aportavam quase diariamente no Desterro: *Jornal do Comercio*, *Correio Mercantil*, *A Patria*, *Revista Comercial*, *Correio da Victoria*, a *Astrea*, do Rio de Janeiro, o *Pharol*, de São Paulo, o *Universal*, de Ouro Preto, entre outros.

Divulgados entre “letrados,” eleitores e elegíveis, os periódicos atingiam parte da população. Porém, sua relevância não pode ser analisada considerando-se apenas o limitado círculo de leitores. A imprensa teve importância à medida que expressou interesses e contribuiu na formação dos grupos que dominavam cargos do poder público e direcionavam a vida político-cultural da Província.

Lê-se na primeira edição do jornal *O Mensageiro*:

*‘O que é o jornalismo.(...) É a intervenção permanente e activa do pays em seus proprios negocios.’ Assim o pays, o povo ha de se fazer ouvir, de intervir nos interesses nacionaes. Felizmente a civilização lhe deu um meio! Felizmente o povo tem sua tribuna - a imprensa!*

*É por meio dela que nos illustramos e que illustramos nossos concidadãos, examinando os nossos interesses, dicutindo-os, esclarecendo assim e dirigindo a opinião publica.*<sup>34</sup>

<sup>32</sup> Conf.. CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Detêrro-Memória*, v.1, UFSC, 1972, p.159

<sup>33</sup> Conf.. BOITEUX, José Arthur. op cit., p.928 e 929.

<sup>34</sup> O MENSAGEIRO n. 71, 24-5-1856,p.2, c.2 (os grifos não são do original)

Mesmo atingindo uma minoria, a imprensa colocava-se como porta-voz dos interesses do povo, ao mesmo tempo que se propunha a esclarecer seus leitores. Explicitava-se claramente que os conhecimentos prestados tinham o objetivo de conduzir opiniões, orientar o pensamento na obtenção de adesões a um ou outro projeto político.

A maioria da população não tinha acesso à leitura ou à publicações nos jornais mas, nem por isso, deixava de se manifestar. Protestava através de pasquins fixados em edifícios públicos ou nas portas das casas e igrejas. *O Novo Iris* publicou em 1850, um ofício enviado ao Juiz da Capital remetendo-lhe o corpo de delicto feito sobre pasquins affixados na porta da Matriz da Freguesia da Lagoa para, ao descobrir-se seu autor ou autores, pudessem ser punidos como é mister, para emenda dos mesmos e exemplo d' outros.<sup>35</sup>

Os periódicos tiveram um papel fundamental na propagação da "civilidade", desejada em primeiro lugar pela elite católica e proprietária, a qual dava-se conta da necessidade de um mínimo de unidade para garantir-se no poder. Deveria também, através do exemplo e instrução, ser incorporada por todas as pessoas livres que compartilhavam o espaço urbano ou por aquelas consideradas, ao menos pelo nome, brasileiras. Através dos jornais, vigiava-se o comportamento da população ao mesmo tempo que se prescrevia uma conduta "civilizada."<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> O NOVO IRIS n.8, 5-4-1850, p.1, c.2

<sup>36</sup> O papel normatizador dos costumes assumido pelos jornais foi assinalado nos trabalhos de ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral- Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, PUC, 1989; de OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro(1838-1887)*. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, 1990; e no estudo realizado por PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre público e privado: A Imprensa de Desterro (1831-1889)*, Florianópolis, Mimeo, 1993

O tema educacional ocupou nos periódicos um espaço considerável e, muitas vezes, privilegiado entre os diversos artigos em que se discutia política, ciência, saúde, religião e comportamento. *O Conservador* trouxe uma de suas edições praticamente tomada pelo tema da instrução pública, chegando a ocupar, numa sexta-feira de outubro de 1855, mais da metade do jornal. Tal fato, somado à existência de um “jornal da instrução pública,” indicam que a questão educacional estava na ordem do dia. Os jornais traziam impressos também os relatórios anuais do Presidente da Província, as Posturas Municipais (espécie de código de convivência urbana), folhetim literário, notícias locais e da Corte e pensamentos morais.

Alcançar o ideal da civilização colocava-se como condição fundamental para a elite superar ou manter-se afastada da barbárie, prosseguindo em direção a segurança e ao bem estar. Os jornais eram unânimes em declarar a instrução como elemento fundamental no processo de civilização. O tema educacional apareceu, assim, com força civilizatória. Educar não somente a elite mas os demais componentes da sociedade (da qual, é importante ressaltar, excluía-se índios e escravos), colocava-se como uma exigência aos “letrados” e dirigentes da política catarinense assim como do governo geral que buscava firmar-se como Nação.<sup>37</sup>

A imprensa sustentava um forte sentimento iluminista, sendo que a apresentação do número inicial do periódico normalmente trazia um texto afirmando seu caráter redentor, na tradição de combate, própria da Ilustração. Instalara-se a crença de que se poderia preparar um futuro melhor mediante a educação das futuras gerações e quem se colocasse contra a propagação da instrução

---

<sup>37</sup> Segundo Mario CARELLI, em *Culturas Cruzadas- Intercâmbios culturais entre França e Brasil*, Campinas, S.P; Papyrus, 1994, os conceitos chaves da chamada época das Luzes eram o de Nação e Civilização e estes não são dissociáveis. p.64

poderia se tachado de obscurantista.<sup>38</sup> No interior do jornal, o tema educacional apareceu, muitas vezes, dando continuidade a esse propósito redentor, como também apoiando os ideais de liberdade. *A Revelação*, de setembro de 1852, publicou o seguinte *Pensamento Moral* escrito por Francisco de Paula Marques de Carvalho, poeta que assumiu mais tarde entre outras funções públicas, a direção da Biblioteca Provincial de Santa Catarina:

*O interesse mais vital da sociedade é a instrução geral, publica, uniforme, e pratica da Moral e da Religião, principal base e fundamento mantenedor do edificio social, sem o qual não pode haver verdadeira segurança de pessoas e bens, e por consequência nem uma liberdade.*

*Os povos, onde a instrução moral e religiosa é negligenciada, vivem sempre em desordens e vícios, e morrem no meio dos crimes.*

*F. P Marques*<sup>39</sup>

Divulgando-se o princípio de liberdade, ressaltava-se a necessidade de responsabilidade, pois os “excessos” poderiam comprometer a tranqüilidade, a propriedade e a segurança dos indivíduos, mais precisamente daquela minoria detentora de algum bem e que necessitava de liberdade para atuar no mercado. A educação relacionava-se então, com a construção de um novo projeto político, econômico e cultural. Pode-se constatar, já no episódio da transferência das barraquinhas, anteriormente relatado, que a educação passaria pela moralização dos indivíduos, ou seja, pelo cultivo de “bons costumes,” pelo ato de “formar o coração.” Uma boa formação, entendia-se, possibilitaria a emergência da virtude garantidora da *segurança de pessoas e bens* e da ordem que os dirigentes do Estado Nacional em formação procuravam imprimir ao país.

<sup>38</sup> O CONSERVADOR n.293, 26-1-1855

<sup>39</sup> A REVELAÇÃO n.5, 25-9-1852, p.3,c.1 (os grifos não são do original)

Os artigos educacionais divulgados, traziam freqüentemente uma distinção entre educar e instruir, embora houvesse o entendimento de que uma coisa não se daria sem a outra. A utilização dessa distinção, comum na época, parece ter sido inspirada em CONDORCET, para o qual instruir seria fornecer os conhecimentos positivos, dos quais o Estado seria o “dispenseiro natural”, enquanto educar envolveria os sentimentos religiosos e políticos, domínio reservado em que o Estado deveria abster-se de ingressar, declarando-se independente.<sup>40</sup>

Apesar da diferenciação entre educação e instrução aparecer com freqüência, tanto nos artigos dos jornais como no discurso das autoridades, pode-se constatar que o Estado Imperial brasileiro não ficou restrito à transmissão de conhecimentos positivos; muito pelo contrário, o aspecto formativo no sentido religioso e político que compreenderia, no entender do filósofo francês, a educação, foi o mais preconizado. Tal fato remete a observações do intelectual marxista Antônio GRAMSCI, o qual destacou o importante papel das instituições educativas como meio e condição para o exercício de uma direção moral e intelectual para a sociedade.<sup>41</sup>

Tomando-se a distinção, o termo instrução referindo-se ao desenvolvimento intelectual, apareceu muitas vezes subordinado à educação, vinculada ao desenvolvimento moral. Teria uma função fundamental na garantia dos bons costumes, na medida em que *sem luzes não ha discernimento, e sem discernimento não ha virtude*

---

<sup>40</sup> Conf. CONDORCET, *Oeuvres Complètes*, vol. 8 “*Mémoires sur l’instruction publique*” pág. 42 apud. SILVA, Bastos p.149. CONDORCET faz esta distinção num período em que a nobreza ainda detinha algum poder e colocava-se para os revolucionários a necessidade de liberar a educação dos valores daquela minoria dominante.

<sup>41</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989 e *Concepção Dialética da História*. 9ª ed., trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

*solida*.<sup>42</sup> A partir da metade do decênio em estudo e, principalmente através do jornal liberal *O Cruzeiro do Sul*, ao lado do entendimento de que sem a moralização da população não seria possível governar, defendeu-se com veemência a generalização da instrução escolar, como meio desencadeador dos progressos civilizadores tanto materiais como políticos.<sup>43</sup>

A universalização da instrução era considerada uma consequência da moderna civilização, da época de difusão das luzes, porém, para tal ato não desencadear conflitos, não poderia distanciar-se do cultivo da virtude. Julgava-se que *...assim como o entendimento deve ser ilustrado para poder bem conhecer, assim o coração deve ser bem formado para poder querer com acerto*.<sup>44</sup> E, nesse empreendimento de ilustrar o espírito e formar o coração para melhor conduzir as vontades, os artigos foram direcionados especialmente a duas instituições educadoras: a família e a escola procurando fazer de pais e professores "verdadeiros" educadores.

---

<sup>42</sup> O CONSERVADOR n.293, 26-1-1855, p.1, c.2

<sup>43</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.2, c.1

<sup>44</sup> O NOVO IRIS n.73, 22-11-1850, p.2, c.1 (os grifos não são do original)

### **3 - A EDUCAÇÃO COMO FORÇA CIVILIZADORA**

#### **3.1- Desterro em processo de urbanização**

Elevada à categoria de cidade em 1823, Desterro manteve durante as primeiras décadas do século passado o aspecto de vila. As ruas, em geral retas e sem nivelamento, eram iluminadas por candeeiros, contendo o fétido azeite de baleia, mantidos acesos apenas nas primeiras horas da noite e, por medida de economia, apagados em noites de luar. As primeiras casas foram construídas entre a Praça da Matriz e a colina do Hospital de Caridade (na época Morro do Menino Deus), pela proximidade a uma fonte d'água localizada nessas imediações. Antes de 1843 as ruas não traziam qualquer indicação por escrito de seus nomes sendo conhecidas apenas oralmente pela povoação. Alguns desses nomes, como o da rua da Palma e a rua do Alecrim, haviam sido trasladados das vias públicas de Lisboa.

O panorama urbano da capital catarinense sofreu transformações, na segunda metade do século XIX, desencadeadas pelo surto de desenvolvimento econômico e pela acumulação gerada na intensificação das relações comerciais. Os anos cinquenta do período oitocentista foram favorecidos pelo impulso dado à economia em todo o país, com o redirecionamento de capitais empregados anteriormente no tráfico negreiro intercontinental, propiciando

inúmeras realizações.<sup>1</sup> No Desterro, particularmente, desencadeou-se o processo de urbanização com a afirmação de um pequeno grupo ligado ao comércio, emergente já no final do século XVIII o qual, na medida em que a urbanização avançava, procurava diferenciar-se da maioria pobre pela ostentação de sua riqueza e pela urbanidade no comportamento.<sup>2</sup>

A população da Ilha em 1856, era de 20.916 habitantes e, destes, 5.614 viviam no núcleo urbano do Desterro. Grande parte dos habitantes distribuía-se pelas freguesias da Lagoa, de Santo Antonio, do Rio Vermelho, do Ribeirão da Ilha, de Canasvieiras e na região de *trás dos montes*, a Santíssima Trindade. Nos arredores da cidade, havia sítios de lavradores prósperos ou chácaras de recreio pertencentes a pessoas abastadas que, com seus jardins e pomares, imitavam, na medida do possível, as quintas de Portugal.<sup>3</sup> O anúncio publicado em *O Mensageiro*, desse mesmo ano, revela alguns aspectos do modo como se desenvolvia a produção:

*Vende-se um sitio, no lugar denominado carvoeira, districto da Freguesia da Santissima Trindade,(...) grande cafezal e laranjal; pasto para quatro animaes, um engenho de mandioca, paiol, ... também um escravo, bom forneiro, de 28 annos de idade mais ou menos; quem os pretender dirija-se a Joaquim Antonio de Souza Quadros, no mesmo sitio.*<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Foram construídas estradas de ferro, inaugurada a primeira linha telegráfica, implantado o sistema de iluminação a gás (no Rio de Janeiro em 1854 e no Desterro em 1857)

<sup>2</sup> Diferentemente de outros centros urbanos das grandes regiões agro-exportadoras do país, as atividades urbanas no Desterro tiveram, em relação às rurais, maior desenvolvimento e influência. Mesmo que a grande maioria da população tenha se mantido nas atividades agrícolas, a vida rural foi, em certa medida, neutralizada pelos componentes da vida urbana. Pesquisa revela que "o sistema de atribuição de status, o estilo de vida e as formas dominantes de pensar, norteavam-se muito mais pelos valores dos grupos urbanos (militares, administradores e comerciantes, mais tarde) que os rurais." Conf. CARDOSO, Fernando H., op. cit., p.20 e 62

<sup>3</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1829. (Reimpressa na Livraria Central, Florianópolis, 1932.) p.39

<sup>4</sup> O MENSAGEIRO n.47, 27-2-1856, p.4, c.2

Os colonizadores açorianos ao chegarem à Ilha de Santa Catarina em meados do século dezoito, receberam pequenos lotes de terra e, quando não eram recrutados para o serviço nos quartéis, ocupavam-se do cultivo de alimentos para a sua subsistência ou da pesca. O pouco excedente da produção destinava-se ao mercado local. A agricultura era bastante diversificada, pois o solo fértil da Ilha não exigia muita *administração e arte* e, além da mandioca - cultivada anteriormente pelos índios carijós, primeiros habitantes do litoral catarinense -, os colonos portugueses desenvolveram a produção de algodão, da cana de açúcar e seus derivados, além de milho, café, arroz - descascado à força do trabalho braçal - frutas e uma diversidade de outros alimentos em menor quantidade.<sup>5</sup>

Com o decorrer do tempo, o cultivo da farinha de mandioca suplantou a produção dos demais gêneros, tornando-se o principal produto cultivado na Província. No engenho de farinha o trabalho era efetuado, muitas vezes, pelos familiares do produtor, sendo comum agricultores pobres usarem o sistema de arrendamento, alugando o engenho de uma destas famílias proprietárias e pagando-o com o produto de seu trabalho.

Oswaldo R. CABRAL, apoiando-se em carta redigida pelo Marquês do Lavradio, concluiu que o critério de distribuição de terras aos açorianos por ocasião do povoamento da Ilha no século XVIII foi muito desigual *...na exceção de alguns e poucos, aos demais deram porções de terra muito pequenas e muitos ficaram sem ter nenhuma...*<sup>6</sup> CABRAL considera que esta irregularidade na doação das terras contribuiu para uma diferenciação entre os produtores. Havia famílias de prole numerosa com pequenas propriedades e outras de poucos membros melhor aquinhoadas.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de, op. cit., p.53 - 67

<sup>6</sup> Carta do Marquês de Lavradio, 4 dez. de 1778, apud, CABRAL, Oswaldo R. *Os Açorianos*, s/p/c/, Florianópolis, 1951, p.52

<sup>7</sup> CABRAL, Oswaldo., Idem, p.53

A produção agrícola catarinense teve limitações no desenvolvimento, pelos prejuízos imprimidos sobre a lavoura, logo em seu princípio. As freqüentes exigências e desmandos da Coroa Portuguesa, ao exercer, na época colonial, influência direta sobre os ilhéus, com embargo da farinha- base da alimentação dos soldados-, e o constante recrutamento dos melhores homens para as funções de defesa e ataque, foram fatores de desmotivação para os lavradores e provocaram a desorganização da produção.<sup>8</sup>

Muitos agricultores para não sofrerem o recrutamento debandavam para outras regiões, vendendo ou até mesmo abandonando seu pedaço de terra. Havia ainda o agravante da irregularidade no pagamento da farinha embargada, com freqüentes atrasos e, muitas vezes, os produtores não obtiveram paga alguma por seu trabalho. Boa parte da riqueza dos comerciantes foi alcançada através de ligações estreitas com o poder público, pois ocorria o fato de funcionários da fazenda Real comprarem a farinha alegando servir às tropas e, depois de adquirida, não raro, pelo uso da força e violência, vendiam-na em outros lugares.<sup>9</sup>

Com a Independência Política do país e a vigência de um governo constitucional, esse abuso diminuiu, porém a produção agrícola continuou pouco compensadora, devido a dependência a um grupo monopolizador do comércio local. Este auferia o máximo de lucros, sobretudo em épocas de escassez do produto, enriquecendo às custas dos pequenos produtores. Os desterrenses viveram entre fases de relativa fartura, outras de grande penúria com alta nos preços e carestia de alimentos. Um artigo-protesto publicado em *O Argos* num período de crise descreveu a situação:

---

<sup>8</sup> Conf. CARDOSO, Fernando H. & IANNI, Octávio. *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis* - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. op. cit., p.37 e 38

<sup>9</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de, op. cit., p.68

*...quero bradar contra a prepotencia que me acabrunha; contra a injustiça, que me tiranisa; contra o avarento, cuja sêde das riquezas não se extingue, e que a custa das miserias da pobreza esta augmentando seus cabedais; quero, e preciso viver, para gritar, e pedir pão para meus compatriotas pobres, e desvalidos; para a maior parte da população Catharinense, para mim que hoje não achei quem me vendesse um sacco de farinha por esse mesmo exorbitante preço á que tem levado tres ou quatro felizes da nossa terra, que trajão finas casimiras, custosas sedas a custa dos asquerosos andrajos da pobreza, cuja fome, e miserias de toda especie elles augmentão porque atravessão, arrebatão, e somem o pão que os havia alimentar, e a seus desgraçados filhos.<sup>10</sup>*

Era comum a retirada de produtos do mercado, principalmente a farinha, ocasionando alta nos preços. E, com essa prática, ao lado do aumento da população pobre, enriquecia um grupo de abastados que incrementava seus lucros com o comércio e a exportação. Desde o início do século XIX os Juizes de Fora empreenderam luta contra monopolizadores do comércio local, buscando organizá-lo, na tentativa de controlar os prejuízos imprimidos à população pelo enriquecimento de comerciantes. A intervenção do poder público central se intensificava pela difusão de normas e valores sociais urbanos e burocratizados, contrariando a rotina e organização da vida econômica fundamentada nos interesses locais.<sup>11</sup>

CABRAL observou que as medidas governamentais encontravam sério empecilho nos melindres e interesses particulares dos poderosos da terra e daqueles a eles vinculados por laços de amizade, parentesco ou por sua parte nos espolios.<sup>12</sup> CARDOSO

<sup>10</sup> O ARGOS n.180, 3-9-1857, p.4

<sup>11</sup> CARDOSO, op. cit., p.56

<sup>12</sup> CABRAL, Oswaldo. *Os Juizes de Fora* (Nossa Senhora do Destêrro) Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950, p.24

constatou, porém que, com o novo tipo de organização econômica e de comércio avançando “os padrões e as exigências legais [tornavam-se] cada vez mais difundidos e controlados pela comunidade, através de fiscais que [exerciam] em nome da Câmara e do povo a vigilância necessária sobre o comércio e a indústria.”<sup>13</sup>

Impunha-se a ordem civil e os militares resistiam a essa tendência pois julgavam-se, freqüentemente, acima dela. Desse modo, as autoridades encontravam dificuldade em fazer cumprir a lei, pois a população reproduzia o comportamento predominante. Era comum no Desterro, os membros das tropas excederem em número a população civil e o desprezo que os militares manifestavam por autoridades civis era o maior possível. Chegou ao ponto de funcionários de certas categorias solicitarem e obterem licença para usar fardamento como forma de fazerem-se respeitar.<sup>14</sup>

As solenidades cívico-religiosas, desde o período colonial, constituíam-se em oportunidade para a elite ostentar sua opulência. Os membros de Irmandades Religiosas compareciam às procissões trajando suas respectivas opas, vestimenta que os distinguia dos demais. Desse modo, além das marcas raciais, os emblemas religiosos diferenciavam um grupo de outro. Na década de 1850 os desterrenses afluíam à praça da Matriz, além dos dias de festa religiosa, em outras duas datas merecedoras de ato público: o dia da Pátria e o aniversário do Imperador Pedro II, em 2 de dezembro. Do programa oficial cumprido nestas datas constava: *Te Deum Laudamos*<sup>15</sup>, “cortejo”<sup>16</sup>, “vivas” e iluminação. Das festas

<sup>13</sup> CARDOSO, op. cit., p.56

<sup>14</sup> CABRAL, *Os Juizes...* op. cit., p.8

<sup>15</sup> *Te Deum* era o cântico de júbilo das “aclamações da alma cristã” e da Igreja Católica que tinha por objetivo “expor com simplicidade a fé em Deus, na Trindade, no Cristo...” A autoria deste hino foi primeiramente atribuída a S. Hilaire de Poitiers, no século VII, e posteriormente a S. Ambrosio e S. Agostinho. In: PIRES, Pe. Heliodoro. Revista *A Ordem*, ano XVI, vol. XVI, jul/dez, 1936, Rio de Janeiro

<sup>16</sup> Oswaldo R. Cabral descreve um cortejo da seguinte forma: “Às horas tantas, tropa formada, bandas de música, os maiores metidos em suas casacas e fardas, iam chegando. Eram o Presidente da Província, seu Secretário, Deputados, Vereadores,

cívicas, considerados dias santificados, faziam parte ainda a missa solene. Terminados os festejos, todas as homenagens eram descritas minuciosamente em ata enviada ao Ministério do Império, como prova do apreço dos catarinenses a Sua Majestade, o Imperador, e do respeito ao seu governo.

À medida que a sociedade “avançava no processo de civilização”, além dos encontros prescritos pelo calendário cívico-religioso, manifestavam-se, cada vez com maior freqüência, as festas privadas. Estas tornavam-se necessárias para estreitar vínculos entre os membros da elite, criando condições de relacionamentos favoráveis aos interesses econômicos e políticos de quem as promovia. Na década de 1850, formaram-se vários clubes na cidade. A primeira agremiação do Desterro foi a Sociedade União Catarinense, fundada em 1851, a qual realizou seu baile inaugural na residência de Henrique Schütel.<sup>17</sup> Seguiram-se a Recreio Catarinense, de 1853, a Recreio Campestre, de 1854, e O Catarinense, de 1859. Por falta de salões próprios, as reuniões sociais promovidas por essas associações, além de casas alugadas ou cedidas por um dos associados para este fim, ocupavam os amplos salões do Quartel do Campo do Manejo,

---

Oficiais do Exército, da Marinha, das Milícias, das Ordenanças, Magistrados, Membros do Clero, chefes de Repartições públicas, funcionários graduados, expoentes das classes conservadoras, comendadores da carne-sêca e da farinha de mandioca, os homens de dinheiro feitos no comércio delas, que presidiam as Irmandades, concorriam com donativos para a Igreja, e pagavam impostos à Nação - eram todos êstes os admitidos ao cortejo. (...) o Presidente da Câmara dirigia aos circunstantes algumas palavras, como dono da casa, elogiando o Monarca, ufanando-se do País, das suas instituições e da ordem estabelecida. Depois delas, cada um de acôrdo com a hierarquia,...dirigia-se em fila indiana, até frente do retrato, fazia-lhe uma vênia discreta com a cabeça e seguia.” In: CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro-Memória*, v.1, UFSC, Florianópolis, p.200

<sup>17</sup> Henrique Schütel, médico homeopata, era homem muito ilustrado e dedicado à música sendo exímio violinista. De espírito altruísta, atendia gratuitamente aos pobres às 2.as e 5.as feiras, em sua residência, localizada na rua do Príncipe. Conf. CABRAL Memória v.I p.21. O viajante Avé-Lallemant escreveu que Schütel abriu caminho para a boa música no Desterro, apurando o gosto das pessoas que freqüentavam as reuniões sociais: “A sua própria boa educação tem-se estendido beneficentemente em muitos círculos da cidade.” In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed.USP, 1980, p.25

localizado no espaço da atual Praça Osório, onde também era comum se realizarem reuniões políticas.

Em relação a vida cultural faz-se necessário ressaltar ainda que, desde o início do século ocorreram apresentações teatrais levadas a efeito em residências—particulares e, algumas vezes, apresentadas em praça pública. Em 1830 instalou-se um Teatro o qual, por ocasião da abdicação de D. Pedro I, apresentou a comédia Frederico II, Rei da Prússia, em Habelwert, no Condado de Glatz. A Sociedade Dramática São Pedro de Alcântara surgida na década de quarenta, segundo Oswaldo R. CABRAL, teria se tornado proprietária de um Teatro com o mesmo nome, instalado na Rua do Senado, atual Felipe Schmidt. A partir de abril de 1850, essa associação teatral alugou casa de propriedade de D. Maria Joaquina da Luz, na esquina da Rua da Paz com a do Governador, atuais Jerônimo Coelho e Tenente Silveira, e anunciava pela imprensa a abertura de suas portas para amadores locais e artistas de fora.<sup>18</sup>

Em 1854 o célebre ator João Caetano, de passagem pela cidade, aceitou convite de grupos amadores locais para com eles encenar a peça Gargalhada. Hospedado no Hotel do Vapor, foi acompanhado, no dia de sua apresentação, por banda de música da Guarda Nacional até o Teatro repleto pelas famílias desterrenses.<sup>19</sup> A apresentação fez muito sucesso e serviu de incentivo aos jovens que buscavam a sociedade dramática com entusiasmo e esperança de triunfarem nessa arte. O Mensageiro de 1855 comentando tal fato concluiu: muito estimaremos possam executar a sua louvável pretensão, para maior desenvolvimento intelectual e moral, recreio e instrução dos seus amigos.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> CABRAL, Memória, v.1, p.145 e 146

<sup>19</sup> Idem. p.187 e 188

<sup>20</sup> O MENSAGEIRO n.18,17-11-1855, p.3, c.1

O teatrólogo Álvaro de Carvalho, em 1853, encenava o seu primeiro drama, Pedro Marteli ou o Conde de Castelmar<sup>21</sup> e o padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva chegou a produzir uma “peça patriótica” no início da década de 1850, apresentada pela Sociedade Dramática São Pedro de Alcântara.<sup>22</sup> Na cidade do Desterro, o entusiasmo pela ribalta suspendia-se em determinados períodos, mas não chegava a extinguir-se de fato, pois, a dramaturgia era uma arte incentivada, já que o Teatro era também um dos indicadores do estágio de civilização em que se encontrava a população. O historiador Oswaldo R. CABRAL destacou uma nota do jornal *O Argos* de 1861, na qual José Joaquim Lopes apontava o valor civilizatório desta instituição:

*Um viajante célebre, para avaliar da moral e da civilização de um povo, entrava nos seus templos e nos seus theatros: a moral estava nos primeiros e a civilização nos segundos. Incontestavelmente, o theatro é o thermômetro do grão de civilização de um povo. Ahi, de um relancear de olhos se pode julgar da indole, da instrucção, da civilização e mesmo da moral publica e domestica do espectador.*

*Afora o abuso que se possa fazer do theatro, é elle uma escola animada, que num só quadro nos mostra a luta das paixões e o triunfo da virtude sobre o crime...*<sup>23</sup>

No repertório da Sociedade Dramática S. Pedro de Alcântara encontravam-se composições clássicas como *Otelo*, de Shakespeare, entre outros dramas e comédias: *O Castelo de Oppenheim*, *Fernandes Vieira*, *A Máscara Negra*, *Monge Roberto*, *O Encamisado*, *Bernardo na Lua*, *Roda Viva*, *O Maníaco*, *O Critico*

<sup>21</sup> Conf. SOARES, Iaponan. op. cit. p.27

<sup>22</sup> CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*, Memória 1, p.189

<sup>23</sup> O ARGOS apud CABRAL, Oswaldo R., *Nossa Senhora do Desterro*-Memória 2, p.156

Ignorante e O Príncipe e o Comunista.<sup>24</sup> Embora não tenha tido acesso ao conteúdo de tais peças, pelo título, desta última em especial, pode-se constatar a divulgação no Desterro, já nesta época, do ideário comunista.<sup>25</sup>

Em 1855, um grupo da elite local preocupava-se com a edificação de uma nova casa de espetáculos e, por iniciativa particular, em 29 de julho de 1857 era lançada a pedra fundamental do Teatro Santa Izabel, atual Álvaro de Carvalho.<sup>26</sup> Devido a vários contratempos essa casa de espetáculos só entrou em funcionamento na década de setenta do século XIX.

Era costume homenagear os artistas-famosos depois de cada apresentação com recitação de poesias, fato que também se repetia nas datas comemorativas, com a chegada de algum visitante ilustre ou por ocasião das eleições, como a de 1847 na qual despontou o talento de Marcelino Antonio Dutra. Francisco de Paula Marques de Carvalhos foi também um personagem dado aos versos e às letras. Paulista de nascimento, publicou várias poesias nos jornais da cidade, datando alguns de seus textos com Exiliópolis, ao invés de Desterro. Por ocasião do aniversário de D. Pedro II, em 1858, Francisco da Paulicéia, como era chamado, editou no *Cruzeiro do Sul* versos em homenagem ao Imperador.<sup>27</sup> Também prestou homenagem com seus versos a Napoleão III de parte do qual recebeu agradecimento, redigido por Albert de Dalmas e publicado em francês no *Correio Catharinense* de 14 de setembro do mesmo ano.<sup>28</sup>

<sup>24</sup> O MENSAGEIRO n.29, 26-12-1855, p.4, c.2

<sup>25</sup> É importante lembrar que em 1848 ocorreu a primeira sublevação operária na Alemanha e foi publicado o Manifesto do Partido Comunista.

<sup>26</sup> A troca do nome do Teatro ocorreu em 1892 em homenagem a Álvaro de Carvalho, teatrólogo morto como soldado na Guerra do Paraguai.

<sup>27</sup> CRUZEIRO DO SUL n.76, 5-12-1858, p.4, c.1

<sup>28</sup> CORREIO CATHARINENSE n.44, 14-9-1853, p.3, c.3

No decênio de 1850 foram editados os primeiros livros na cidade. Em 1853, publicava-se *Memória Histórica do Extinto Regimento de Infantaria de linha da Província de Santa Catarina*, escrita pelo major Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, custando 500 réis o exemplar. Em 1855, o jornal *O Conservador* anunciava que o mesmo autor organizava a História da Província e, de fato, dois anos depois tal texto foi publicado na tipografia de José J. Lopes, sob o título *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*, livro reeditado em 1877.

Um grande incentivo à cultura local foi a instalação, em 1854 da Biblioteca Pública Provincial, sob a Lei n.373 de 31 de maio. Francisco de Paula Marques de Carvalhos foi designado bibliotecário interino. Localizada no Paço da Assembléia compunha-se inicialmente de 474 volumes e folhetos; 207 doados por Joaquim Antonio de Azevedo, 222 por Francisco de Paula Marques de Carvalhos, 38 pelo padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, 5 por Antonio J. Esteves e 2 por Manoel de Oliveira. Segundo Coutinho, as obras eram de *pouco merecimento e não podiam prestar ao Publico grande serviço*. Com esse argumento, o Presidente da Província solicitava à Assembléia Provincial uma quantia anual para compra de livros modernos e escolhidos, o que indica uma preocupação do governo com o direcionamento da vida cultural do Desterro.

Vários personagens da vida pública e jovens catarinenses afastados da cidade para realização de estudos em outros centros, fizeram doações de livros à Biblioteca. *O Conservador* de julho de 1855 publicou a chegada de um caixote com 110 volumes de obras de literatura e poesia, doados por Francisco Carlos da Luz. Entre as obras encontravam-se produções de Lamartine, Victor Hugo, Alexandre Dumas e inspirações poéticas de Magalhães, Gonçalves Dias e outros. Através de *O Cruzeiro do Sul*, propunha-se a obtenção

de livros que estivessem *ao alcance de todas as inteligencias* e a liberação das mesmas para empréstimo:

*(...)O negociante, por exemplo, o empregado publico, que passadas as horas do seu trabalho, quer repouso, e liberdade no seio de sua familia por certo que não se vestirá para ir ler á bibliotheca, ao passo que se os livros lhe fossem franqueados teria na leitura delles, e em liberdade em sua casa, um util e agradável passatempo.*

*Aquelles, que se dedicão á estudos serios, que demandão atenção, reflexão, profunda meditação, certo que não irão aprofundar questões na nossa bibliotheca, porque isso só se consegue no socego do gabinete.<sup>29</sup>*

Mais tarde a Biblioteca foi transferida para um dos aposentos do Liceu Provincial, tendo sido um professor nomeado bibliotecário. Em 1859 contava com 1.403 volumes sendo algumas obras trazidas da Europa, conforme solicitação do Presidente Coutinho. Este registrou em seu Relatório de 1859, um aumento na freqüência àquele espaço de leitura e estudos, principalmente pelos professores e estudantes do Liceu.<sup>30</sup>

Os desterrenses compravam livros na Casa de Antonio Francisco de Farias que ofertava pelo *Argos* as obras: Amores de Paris, Artur, Casa de Campo, a Condessa de Mourion, A Cortesã de Paris, Incas, ou a Destruição do Peru, Ivanhoé ou o Regresso do Cruzado, A mão do Finado, Gil Bras Pariziense, Educação

<sup>29</sup> CRUZEIRO DO SUL n.87, 16-1-1859, p.2, c.3

<sup>30</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1859

Faz-se necessário observar que tal afirmação não foi confirmada, pois não se teve acesso aos registros da Biblioteca para conferir o fluxo de leitores, podendo-se colocar em dúvida tais dados ao considerar-se que o relatório provincial era dirigido ao governo central do Império, do qual se esperava aprovação pelas medidas tomadas.

Familiar, Mistérios de Lisboa, entre outras.<sup>31</sup> Também poderia adquirir livros na tipografia de José J.Lopes ou em outras lojas e armazéns, os quais vendiam ou alugavam obras diversas. A loja de José Caldeira de Andrade oferecia para escolares de humanidades as obras: *Morceaux Choisis* de Fenelon, Gramática Portuguesa, de Coruja, Cartilhas, de Pimentel, Gramática Francesa, de Sevène, Geografia, de Gauthier, Elementos de Civilidade, Fábulas de Ésopo entre outros.

Os homens de letras da cidade e expoentes da literatura catarinense criaram em 1859, um espaço cultural e tinham como objetivo explícito proporcionar distração ao estabelecer um local que servisse de *incentivo ao desenvolvimento intellectual, já pela leitura, já pela reunião de socios*... A importância do *Club Catharinense*, de acordo com o associado Marcelino Antonio Dutra,<sup>32</sup> em discurso na reunião de fundação dessa associação, estava em *tal sociedade formando o centro, para onde convergem as luzes de todos os socios, torna-se um manancial instructivo e civilizador*.<sup>33</sup> Tal clube, no discurso de Dutra, não admitiria jogos de azar, tão freqüentes nas reuniões sociais do Desterro, por seus efeitos nocivos. Em seu lugar seria proporcionada boa música, leitura de obras consagradas e discussões literárias, suprimindo deste modo, a falta de lazer, só encontrado em cidades mais opulentas.<sup>34</sup> Certamente estas reuniões sociais não seriam redutíveis ao lazer. As discussões, travadas a partir de leituras e estudos diversos, deveriam objetivar a unidade da elite intelectual do Desterro em torno do projeto comum de civilização, como também sua distinção em relação à maioria da população.

<sup>31</sup> O ARGOS n.135, 28-4-1857, p.4, c.3

<sup>32</sup> Marcelino A. Dutra, nesta época, estava jubilado da função de professor a qual exerceu até 1853 no Ribeirão da Ilha.

<sup>33</sup> O ARGOS n.471, 26-7-1859, p.1 e 2, c.2

<sup>34</sup> Idem p.3

Na oposição entre barbárie e civilização, problema clássico presente no século XIX segundo Mario CARELLI, "o brasileiro que pertence à elite de seu país julga-se branco e afrancesado, (...) sacrificando assim sua herança ameríndia e exorcizando a presença africana."<sup>35</sup> Pode-se observar, desde o título dos livros oferecidos à venda até a moda no vestir anunciada nos jornais, a ascendência do modelo francês de civilização. A rua do Propósito passou a chamar-se da Paz, provavelmente uma alusão à Rue de la Paix de Paris, o Hotel do Vapor fazia questão de provar através de anúncio que suas mesas de bilhar eram fabricadas na capital francesa, procurando-se, por esta via, valorizar esse espaço que buscava a freqüência da elite da cidade.

*Cópia Francesa de civilização*

### 3.2 - A intervenção da imprensa nos costumes

Em nome da ordem e civilização buscou-se empreender, por intermédio da imprensa, um verdadeiro patrulhamento da vida pública. Os artigos e notas divulgados nos jornais revestiam-se de valor pedagógico, ocupando um lugar importante em tal processo. Buscava-se a propagação de um padrão de comportamento pautado pela decência, moderação e civilidade e, desta forma, o controle do comportamento indesejável, pela fiscalização da vida social, incluídos os serviços públicos. A Câmara Municipal e, principalmente, seu fiscal receberam constantes reclamações no sentido de fazer cumprir

<sup>35</sup> CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil* p.106, (Grifos do autor)

as Posturas Municipais<sup>36</sup> tanto quanto a execução das penas previstas em tais leis. Em editorial de seu periódico, *O Argos*, José Joaquim Lopes publicou:

*Ha (por infelicidade de uma grande parte dos moradores desta capital) um edificio com alcunha - praça de mercado -, onde entrão e sahem homens de diferentes nações, costumados á vêr taes estabelecimentos em todos os paizes civilizados, e por elle avalião o atraso em que estamos a respeito da civilisação ! - é uma vergonha para todos aquelles dos nossos concidadãos que sabem apreciar devidamente a boa ordem regularidade e bom regimem: alli ha tudo inversamente.*<sup>37</sup>

*fiscais subordinados*

Os fiscais, criticou J. J. Lopes nesse artigo, eram muito condescendentes com a falta de asseio reinante porque não se querem inimizar. Pretendendo estar de bem com todos, veêm as infrações, e fazem-se de esquerdos e quem acaba prejudicado, continuava o jornalista, era o povo ao comprar carne deteriorada. A Câmara, prossegua, permitia a falta de higiene no Mercado Público contanto que este rendesse dinheiro para ser aplicado em certas obrinhas particulares.<sup>38</sup> Esta denúncia de José J. Lopes revela, além de preocupações com a higiene, a forma como se definiam as relações humanas, a troca de favores e a confusão entre bem público e bens pessoais ou o uso do público para favorecimento pessoal aspectos de

<sup>36</sup> As Posturas Municipais eram leis com objetivo de gerenciar a vida urbana. Tinham o sentido de limitar os abusos do particular e fixar a importância e os direitos da convivência em público.

<sup>37</sup> O ARGOS n.447, 31-5-1859, p.1, c.2

<sup>38</sup> Idem c.3

continuidade do período colonial, em que o sistema de clientela dificultava a racionalização da administração.<sup>39</sup>

Devido a condição portuária do Desterro, a população teve contato facilitado com áreas mais urbanizadas. A posição privilegiada da Ilha de Santa Catarina, ponto de parada quase obrigatório para navios que se dirigiam à Baía do Rio da Prata ou ao Cabo Horn, facilitou a comunicação com a Capital do Império, assim como com outros grandes centros urbanos. O porto do Desterro funcionava como uma espécie de porta-para o mundo, sendo intenso o movimento de navios trazendo pessoas de diversos pontos do globo.<sup>40</sup> Se por um lado essa situação favorecia certo intercâmbio cultural, por outro colocava governantes frente ao problema da desordem urbana e da salubridade pública. Através do porto, a população esteve freqüentemente exposta às doenças que acometiam o Império. A ausência de saneamento básico no Desterro, problema comum à maioria das cidades da época, agravava-se nos períodos de epidemia.

Oswaldo R. CABRAL comenta a situação vivida numa destas fases: "Rondava a febre amarela, desde 1850, a Capital, trazida de fora pelos navios aportados quase que diariamente ao ancoradouro de Desterro, em pequenos surtos freqüentes mas de pronta extinção (...) Em 1853, entretanto, entrou ela com inaudita violência, buscando vítimas em todos os bairros da cidade(...) O pavor tomou conta da cidade. Encheram-se os templos em preces

<sup>39</sup> Evidencio tal fato, não por considerar melhor ou pior a racionalização contida no "processo civilizador", mas por ele expressar algumas contraditoriedades enfrentadas nesse contexto impregnado pelo discurso de busca de civilização.

<sup>40</sup> Van Lede calculava em 1843 um movimento diário de 2 ou 3 navios no Desterro. apud CARDOSO, op. cit., p.51

João KLUG destaca o fato da Ilha ter sido visitada por um grande número de navegadores e viajantes europeus, sendo que alguns vieram em missão científica. Pela diversidade de culturas instalada nesta pequena cidade portuária, o autor diz que muitos estudiosos consideraram a cidade "um cadinho de fusão étnica." In: KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro - Florianópolis*, Papa- Livro, 1994, p.58 e 102.

angustiosas contra a 'peste'; pelas esquinas começaram a queimar os tradicionais barris de alcatrão e pixe, que na sua fumaceira 'afugentavam os miasmas'..."<sup>41</sup>

A epidemia de 1853 arrebatou quase uma centena de vidas, e entre as vítimas deste flagelo, nove eram do Colégio Jesuíta, em funcionamento na cidade desde a década de quarenta. Com a morte de quatro de seus padres, essa instituição de ensino secundário viu-se obrigada a fechar suas portas.<sup>42</sup> Em 1855 a notícia de que o *cholera morbus* dizimava a população de várias cidades brasileiras, colocou as autoridades do Desterro em estado de alerta. José Joaquim Lopes, em editorial de *O Conservador*, de setembro deste mesmo ano, recomendava as autoridades administrativas, policiais e eclesiásticas a observação ativa do cumprimento de seus deveres para prevenção desse terrível mal. Solicitava ainda que não se confiassem nos aguaceiros que costumavam cair sobre a cidade pois, apesar deles purificarem o ar, não se deveria esperar apenas pelas providências da natureza.

Em outubro do mesmo ano o governo provincial, através de *O Mensageiro*, convidava os médicos residentes na capital para, na tarde do sábado seguinte, reunirem-se no Palácio da Presidência *a bem do serviço público*. Recomendava-se, ainda, ao policial encarregado, que se fizessem as visitas de saúde aos navios que aportassem na Capital.<sup>43</sup> Para atender e prestar socorros aos desvalidos também ocorriam iniciativas individuais, como a de Amaro Pereira e José Maria do Vale; o primeiro oferecia gratuitamente medicamentos para a pobreza acometida pelo cólera<sup>44</sup> e o segundo

<sup>41</sup> CABRAL, Oswaldo R. *Os Jesuitas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província*. Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 1940, p.36

<sup>42</sup> Idem, p.40

<sup>43</sup> O MENSAGEIRO n.10, 20-10-1855, p.1, c.1

<sup>44</sup> O MENSAGEIRO n.14, 3-11-1855, p.4, c.1

custeava por sua própria conta doze leitos da Enfermaria da cidade.<sup>45</sup> E, enquanto as autoridades civis e policiais tomavam medidas preventivas, o poder eclesiástico fazia a sua parte:

*Faz-se publico que ás 4 horas da tarde dos dias, 8, 9 e 10 deste mez de novembro se farão preces ao Todo Poderoso, para que por intercessão da Virgem Maria Senhora Nossa aparte de nós o flagello da peste que nos ameaça; e no dia 11 do mesmo mez haverá missa cantada, com sermão ao Evangelho, pratica a tarde, e Te-Deum Laudamos no fim, em acção de graças pela decisão dogmatica da Conceição Imaculada da mesma Virgem Santissima; tudo na Igreja de Nossa Senhora do Rozario.*<sup>46</sup>

Diante da impotência dos recursos médicos, sanitários e terapêuticos, o auxílio mais procurado pela população nas horas angustiosas em que se encontrava acometida por doenças, era o apelo à misericórdia divina pela interseção dos santos. Assim, em 1856, era fundada a Irmandade de São Sebastião, protetor contra os flagelos das epidemias. À frente desta associação, estava José Maria da Luz, que doou parte de seus bens para a construção de um templo em homenagem ao santo.<sup>47</sup>

Várias Irmandades constituíram-se no Desterro com um número restrito de devotos e contribuintes. A mais antiga era a Ordem Terceira de São Francisco, à qual pertenciam os membros da Câmara Municipal, seguida da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e

<sup>45</sup> Considerando-se que os dois "filantropos" candidataram-se seguidamente para a Assembléa Provincial, sendo o primeiro chefe do Partido Liberal e o outro eleito por várias legislaturas, vale ressaltar a observação de Emilia Viotti da COSTA de que, nesta época, o político antes de representar o povo manifestava-se como o seu benfeitor.

<sup>46</sup> O MENSAGEIRO n.15, 7-11-1855; p.4, c.2

<sup>47</sup> CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Desterro* - Notícia, v.2, 168-70

São Benedito, confraria de escravos e negros livres.<sup>48</sup> Assim, cada grupo social mantinha uma igreja própria e a distinção terrena estendia-se aos céus já que até mesmo os santos pareciam não pertencer a todos. Ocorria a mesma hierarquização em festas e diversas celebrações.

Os membros das Irmandades, quando mortos, tinham lugar reservado no espaço sagrado das igrejas às quais contribuíam. Eram enterrados em suas paredes ou sob o assoalho dos templos. Essa prática foi criticada já em 1832 por Jerônimo Coelho e demais participantes da Sociedade Patriótica, ao defenderem projeto de construção de um cemitério público.<sup>49</sup> Na década de 1850, depois de muita polêmica em relação ao local para estabelecimento do “Campo Santo,” foi definido um terreno junto ao Forte Sant’Ana (atualmente cabeceira da ponte Hercílio Luz). Após a benção, o espaço foi entregue à administração da Câmara Municipal<sup>50</sup>, que passou a receber as rendas anteriormente pagas às Irmandades. A partir daí, a alma era “recomendada a Deus” na Igreja, à qual o finado pertencia e conduzida depois ao cemitério público.

forçados a rezar católicos

Os ateus, os natimortos, aqueles não batizados na fé Católica não tinham direito a esse espaço monopolizado pela Igreja. E a hostilidade e o preconceito por parte da maioria católica, para com os vários estrangeiros pertencentes a outras confissões religiosas que

<sup>48</sup> No ano de 1795 foi concluída a obra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Lá se reuniam os escravos para rezar enquanto seus senhores oravam na Catedral. Conf. Folha de Cultura, Jornal da Fund. Franklin Cascaes P.M.F. - Ano III - n.10 - maio/junho-1995

<sup>49</sup> Parte da cidade queria o Cemitério instalado próximo a Capela do Menino Deus, na colina do hospital, mas vozes se levantaram contra essa idéia, pois os ventos fortes que sopravam sobre a cidade poderiam expraiar os “miasmas” sobre a povoação. Acreditava-se que esta fosse a causa da febre amarela porque ainda não havia sido identificado o inseto transmissor da doença. Conf. CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Desterro*-Notícia, v.2, p.201- 211.

<sup>50</sup> Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, João José Coutinho, março de 1852

viviam no Desterro, colocava os familiares dos que morriam *fora do sagrado* em situação constrangedora. O problema só foi resolvido em 1868, quando a Câmara permitiu o estabelecimento de um Cemitério Protestante na capital.

Em 1853, o presidente da Província tratou, em seu relatório à Assembléia Legislativa, da necessidade de acabar com o costume de transitar com os finados da casa em que residiam para a Matriz e depois para o cemitério público. Essa prática, argumentou Coutinho, poderia ser motivo de prejuízo à saúde pública. Tanto nos jornais, quanto nos relatórios do Presidente da Província, percebe-se várias intervenções nos costumes religiosos em nome da salubridade e da urbanização. Mas as medidas tomadas recebiam críticas. No ano de 1856, quando se removeram as terras do adro da Igreja Matriz para servirem de aterro, removendo-se também os ossos dos finados, o jornal conservador *O Argos* de José J. Lopes criticou severamente a medida, repreendendo o vigário por ter permitido falta de zelo religioso: *Em tempos anteriores essas terras são privilegiadas, ninguém se animava a remove-las sem primeiro proceder-se competentemente o acto de desagração...*<sup>51</sup> Assim, ao tempo que medidas modernizadoras eram tomadas, vozes levantavam-se contra tais projetos.

À medida que a vida social se intensificava, as festas privadas e os bailes eram tomados como indícios do grau de civilidade alcançado pela elite. Pela imprensa, buscava-se educar a população para o convívio social, desaprovando atitudes consideradas imorais e delimitando os espaços. Notas anônimas ou assinadas por pseudônimo eram publicadas geralmente na seção de correspondência dos jornais, com o objetivo de censurar o que se considerava mau comportamento

<sup>51</sup> O ARGOS n.70, 2-9-1856, p.3,c.3

e, desta forma, reprimir as atitudes dos demais componentes da sociedade. Essa interferência na vida social revela uma ação moralizadora dos costumes assumida pela imprensa:

*Previne-se as mães de família, que vão a bailes, de evitarem suas filhas namorarem a homens casados como uma mocinha que eu cá sei, que para ter entrada nos bailes, vê-se forçada a namorar um homem casado, e como vejo que isto não é proprio para a reputação de uma moça, por isso previno por este anuncio não continuar a praticar semelhantes abusos.<sup>52</sup>*

A sociedade da época era, em certa medida, condescendente com amasiamentos de padres, não deixando porém, de criticar o que considerava abuso:

*Rogo-lhe o especial favor de por meio do seu acreditado Jornal, scientificar ao Sr. Padre Miguel que não he licito levar a sua mulatinha a bailes, do que se deve evictar para não soffrer algum desgosto. He por esta vez, quanto lhe pede o Sachristão.<sup>53</sup>*

Enquanto a elite freqüentava festas privadas, a maioria da população divertia-se em cantorias pelas ruas, espaço de domínio de pobres, escravos e negros livres, os quais expressavam seus próprios ritmos e danças. Essas manifestações populares eram depreciadas pela imprensa, como ocorreu em setembro de 1858. Neste ano, oficiais militares iluminaram um palco no Campo do Manejo, oferecendo divertimento ao grande público com banda marcial e baile de mascarados. O redator do *Cruzeiro do Sul*, elogiando a iniciativa, não deixou de manifestar seu menosprezo pela composição da banda de música que, segundo o editor, trazia alguns analfabetos e tocava de modo sofrível.<sup>54</sup>

<sup>52</sup> O ARGOS n.90,14-11-1856, p.4, c.3

<sup>53</sup> CORREIO CATHARINENSE n.40, 17-8-1853, p.4,c.1

<sup>54</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.52, 12-9-1858, p.2, c.1

Atos religiosos como a procissão do Corpo de Deus eram também uma festa cívica, porém outras festas como a do Espírito Santo e da Santíssima Trindade continham mais aspectos pertinentes ao folclore luso-brasileiro do que vínculos com a Igreja Romana. Estavam, portanto, de certa forma, livres do controle estatal. Nem por isso escapavam do desprezo da elite manifestado pela imprensa. Referindo-se à comemoração da Festa do Espírito Santo, escrevia-se n' *O Mensageiro*:

*Ninguém como eu respeita os usos e costumes religiosos, ninguém como eu respeita a religião que me ensinaram, ninguém como eu acata e reconhece a necessidade do culto externo. Não posso porem habituar-me a ver usos e costumes que possam tornar ridiculo o que é santo, risivel o que deve ser respeitado. O que quer dizer andar - pelas ruas de uma cidade civilisada, uma musica infernal composta de uma tocada viola, de uma enfumaçada rabecca e de um insupportavel tambor? Será isso culto?*<sup>55</sup>

A crítica às práticas devocionais populares estava “na esteira do ideal de construção de uma nação civilizada através de padrões culturais europeus.”<sup>56</sup> No jornal *O Argos*, menosprezava-se a simplicidade do culto realizado por ocasião da festa do Divino e a ausência de uma autoridade eclesial:

*...no arraial da Santissima Trindade existe um templo, que por hora se reduz a quatro paredes, sem altares nem imagens, entretanto, chama-se Igreja Paroquial (...) em todos os anos há a mais severa economia pelo que pertence a adornos do altar e atos religiosos, limitando-se (o que é vergonha dizer) toda a festa*

<sup>55</sup> O MENSAGEIRO n.62, 23-4-1856, p.3, c.2

<sup>56</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Igreja, Elites dirigentes e Catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages-1889-1920*. Tese (Doutorado), São Paulo, USP, 1993, p.6

*religiosa a uma missa resada. (...) não se convida ao menos o próprio vigário que cante uma missa, recite um sermão, etc. É muita ingratidão.*<sup>57</sup>

Celebrações religiosas realizadas com muita pompa e dirigidas por autoridades eclesiais eram o ideal da elite, a qual propagava tais atos como sinal de civilidade da população. Isso na verdade, era uma forma de centralizar e assegurar o poder da Igreja. Nos salões de festas, nas ruas e igrejas visava-se à virtude e à polidez observadas na urbanidade de comportamento como também no comedimento e recato. Todo comportamento indesejável era reprovado:

*É verdadeiramente deplorável o espectáculo que dão os meninos alumnos das escollas ao sahirem de suas aulas, gritando, correndo, e saltando pelas ruas, sem o menor decoro nem comedimento; muitos apenas contando seis ou oito anos ja fumando seu charuto; a noite reúnem-se em grupos pelos cantos das ruas com algazarras que encomodão o publico.*

*Os mais adultos, de correntes de relógio, e bengalinhas, com ar presumptuoso, não se embaraçam com as conveniencias sociaes; se vão ao Templo de Deos não é com acatamento e respeito devido ao culto, e ao santo lugar para render graças a Divindade, maz para profanal-o com escandalos e revoltantes immoralidades.*<sup>58</sup>

Em nome da civilização e da ordem pública, ocorria uma delimitação dos espaços da cidade com intervenção cada vez mais incisiva nas manifestações populares. A festa do Carnaval foi, durante muito tempo, expressão de uma sociabilidade coletiva, reunindo ricos e pobres. Consistia no jogo do entrudo: limões de cheiro<sup>59</sup> eram

<sup>57</sup> O ARGOS 31-3-1857 apud SERPA p.155

<sup>58</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.28, 17-6-1858, p.2, c.3

<sup>59</sup> Limões de cheiro eram esferas ocas, feitas em cera, contendo em seu interior perfume ou água. Nos meses que antecediam o carnaval, mulheres pobres dedicavam-

atirados nas pessoas que participavam da brincadeira, ocasionando correrias, risos e entradas bruscas pelas portas das casas durante os dias de folia. Desde 1833, tentava-se controlar o jogo do entrudo, proibindo através das Posturas Municipais e sem se obter resultado, a venda dos limões de cheiro. Os jornais manifestavam-se sugerindo que, ao invés das águas fossem ofertados flores, versos e confeitos. O que mais os incomodava, era o envolvimento das “famílias de bem” em tais brincadeiras. Assim, aos poucos, essa manifestação coletiva foi sendo reprimida e modificada pela reformulação das regras e a imposição de limites à participação dos pobres e indesejáveis. Lê-se no *Argos*:

*Quem se recordar da maneira escandalosa com que hu alguns annos muitas familias honestas, residentes nesta capital, se entretinham com o jogo do entrudo, durante os três dias respectivos que bem se assemelhava as - Saturnaes- dos antigos romanos-, e observar attentamente o que óra succede, convirá com nosco que ha tanta differença, como da primavera ao Estio!*

*(...) actualmente joga-se o entrudo, porem com a moderação; respeita-se a moral publica; e o interior do asilo das familias não he invadido com tanta audacia e descaramento!*

*Graças as providencias policiaes que com tanto acerto se tem adoptado; e graças a civilização que com admiravel progresso se vai introduzindo no povo desterrense!*

*Segundo se nos informa passarão-se os tres dias do carnaval no maior soccego, tal ou qual sujeito se via pelas ruas jogando sua meia duzia de limões de cheiro, as madamas, que tambem munidas de iguaes, recebem a janella o assalto, e retribuição.*

---

se a sua fabricação e os expunham à venda nas lojas e tabernas. Durante os dias de folia filhos de escravos eram alugados para vender o produto exposto em tabuleiros. Ocorria também a fabricação caseira dos limões de cheiro o que não possibilitava o controle dos líquidos neles injetados. Cf. CABRAL, Oswaldo. *Nossa Senhora do Destêrro- Memória* VI p.220 e 221

*É muito de presumir que em breve tempo se extinguirá esse costume que tão prejudicial tem sido á saude, á bolsa e talvez a boa reputação de muitas familias.<sup>60</sup>*

Considerado um uso bárbaro e prejudicial, o entrudo como manifestação popular, era reprimido através da coerção (polícia, fiscais de quarteirão) e sofria o desprezo manifestado pela elite que, por outro lado, se regozijava com as transformações operadas em nome da civilização:

*Já vimos, com prazer, nos três dias de carnaval deste anno, em vez de lotes de negros e negras com tableiros e balaios de limões, acompanhando a multidão desatinada, que a todas as janelas e portas investião (...) para entrudar, as bellas e encantadoras desterrenses, ranchos de mascarados elegantemente vestidos percorrendo as ruas ao som de muzica marcial, que convidavão as familias ás janellas e portas de suas habitações sem o menor receio.<sup>61</sup>*

A cultura popular, vista sempre como fator de degeneração dos costumes, sofria um processo de subalternização e restrição. Proibia-se vozerias, gritos e alaridos em horas de silêncio, assim como não era permitido, a nenhuma pessoa, dar espetaculos nas ruas, e praças ou arraiaes nem fazer reuniões de mascarados, e danças, sem prévia licença da Camara.<sup>62</sup> Essas proibições foram publicadas pelo fiscal da Câmara Municipal, Clemente Antonio Gonçalves, no *Correio Catharinense* de novembro de 1853. Note-se que a década de cinqüenta do século XIX foi a de maior concentração de escravos na cidade, sendo seus hábitos bastante visados no item

<sup>60</sup> O CONSERVADOR n.301, 23-2-1855, p.1, c.2 e 3

<sup>61</sup> O ARGOS n.250, 18-2-1858, p.1

<sup>62</sup> CORREIO CATHARINENSE n.55, 30-11-1853, p.4, c.2

**Tranquilidade Pública das Posturas Municipais.** Na continuidade desta publicação lê-se:

*Ficão proibidos, d'aqui em diante, os ajuntamentos de escravos, ou libertos para formarem batuques; bem como os que tiverem por objectos os suppostos reinados africanos, que, por Festas, costumão fazer. Todos os que contravierem serão multados em 4\$000 reis, sendo livres, e não tendo com que pagar, em 4 á 8 dias de cadêa: e sendo captivos, e achando-se sem licença de seu senhor, será castigado conforme a Lei. O senhor que der taes licenças será multado em 4\$000 reis.*

*Toda pessoa que em sua casa fizer ajuntamento de escravos, ou vadios para danças, ou ainda mesmo que consinta ahi de noite, dezamparando os primeiros, por esta forma, á de seus senhores, incorrerá na pena de 15 dias de cadêa, e 8\$000 reis de multa.<sup>63</sup>*

A Câmara Municipal tinha dificuldades de se impor, conforme destacado anteriormente, prosseguindo os jornais com suas denúncias na tentativa de neutralizar, principalmente, a influência dos negros africanos, escravos ou libertos, porque seus costumes constituíam-se no contrário do modelo de civilização que se buscava implementar. Temia-se que através de suas manifestações, estes contagiassem seus (quase) iguais: os brancos pobres.

Observando-se a diretriz tomada em nome da civilização, pode-se relacioná-la com a observação de Norbert ELIAS quando disse que, "frases, palavras e nuanças são corretas porque eles, os membros da elite social, as usam. E são incorretas porque inferiores sociais as usam."<sup>64</sup> Da mesma forma, os membros da elite

<sup>63</sup> Idem

<sup>64</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes* p.120 (os grifos são do autor).

desterrense consideravam imorais as manifestações populares, enquanto as suas associações e manifestações eram propagadas como sinal de civilização.

### 3.3- A necessidade de "formar o coração"

A exigência de superar os costumes coloniais se apresentava à medida que se desejava, e cada vez mais se impunha, a civilização ocidental. Mas a concretização de uma nova direção política para o país não se viabilizaria sem o envolvimento da população com os interesses do Estado. O grupo no poder necessitava construir sua hegemonia, vendo-se constantemente ameaçado, de um lado, por revoltas que ocorriam do nordeste ao sul do país e, por outro, pela indiferença de grande parte da população para a qual Pátria nunca existiu, pois "o Estado foi quase sempre um grande mistério e uma grande ficção."<sup>65</sup> Tal fato era prejudicial ao governo imperial que se deparava, entre outros problemas, com dificuldades no recrutamento de soldados.<sup>66</sup>

O ideal de civilização requeria uma sociedade formada por indivíduos unidos pelo governo central e pela lei e, num território tão imenso e desigual, era certa a existência de um contingente

<sup>65</sup> ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.62

<sup>66</sup> A época estava conturbada não só por lutas internas mas também pela disputa por terras na região platina, situação que demandava homens dispostos a defender a Pátria como soldados, mas, normalmente, estes mostravam-se insensíveis às ameaças à integridade política e territorial do país. Os interesses pessoais da população pobre (era esta normalmente a recrutada pelo exército) estavam sempre muito distantes das preocupações com a unidade nacional. Conf. COSTA, Jurandir Freire, *Ordem Médica e Norma Familiar*, p. 58 a 62

ameaçador. Em todo o país, como também no Desterro, as autoridades governamentais, escritores, cronistas, a “gente de bem” que ocupava os cargos públicos, preocupavam-se com a massa de homens livres e pobres.<sup>67</sup> Sem ocupação e sem lugar definido, estes “não pertenciam ao mundo do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo.”<sup>68</sup> Eram ocasionadores de desordens isoladas e formavam, potencialmente, uma massa manobrável que poderia engrossar qualquer insurreição ou levante contra a direção política imperial.

Dentro deste quadro, a difusão das idéias liberais provocava entusiasmo e temor ao mesmo tempo. A possibilidade de ascensão social (embora apenas proclamada) e a exigência de maior democratização política, a partir da instalação do sistema representativo de governo, eram ganhos inegáveis mas que demandavam controle. Era preciso criar entre os habitantes do Império o sentido de pertencimento à sociedade nacional, mesmo prosseguindo com os empecilhos a sua participação política. Civilizar a população era “conceder” cidadania, entendida como o direito civil de reconhecer-se como brasileiro, pertencente a uma cidade, sujeito a leis e não a vontades individuais e particulares. Individuos sem cidadania manter-se-iam totalmente alheios ao Estado ou, como ocorria principalmente em épocas de recrutamento, viam-no como inimigo.

O que era

O termo liberdade era usado com freqüência e trazia naquele momento histórico um sentido novo, não significando somente o oposto de escravidão. Ele tinha um conteúdo mais político,

<sup>67</sup> Considerando-se o país como um todo, esta massa era composta predominantemente por mestiços e negros alforriados. Tomando-se a cidade do Desterro, esta compunha-se ainda de colonizadores açorianos que perderam suas terras e, a partir da segunda década do século XIX, também de alemães pobres que haviam aportado na cidade com destino à Colônia de Santa Izabel, mas que acabaram fixando-se na Capital onde desenvolviam atividades temporárias.

<sup>68</sup> MATTOS, Ilmar R. de. op. cit. p.121

pois o liberalismo se firma na pressuposição de que “cada indivíduo é uma entidade moral e, enquanto tal, possui direitos inalienáveis derivados de sua própria humanidade.”<sup>69</sup> A liberdade apresentava-se, então, como condição para o desenvolvimento da potencialidade humana e assim, seria próprio de um indivíduo civilizado colocar-se contra o despotismo já que...

*O seculo actual he de progresso: o amor as letras, a animação a industria e as artes, a lucta entre a tyrannia e a liberdade; eis os elementos, que constituirão o quadro philosophico desta epoca, que certamente prepara o homem a conquista para a civilização.*<sup>70</sup>

A liberdade tão proclamada associava-se à modernização, mas só poderia ocorrer dentro de uma ordem previsível, dominável, garantindo estabilidade para os agentes no poder. Era necessário prosseguir com um progresso controlado e, o controle exercido através de castigos e punições, perdia espaço, à medida que estava associado à barbárie dos tempos antigos e não condizia com uma sociedade pretensamente civilizada. No moderno Estado Nacional, a lei deveria assegurar a ordem prevenindo-o da anarquia. Porém, para que a legislação tivesse eficiência precisaria do reforço da educação:

*(...) as leis são o fundamento dos Impérios, conservando-lhes a regra e a boa ordem, mantendo-lhes a paz e a tranquilidade. Mas donde tirão as leis sua força e seu vigor senão da boa educação que lhes acostuma e submete os espiritos? Sem a educação ellas são um fraco muro contra as paixões dos homens.*<sup>71</sup>

<sup>69</sup> WARDE, Mirian J. *Liberalismo e Educação*, Tese (Doutorado), São Paulo, PUC, 1984, p.33

<sup>70</sup> O CONSERVADOR n.315, 17-4-1855, p.3, c.1

<sup>71</sup> O NOVO IRIS, n.55, 20-9-1850, p.2, c.3

Percebia-se que os meios legais, por si sós, não produziam um sujeito civilizado; não eram suficientes para conter as paixões e produzir virtude. Os maus costumes, constatava-se, não seriam destruídos unicamente pela promulgação de leis ou pelo uso da força na repreensão de abusos. Na continuidade do mesmo artigo lê-se: a lei quando é só, é uma senhora dura e imperiosa pode somente reprimir as inclinações naturais do homem, mas não é capaz de mudá-las. Por outro lado, a educação é uma senhora doce e insinuante, inimiga da violencia e do constrangimento, que ama obras por meio da persuasão, tendendo a tornar mais fácil a virtude.<sup>72</sup>

O sonho de uma sociedade de costumes moderados, em que a tranqüilidade pública se instauraria pela sobriedade, continência e equilíbrio - virtudes que se opunham à turbulência e à desordem - poderia ser concretizado pelo auxílio da educação. Os governantes descobriam na Educação uma força civilizadora, fundamental na construção de um mínimo de consenso necessário à conformação do Estado e, nos pais e professores, os tentáculos do poder político central, na medida em que estes estivessem identificados com seus interesses. Neste sentido, tanto a moral dos professores, quanto o processo educativo que ocorria no lar, passavam a receber atenção já que o vício da criação<sup>73</sup> poderia tudo destruir. Lê-se no editorial do *Novo Iris*:

*Foi sempre considerada pelos grandes sabios e mais distintos legisladores a educação da mocidade como a melhor e mais segura fonte do repouso e da felicidade, não só das familias como dos estados e imperios. O que é pois uma Republica, ou um reino, se não um vastissimo corpo cujo vigor e saúde dependem da saúde e vigor das familias particulares, que são os seus*

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.28, 17-6-1858, p.2

*membros e partes, e dos quais nenhum pode faltar as suas funções sem que todo o corpo se resinta?*<sup>74</sup>

Ilmar de MATTOS, analisando a construção do Estado imperial brasileiro e a constituição da classe senhorial, destacou a intenção dos conservadores - no poder de 1831 a 1860 - de "elevar a cada um dos governantes da Casa à concepção de vida estatal" como condição essencial para se manterem no exercício do governo do Estado.<sup>75</sup> Jurandir Freire COSTA, também neste sentido, observou no poder central do Império, após a Abdicação (1831), uma necessidade de estatizar os indivíduos. Segundo este autor, simultaneamente "à reeuropeização das mentalidades e costumes, os indivíduos deveriam adquirir a convicção da importância que o Estado tinha na preservação da saúde, bem-estar e progresso da população."<sup>76</sup> A educação apresentava-se, a partir daí, como um meio de operar o aliciamento dos indivíduos em torno de "interesses comuns" que, em última instância, eram os de um Estado altamente elitizado e centralizado. Do contrário, as autoridades teriam dificuldade de exercer o seu poder e influência.

Iniciando com o nascimento do menino, as "lições educativas" cresceriam e se fortificariam com ele, imprimindo-se em seu espírito pela prática e pelo hábito e, desta forma, constituir-se-iam, com o tempo, numa segunda natureza que quase não poderia ser mudada.<sup>77</sup> Havia o entendimento de que a boa educação deveria envolver o desenvolvimento moral, intelectual e físico. A moral seria alcançada por um coração virtuoso, a intelectualidade exigia uma linguagem pura e um espírito vivo, adquirido pelo desenvolvimento do raciocínio, enquanto o preparo físico seria obtido por cuidados com a saúde e pelo desenvolvimento da força. Em *O Cruzeiro do Sul*

<sup>74</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, n.55, p.2, c.2

<sup>75</sup> MATTOS, Ilmar R., op. cit., p.120

<sup>76</sup> COSTA, Jurandir Freire. op. cit. p.56

<sup>77</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, p.2 e 3, c.3 e 1

orientavam-se os mestres para que ensinassem aos seus alunos os seguintes preceitos:

*Sereis um dia soldados para defender a patria. Lembrai-vos que para ser um bom soldado é necessario ter robustez, e por conseguinte viver com temperança e sobriedade; ser disciplinado, e por conseguinte obediente; (...)*

*A patria é toda esta região onde se falla a nossa lingua, onde se respeita e se defende nossa bandeira: é a unidade do nosso território e de nossa independência, é a gloria de nossos pais, é o azul de nosso céu, é o doce sol que nos allumia, os bellos rios, as matas virgens que nos sombreão e as terras ferteis que se alastrão por ahi fóra! A patria quer dizer todos os nossos concidadãos, grandes ou pequenos, ricos ou pobres. A patria é a nação que deveis amar, honrar, servir e defender com todas as faculdades de vossas intelligencias, com todas as forças de vossos braços, com toda a energia e amor de vossa alma. (...)*

*Nada de encher o estomago com pão, carnes, fructos, de modo que se altere a saude e que se perca a vida; nada de bebidas fortes, porque o seu uso degenera logo em abuso, e seu abuso enerva o corpo e a intelligencia.<sup>78</sup>*

A infância obtinha uma atenção inexistente nos tempos coloniais. Naquela época, a criança ocupou um papel secundário e era praticamente ignorada pelo pai-proprietário do qual recebia apenas uma atenção genérica. Assim como sua progenitora, o filho era valorizado na medida em que poderia colocar-se a serviço do poder paterno, quando adulto. Neste tempo de constituição do Estado Nacional, interferir na educação efetuada no lar tornava-se fundamental, na medida em que era preciso quebrar o monopólio que os pais exerciam sobre a família. Fazia-se necessário reeducar o pai patriarcal que impunha sobre os filhos sua lei e seu direito sem

<sup>78</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.51, 5-9-1858, p. 3 e 4, c.2 e c.1

Pl. Formação do Estado do Rio de Janeiro

maiores obrigações para com o Estado. Tal fato é destacado por Jurandir F. COSTA, ao observar que o controle educativo-terapêutico exercido pela higiene, advinda da medicina social do século XIX, estava vinculado à uma regulação política da vida dos indivíduos.

Esse autor mostra como a medicina-higiênica debruçando-se, entre outras questões, sobre os altos índices de mortalidade infantil, condenou práticas nocivas à saúde e, por esta via, médicos-higienistas realizaram uma verdadeira assepsia da casa, remodelando costumes e operando significativa transformação na família. As prescrições médicas dirigidas, aparentemente, apenas sobre a insalubridade dos costumes, atacaram veementemente a onipotência do *pater familias* e a vida sedentária da “mulher de alcova.”<sup>79</sup>

Orientando-se pais e professores quanto as suas responsabilidades com as novas gerações, exercia-se também uma educação sobre esses adultos com o objetivo de convertê-los em extensão do poder instituído. É ilustrativo o artigo publicado em *A Revelação*, sob o título, *Influência da educação sobre os costumes de uma Nação*, no qual alerta-se sobre o período da infância, tempo em que a inocência tornaria a criança suscetível ao vício ou à virtude. Aconselhava-se então que:

*(...) Não sómente uma mãe deve vigiar com cuidado sobre suas próprias paixões, persuadida de que pôde transmittir em um instante o germen de todos os vícios physicos e moraes aos seus descendentes, mas os mesmos mancebos, destinados um dia a serem os propagadores do genero humano, devem d'ante-mão conduzirem-se de maneira que, por uma vida irreprehensivel, possam communicar a seus descendentes todas as vantagens physicas e moraes. A*

<sup>79</sup> COSTA, Jurandir Freire, op. cit.

*natureza dicta aos pais o que deve fazer para com seus filhos no momento de seu nascimento e na sua infancia. Porém, é principalmente quando a razão se desenvolve, que a infancia exige maior cuidado. He mesmo antes dos sete annos, que se lhes deve mostrar os grandes exemplos de virtude, justiça, de bondade, de generosidade, de heroismo e principalmente de religião e de probidade, afastando d'elles tudo o que pode produzir as impressões contrarias.*<sup>80</sup>

A relação adulto-criança era questão decisiva na "formação-do-coração". Para evitar prejuízos à moralidade e à ordem social a criança deveria manter-se afastada da promiscuidade e de maus exemplos. O jornal *A Revelação* propagava a idéia de que, sem a moralidade e a religião, não poderia haver uma vida normal e harmoniosa o que, conseqüentemente, impediria o avanço em direção ao progresso e à civilização.<sup>81</sup> Não somente nesse periódico, representante do clero catarinense, como nos demais, a referência à formação religiosa foi presença constante. Lê-se no periódico liberal *O Cruzeiro do Sul* ...Desde os principios do mundo até hoje, desde o rico até o pobre, a razão sem Deus produz só orgulho e mal!<sup>82</sup> Utilizando o expediente da religião, o liberalismo introduzia-se na sociedade imperial brasileira sem fraturar antigas crenças e valores. As autoridades civis assumiam aos poucos, tarefas antes realizadas pela igreja e pelo exército, mantendo o cuidado e o trabalho - neste período de secularização e de difusão do racionalismo -, de conservar o prestígio da religião em seu benefício.

O exemplo fornecido pelos adultos, principalmente os pais - primeiros modelos à qual a criança tinha acesso -, era motivo constante de preocupação pois, segundo o que se divulgou em *O Conservador*, o coração não se formava pelo contato com

<sup>80</sup> A REVELAÇÃO n.35, 23-4-1853, p.3, c.2

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.3

*diccionarios, nem atlas, nem espheras, nem alambiques, nem quadros synopticos, mas bons principios e bons exemplos,*<sup>83</sup> e portanto, o comportamento de progenitores e professores merecia vigilância. No mesmo artigo, alertava-se para a escassez de tempo nos colégios, fato que não permitia mais do que a instrução, por isso, colocava-se a educação como competência primeira dos pais ... felizes os filhos que para bem viver não tem mais que copiar a vida de seus pais!<sup>84</sup> Ou, como se destaca no *Argos*:

*...o moço que sahe da casa de seus pais, nutrido de principios sãoos fortificado pelos bons exemplos, sabendo respeitar os mais velhos, amando o seu semelhante, e temendo a Deus, com facilidade será levado pelos caminhos da sciencia, e se não puder attingil-a por sua inteligencia acanhada, aperfeiçoará ao menos o coração, tornando-se um cidadão honesto, probó e honrado.*<sup>85</sup>

Considerando o exemplo o principal meio para a regeneração dos costumes, um artigo do *Argos* apelava também aos sacerdotes, preceptores e magistrados - dos quais "dependeria o futuro da sociedade"- que estivessem atentos à suas atitudes:

*O que pôde esperar a mocidade do preceptor rixoso, turbulento e immoral, que só cuida de tecer intrigas de aldeia, em manipular eleições falsas, em maldizer a vida alheia, e freqüentar casas suspeitas?*

*O que pode esperar a moral publica, e a religião do sacerdote devasso, e corrupto, que faz ostentação de seus vicios e defeitos, que se envolve nas intrigas locaes, no commercio licito e illicito, e perde a mansidão e prudencia do verdadeiro pastor?*

*O que pode esperar a sociedade do magistrado partidario, parcial, e vingativo, que perturba a paz*

<sup>83</sup> O CONSERVADOR n.293, 26-1-1855, p.1, c.1

<sup>84</sup> Idem

<sup>85</sup> O ARGOS n.219, 4-12-1857, p.4, c.2

*publica, e administra a justiça ao sabor de seus olhos e paixões?*<sup>86</sup>

A educação da época tinha como estratégia de ensino a apresentação de modelos ao aprendiz que, influenciado, passaria a imitá-los. O educador era orientado a colocar o educando em contato com os grandes personagens e realizações da humanidade que lhe serviriam de exemplo e guia no desabrochar da própria personalidade.<sup>87</sup> Dentro dessa concepção de ensino, muitas vezes, a criança foi considerada um ser amorfo ou um papel em branco em que se poderia imprimir o vício ou a virtude. A atenção dirigia-se então, para que, no *coração tenro* da criança, *próprio para receber impressões*, fossem impressas somente aquelas imagens que contribuíssem para a sua edificação moral.<sup>88</sup>

*Formar o coração e o caracter da mocidade, é o fim de toda a educação: se as exhortações dos pais e dos mestres são necessarias, os exemplos são indispensaveis. Desde a idade de sete annos, o menino é muitas vezes capaz de conhecer toda a ridicula contradicção entre o que se acha na conducta de um pai irreligioso e imoral, que o exhorta a piedade e a virtude. Que effeitos podem produzir as exortações de um pai sobre os seus filhos, quando elle só lhes dá o exemplo de todos os vicios?*<sup>89</sup>

*Ora se as crianças, como bem compara um sabio Grego, são a imagem da cêra, que recebe as formas que se lhe quer dar, é fora de questão, que fará tudo o que elle vir que a sua ama pratica; e por conseguinte as primeiras palavras que balbucia, são as que houve della, sendo quase sempre obsenidades, ...*<sup>90</sup>

<sup>86</sup> O ARGOS n.317, 27-7-1858, p.3, c.1

<sup>87</sup> CRUZEIRO DO SUL n.83, 2-1-1859, p.2, c.1

<sup>88</sup> NOVO IRIS n.73, 22-11-1850, p.2, c.2

<sup>89</sup> AREVELAÇÃO n.35, 23-4-1853, p.3, c.1

<sup>90</sup> O ARGOS n.175, 22-8-1857, p.3, c.2

Era nesse sentido que a convivência com escravos passava a ser severamente criticada. Alertava-se aos pais do perigo que poderia exercer a influência de serviçais que, com seus costumes “bárbaros,” contribuíam para a decadência física e moral da família:

*A boa educação pois deve começar desde o berço do menino e para isso dizem muitos philosophos que um dos mais importantes deveres dos seus encarregados é separar dos meninos, tanto quanto fôr possível, os escravos e domesticos, cujos discursos, e sobre tudo exemplos, lhes pode ser de prejuízo.”<sup>91</sup>*

*...quando estes [os filhos] se acostumão a não verem senão escravos e subditos servis, que a cada passo os louvãõ incitando suas más tendencias, favoreando suas torpes inclinações: - que negro e malfadado futuro não aguarda esses miseraveis entes, que bem se pode dizer - perdidos pelo falso amor dos pais!<sup>92</sup>*

Pelas próprias condições de sobrevivência a que estava submetido, o escravo tornava-se o oposto do ideal de civilização da nascente sociedade burguesa, a qual passava a considerá-lo “um grande estorvo” ao seu projeto de moralização social. Com a proibição do tráfico intercontinental de escravos em 1850, e com a chegada dos primeiros colonizadores alemães,<sup>93</sup> a posse de serviçais negros, de útil e símbolo de status, passava a ser propalada como elemento de retrocesso:

*(...) Nascidos nas regiões em que a ignorancia e a barbaria ostentam todo o seu odioso poder - elles só nos podem trazer erros grosseiros e crenças ridiculas sempre hereditários em sua raça: são como um elemento de retrogradação collocado em nosso seio*

<sup>91</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, p.3, c.1

<sup>92</sup> O ARGOS n.219, 4-12-1857, p.4, c.1

<sup>93</sup> O primeiro grupo de alemães chegou em 1829 com destino à Colônia de São Pedro de Alcântara. Em 1850 estabeleceu-se a Colônia alemã de Blumenau e em 1851 a de Joinville.

escravo  
queto de  
cidade

*para impedir o nosso aperfeiçoamento, para prender-nos ao passado quando nos queremos acompanhar, ainda que de longe a marcha grandiosa do século.*<sup>94</sup>

Assumindo-se a política de imigração europeia na substituição da mão-de-obra escrava, buscou-se, por um lado, neutralizar a influência cultural da população negra e, por outro, aos poucos, ensinar a elite a prescindir do braço escravo, cuja força de trabalho tornava-se escassa. Num processo de busca de libertação de hábitos do passado e com objetivo de alcançar as nações civilizadas, os escravos passaram a ser vistos como elementos nocivos à família, portadores de um perigo a ser evitado. Roberto MACHADO e Jurandir Freire COSTA, analisando o discurso médico-higienista da época, mostram como os serviçais, com a introdução da ordem burguesa, recebiam a culpa pelos maus costumes instalado nos lares (brutalidade, doenças, paixões, desordem, sexualidade desregrada), e passavam a ser acusados de corromper as famílias e conseqüentemente toda a sociedade.<sup>95</sup>

O número de escravos na Província de Santa Catarina era pequeno em comparação com as regiões agro-exportadoras do país mas, desde a época colonial, os habitantes de cor marcaram presença principalmente nas atividades urbanas e serviços domésticos do Desterro. Escravas parturientes eram alugadas como amas de leite, liberando a mulher de elite para o convívio social, cada dia mais intensificado pelo progresso urbano. Vários anúncios divulgavam este serviço:

*Quem quizer alugar huma parda muito boa e nova que tem muito bom leite, falle com o Major Macedo, que lhe dirá com quem deve tratar.*<sup>96</sup>

<sup>94</sup> O ARGOS n.315, 22-7-1858, p.3, c.1

<sup>95</sup> MACHADO, Roberto et al, *Danação da Norma: Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*, p.353-72. COSTA, Jurandir Freire. op. cit., p.121-27.

<sup>96</sup> O ARGOS n.100,19-12-1856, p.4, c.2

*Precisa-se de uma ama de leite que seja sadia e sem vícios, e se fôr pessoa livre será preferível; para tratar na rua do Passeio n.16.<sup>97</sup>*

Censurando essa prática, o redator do Novo Iris repreendia essas mulheres “desnaturadas” que deixavam de cumprir os sagrados deveres de mãe, entregando os filhos a amas mercenárias. Criticou-se tal atitude através do *Novo Iris* e, depois, no *Argos*:

*Muitas vezes antes de nascer o menino já esta em casa uma negra destinada a dar-lhe o leite, sem que se tenha tido o cuidado de corrigir por um tratamento medico os humores carregados e sciphiliticos dessa negra, porque a questão é somente ter quem alivie a mãe do pezo da criação do filho, para que lhe fique livre o tempo para os bailes, as festas, as visitas (...) essas presumidas e loucas mulheres (...) preferem dar um alimento empestado, vicioso, e muitas vezes ministrado de má vontade, a seus filhos que começam logo a soffrer os effeitos deste miseravel e vergonhoso capricho.<sup>98</sup>*

*(...) nada mais desagradavel, nada mais nojento do que ver um peito negro, mirrado, fedorento ...!! mas não levemos tão longe a critica: é moda as Senhoras não amamentarem seos filhos: quem ha de resistir ao poder da moda?...<sup>99</sup>*

Com a urbanização e a dinamização da vida social, a mulher da elite obtinha um espaço na sociedade desconhecido nos tempos coloniais. Ela agora não só poderia como deveria acompanhar o marido nas reuniões sociais, em que o auxiliaria a estabelecer vínculos políticos. Por outro lado não poderia esquecer seus deveres domésticos e, desse modo, continuaria cumprindo um papel secundário em relação ao homem. Assim, a crítica à moda parece

<sup>97</sup> O ARGOS n.537, 31-12-1859, p.4

<sup>98</sup> O ARGOS n.175, 22-8-1857, p.3, c.2

<sup>99</sup> O NOVO IRIS n.63, 18-10-1850, p.3, c.2

vincular-se diretamente ao objetivo de redefinir o papel da mulher como mãe e da criança como investimento do Estado, em sua política de expansão populacional.<sup>100</sup>

Educar a população apresentava-se como um modo de prevenir a marginalidade. A elite do Desterro considerava insuficiente a quantidade de agentes policiais para controlar a população urbana, deste modo, a educação incorporada cumpriria as funções de um legislador sempre presente, indicando em cada ocasião os deveres a serem cumpridos.<sup>101</sup> No Desterro, considerava-se grande o número de indigentes, desocupados e de crianças órfãs que vagavam pelas ruas da cidade, *encomodando as pessoas decentes com seus maos costumes e vícios*, constituindo assim, uma escola de devassidão.<sup>102</sup> Tal fato levava as autoridades, imbuídas em fazer da cidade um espaço ordeiro e civilizado, a olharem para os “sem família.” Em novembro de 1858, sugeria-se aos páraços que, ao pregarem acerca das vantagens da educação e do trabalho, recomendassem a Escola de Aprendizes Marinheiros aos vadios e ignorantes. Combater a ociosidade colocava-se como condição fundamental para controlar os males gerados a partir de vícios adquiridos nas ruas.

EA. M.  
Crianças  
Funções

Provedores  
da  
Rua  
Andaraes

A Companhia de Imperiais Marinheiros foi estabelecida na cidade em outubro de 1857, admitindo meninos de 10 a 17 anos de idade. A educação aliada ao trabalho a que os rapazes estariam submetidos, tornava-se, no entender das autoridades, essenciais à manutenção da ordem e da conservação dos bons costumes. Para incentivar a freqüência, o governo instituiu um abono de 100 mil réis aos pais ou responsáveis pelas crianças alistadas.<sup>103</sup> Tal escola promovia a “limpeza das ruas”, ao ocupar os indesejáveis com

<sup>100</sup> COSTA, Jurandir F., op. cit., p.136

<sup>101</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, p.3, c.1

<sup>102</sup> O CRUZEIRO DO SUL, n.74, 28-11-1858, p.2

<sup>103</sup> PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994, p.136

exercícios físicos e náuticos, extirpando o perigo que poderia formar-se nas esquinas. A escola oferecia também horário para alimentação e estudos.<sup>104</sup>

Apesar do prêmio fixado aos pais que encaminhassem seus filhos à escola de marinhagem, a freqüência parece ter ficado aquém das expectativas das autoridades. O oficial comandante da marinha - Bitencourt Cotrin - argumentou, através da imprensa, das vantagens obtidas pela convivência neste espaço educativo, procurando amenizar a imagem de rigor e castigos severos usados para subordinação dos meninos acostumados à liberdade das ruas.<sup>105</sup> A respeito dessa escola escreve-se no *Cruzeiro do Sul*:

*(...)Para as circunstâncias especiaes d'esta localidade, a companhia de imperiaes marinheiros é um asylo da infancia desvahida, onde ella vae receber o alimento certo, contrahir a virtude do trabalho, grangear uma educação, que será o patrimonio de toda a sua vida, e sobretudo receber uma educação moral, que nunca obteria no meio da corrupção geral, e mesmo no meio da indiferença, - com que hoje se olha para a educação dos filhos, abandonando-os ao cego destino dos mãos exemplos: e creando-os sem subordinação e sem o amor e temor de Deos, o que de futuro os fará outros tantos germens da corrupção social.<sup>106</sup>*

<sup>104</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.74, 28-11-1858, p.2, c.1 e 2

<sup>105</sup> A Escola de Aprendizes Marinheiros mereceria um estudo aprofundado que elucidasse a educação ali ministrada, seu funcionamento e os objetivos que a mantiveram e a mantém até os dias de hoje. Além de artigos publicados nos jornais encontram-se referências à gênese desta instituição nos Relatórios do Presidente da Província, João J. Coutinho.

<sup>106</sup> CRUZEIRO DO SUL n.73, 25-11-1858, p.3, c.1

### 3.4 - O futuro de um menino é obra de sua mãe <sup>107</sup>

As “circunstâncias especiais” do Desterro, mencionada no artigo citado anteriormente eram, provavelmente, uma referência a condição portuária da cidade, a prostituição e, conseqüentemente, o grande número de crianças abandonadas que cresciam sem família. Na época, o governo provincial subvencionava a criação dos chamados expostos<sup>108</sup> até a idade de sete anos. No ano de 1828, a prática de salvar crianças abandonadas foi institucionalizada, com a instalação da Roda dos Expostos<sup>109</sup> - no hospital do Menino Deus - e estabelecida a profissão de criadeiras de filhos rejeitados, chamadas *amas de engeitados.* Preservar vidas parece ter sido um meio de se atingir um fim maior - o aumento da população e a preservação da moral das famílias.

Desde os tempos coloniais a segurança pública e a prosperidade da terra estavam diretamente relacionadas ao povoamento de uma região. A cultura do solo dependia do aumento de braços aplicados na lavoura, e povoar o território era, também, uma forma de garantir o seu domínio. A vinda de *casais* das ilhas portuguesas de Açores e Madeira no século XVIII cumpria este

<sup>107</sup> Frase de Napoleão publicada como epígrafe em artigo sob o título: “*Educação Feminina - Duas vantagens para o Brasil*”. In: O ARGOS n.313, 20-7-1858, p.2

<sup>108</sup> Este era o nome dado às crianças recém-nascidas abandonadas e que, desta forma, ficavam expostas à caridade pública. O governo pagava uma taxa para a família que encontrasse uma criança em sua porta, porque, pela lei, ela era obrigada a criar essa criança.

<sup>109</sup> A Roda dos Expostos era um cilindro cuja superfície lateral tinha um dos lados abertos e que girava em torno de um eixo vertical. A parte convexa e fechada ficava para a rua. Uma campainha, posta em comunicação com o aparelho giratório, servia de aviso à irmã de caridade de plantão, caso alguém desejasse depositar um recém-nascido na prateleira do cilindro. Desta forma, o depositante não era identificado e a criança, atendida imediatamente. A Casa dos Engeitados, Casa dos Expostos ou Casa da Roda existiu em quase todos os países do mundo nos séculos XVIII e XIX. Conf. CIVILETTI, Maria V. Pardal. *O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista.* Cad. Pesq., São Paulo (76): 31-40, fevereiro 1991

objetivo. Também em 1778 o Marquês do Lavradio deslocou para a área do Desterro, com a finalidade de repovoar a capitania, “as sobras indesejáveis” da Bahia, Rio de Janeiro e Angola.<sup>110</sup> No início do século XIX, persistia a necessidade de incremento populacional como se pode constatar na fala de Miguel de Brito<sup>111</sup> que, ao advogar pelos interesses da então Capitania de Santa Catarina, destacava, entre outros itens, a necessidade de promover o aumento da população como condição para seu desenvolvimento e, nesta mesma linha, reivindicava rendimentos suficientes para assistência aos expostos.<sup>112</sup> Tal medida, contribuía ainda para a preservação da unidade familiar ao encobrir filhos ilegítimos.

Com a mudança do estatuto de Colônia para Estado Nacional, o poder instituído direcionava, conforme destacou-se anteriormente, seu olhar sobre a família, desejando-a não apenas fecunda mas, principalmente, responsável e comprometida com a formação de homens virtuosos e vigorosos, dispostos a colocarem-se a serviço da Nação.<sup>113</sup> O simples povoar não garantia a segurança, fazia-se necessário intervir na subjetividade dos futuros cidadãos, retirar a exclusividade da família sobre o destino dos filhos e romper com os particularismos da casa para que ocorresse a formação de “verdadeiros” patriotas. Esse redirecionamento deveria parecer benéfico aos pais, do contrário estes não se responsabilizariam pela formação dos filhos em prol da nação:

---

<sup>110</sup> O Major Coelho observa em sua *Memória Histórica da Provincia* o desagrado com a vinda de banidos para a Ilha. “O clima é benéfico e temperado o que não justifica a vinda de degredados que deveriam mandar-se para o Mato Grosso e rios Branco, Negro e Madeira, onde pelo clima menos favorável tem necessidade de serem povoados.” p.177

<sup>111</sup> Ajudante de Ordens do Governo da mesma Capitania, Governador e Capitão General de Moçambique e Correspondente da Academia Real das Ciências.

<sup>112</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de, op. cit., p.88-89

<sup>113</sup> COSTA, Jurandir Freire, op. cit.p.173

*Pais e mães de familia, attentai bem nisto, é uma especie de crueldade dar a existencia e recusar a educação, porque esta ultima será um manancial de boas acções para vós, e de prosperidades certas para vossos filhos.*<sup>114</sup>

A moralização social era uma das aspirações dos homens ilustrados da época e então, procurava-se regular a existência social e emocional de homens e mulheres, identificando masculinidade com paternidade e feminilidade com maternidade.<sup>115</sup> A mulher era a personagem do meio familiar que, pelos jornais, muita atenção recebia. Seu comportamento tornava-se bastante visado, pois se instalara a idéia de que através das mulheres, sobretudo daquelas adequadamente instruídas, se veria concretizado a regularidade e a disciplina na vida doméstica. E, ao mesmo tempo em que se repreendia a falta de zelo das mães, evidenciavam-se no bello sexo, virtudes antes desconhecidas ou menosprezadas:

*Ataves da moralidade da mulher.*

*Missão na familia; a mulher é tudo nella. - Influencia da religião e da moralidade da mulher, mui poderosa sobre a moralidade da familia e do estado.*<sup>116</sup>

*Um pai, com ser o primeiro agente da criação, da educação e da instrução, não é todavia o mais influente nos progressos moraes e intellectuaes de seu filho. É mais uma razão para, desde os primeiros annos, velar-se mais particularmente na educação das futuras mãis de familias.*<sup>117</sup>

Como instituidoras naturaes da infância as mulheres estavam sendo elevadas à condição de construtoras da boa sociedade.

<sup>114</sup> A REVELAÇÃO n.11, 6-11-1852, p.3, c.2

<sup>115</sup> Conf. COSTA, Jurandir Freire. op. cit.

<sup>116</sup> O SANTELMO n.18, 18-7-1858, p.1

<sup>117</sup> O ARGOS n.65, 15-8-1856, p.2, c.3

E era assim, com objetivo de preparar uma educadora, que a formação das meninas e a melhoria de sua escolarização obtinha atenção e importância:

*(...) quando nossas jovens patricias possuirem, além do que é necessario á seu sexo, ideas claras de grammatica, e rudimentos das sciencias e artes mais necessarias, estarão collocadas, quando mães, na posição que nos deve trazer tantos beneficios. Ensinarão seus filhos á fallar nossa rica lingua, sem esses erros, esses vicios, que carecem depois de tão grandes esforços para se corrigir. Não lhes transmitirão mais estes preconceitos, essas supertições, que escravizam o espirito (...) As impressões, as idéas recebidas na infancia são quasi sempre indeleveis como os caracteres gravados no bronze.<sup>118</sup>*

Persistindo durante longo tempo na sociedade brasileira, o patriarcalismo<sup>119</sup> segregou a mulher dos segmentos médios e altos a qual, exercendo funções exclusivamente domésticas tinha uma educação, em geral, bastante precária. Chamada agora a desempenhar um papel social, as mulheres não poderiam deixar de receber um certo grau de educação intelectual pois, só deste modo, tornar-se-iam *instituidoras esclarecidas*<sup>120</sup> e poderiam exercer influência benéfica sobre o espírito dos filhos. Adquirindo algum conhecimento, elas deixariam de *incutir idéias errôneas* em sua prole e, assim, quando as crianças fossem *sentar nos bancos das aulas - já não [levariam] o espírito em bruto, ou o que é pior, cheio de ideas falsas...*<sup>121</sup> Esse artigo estava, provavelmente, direcionado à mulher da elite pois era

<sup>118</sup> O ARGOS n.315, 22-7-1858, p.3

<sup>119</sup> Na família de tipo patriarcal o chefe possuía um poder absoluto sobre seus membros que dele eram dependentes e lhe deviam obediência. Por interesse em manter intacto o latifúndio, o direito de primogenitura sobreviveu no Brasil até quase a metade do século XIX (1835) Conf. COSTA, Emilia Viotti, op cit, p.197.

<sup>120</sup> O ARGOS n.313, 20-7-1858, p.3

<sup>121</sup> O ARGOS n. 315, 22-7-1858, p.3

comum, na época, o fato desta introduzir os filhos nas primeiras letras.

A intensificação da vida social, criada pelo avanço do capitalismo industrial europeu no Brasil, ocasionou transformações na família conforme procurou-se destacar anteriormente. Ao deixar o confinamento doméstico, a mulher brasileira pertencente a famílias abastadas, tornava-se mais sociável, criando-se em torno dela várias expectativas e exigências. Deveria vestir-se à francesa, saber receber as visitas do marido, manter uma conversação e portar-se bem à mesa. E, ao tempo em que lhe eram concedidas certas regalias e uma certa liberdade do jugo do homem, tomava-se o cuidado de limitar essa relativa emancipação:

*(...) Se a moça tiver alguma instrução, não se deve mostrar pretenciosa e orgulhosa, por isso; e pelo contrário deve servir-se dos seus conhecimentos unicamente de se fazer agradável; sendo para notar que nada ha tão aborrecido como uma mulher com fumos de doutora.<sup>122</sup>*

Os jornais da década de 1850 também dedicavam-se - conforme observações de Joana M. Pedro sobre a imprensa do final do século, - à divulgação de um ideal de mulher meiga, amorosa e circunscrita ao lar.<sup>123</sup> O jornal *O Cruzeiro do Sul* publicou em 1858, um texto ilustrativo sob o título *Vida de Mulher*:

*Até aos 8 annos, só trata de brinquedos; dos 8 aos 10, já gosta de cumprimentos nos bailes; dos 10 aos 13 gosta de lêr e copia versos; dos 13 aos 15 lê o folhetim do jornal e escreve as amigas commentando os bailes; dos 15 aos 18 tem confidentes, lê romances, e discute as modas e escreve tres cartas por dia em papel bordado, que em todos os cantos tem coração, settas e aljavas; aos 19 fixa a escolha, e principia a fallar em*

<sup>122</sup> O ARGOS n.412, 5-3-1859, p.2 e 3, c.3 e 1

<sup>123</sup> PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e...* op. cit.

*historia; aos 20 falla de economia e casa-se; dos 20 aos 25 aparece em todos os bailes, reuniões, &, e dá atenção a conversa de alguns velhos; aos 26 tem um filho que não amamenta, mas a quem adora, deixa de sahir porque o sol faz mal ao menino; então dedica-se as artes, desenha, toca e canta só com o marido, brinca com o filhinho, e aos 30 falla em questões scientificas, e lê o jornal, e toma conta aos criados; aos 40 trata de politica e ajuda a caballar; aos 50 ja tem um confessor a quem consulta, e ja falla do tempo passado; aos 60 brinca com os netos, reza o terço no roزاری, e ensina remedios e mezinhas.*<sup>124</sup>

A publicação desse artigo, com insistência num modelo feminino, vem demonstrar que não era essa a mulher real existente, ao mesmo tempo que indica a que se queria.

Alguns registros de viajantes da época, a respeito das mulheres do Desterro são indicadores de um comportamento feminino não habitual para aquele tempo. Miguel de BRITO notou nas desterrenses uma inclinação para a vida social e destacou: *não se observa nellas aquela bizonhice, que se encontra em outras Capitánias do Brasil.*<sup>125</sup> Significativa também foi a descrição feita por SAINT HILAIRE que, por ocasião de sua visita ao Desterro, em 1820, observou um certo domínio no lar exercido pelas mulheres e um não submetimento ao homem:

*As mulheres (...) exercem dentro de suas casas uma autoridade de que não desfrutam as do interior do país. Os homens se privam de tudo em favor de suas esposas ou amantes, e em nenhum outro lugar existe, como ali, uma desproporção tão grande entre as roupas das mulheres e as dos homens. Nos domingos e dias santos todas as mulheres do campo se assemelham as damas de alta classe, e a maneira como se acham*

<sup>124</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.82, 30-12-1858, p.3, c.2

<sup>125</sup> BRITO, Miguel Joze de. op. cit. p.74

*trajados os seus maridos faz com que eles pareçam seus criados.*<sup>126</sup>

O poder de influência que a mulher exercia sobre o marido e os filhos, pode ser constatado também na poesia produzida pelo Padre Paiva, divulgada por ocasião das eleições de 1847 (citada anteriormente, anexo B). Naqueles versos, reconhecia-se a força persuasiva das mulheres ao solicitar-lhes apoio para o candidato cristão.<sup>127</sup>

A sociabilidade das desterrenses, seus interesses por adornos e as demonstrações de afeição a visitantes estrangeiros foi destaque em vários relatórios de viajantes de diversos pontos do globo que passavam ou permaneciam por algum tempo na cidade. Carl SEIDLER, René P. LESSON e SAINT HILAIRE observando os costumes da população de Desterro, muitas vezes, descreveram o comportamento das mulheres:

*O que eu ouvira a respeito das senhoras me pareceu confirmado desde o primeiro dia, pois à tarde, estando eu à janela com alguns conhecidos, ao passarem diversas dessas belas diante da casa com o seu desembaraço à portuguesa, foram elas as primeiras a nos saudar, contrariamente aos costumes brasileiros, e com uma amabilidade e olhares tais que bem se podia compreender que os oficiais estrangeiros lhes eram hóspedes bem apreciados.*<sup>128</sup>

<sup>126</sup> SAINT HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*, trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed.USP, 1978, p.174

<sup>127</sup> Neste ponto, faz-se importante ressaltar o estudo de Mariza CORRÊA *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*, em que a autora argumenta que a família patriarcal não foi a única forma de organização familiar no Brasil dos séculos XVI e XIX. Essa pesquisadora destaca a coexistência, na época, de várias formas de organização familiar, em que nem sempre o homem esteve no centro da unidade doméstica. CORRÊA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>128</sup> SEIDLER, Carl F. G. In: *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*; compilado por Paulo Berger, 2.ed. Florianópolis, Edit. UFSC/ Assembléia Legislativa, 1984, p.281

*Elas revelaram aos estrangeiros uma benevolência que se declarou desde o primeiro vislumbre.*<sup>129</sup>

*(...) o exagerado amor das mulheres pelos atavios, tornaram a prostituição extremamente comum. O juiz de fora que se achava em função ali à época de minha viagem afirmou-me que a câmara municipal do distrito despendia quase toda a sua receita na educação de crianças abandonadas.(...) o presidente da provincia, Antero José Ferreira de Brito, queixava-se amargamente das despesas que se torna necessário fazer todos os anos com as crianças abandonadas.*<sup>130</sup>

Pela imprensa, buscou-se a moralização do comportamento feminino com prescrições e pensamentos morais, nos quais a mulher deveria dar-se conta do “genuíno” papel que tinha a cumprir na sociedade: o de esposa e mãe. Comprometida com a criação e educação dos filhos, ela aliviaria um ônus que, em meio a “degeneração de costumes,” recaía sobre o orçamento público. Cumpriria, via maternidade responsável, um papel fundamental na edificação de uma humanidade virtuosa. Era nesse sentido que a ela se referia a imprensa e se reivindicava sua escolarização. No jornal *O Santelmo* lia-se a seguinte máxima:

*Desenho admirável do Creador, com ter feito a mulher mais forte que o homem no moral, e o homem mais forte que a mulher no physico.*<sup>131</sup>

Em *O Argos*, J.J. Lopes publica um artigo cujo título anunciava prescrições para moças que desejassem casar. Tal *catecismo* recomendava que, ao estranho que fosse a primeira vez em sua casa, a moça [deveria] mostrar-se com elle reservada e

<sup>129</sup> LESSON, René P. Idem p.268

<sup>130</sup> SAINT HILAIRE, op. cit. p.175

<sup>131</sup> O SANTELMO n.18, 18-7-1858, p.1

*modesta, tanto quanto exigem o pudor e a dignidade de uma moça honesta, e bem educada... Orientava-se ainda em relação às demonstrações de afeto: Uma moça que se apressa demasiadamente em mostrar amor, arrisca-se à perder pela sua facilidade e precipitação o bom conceito...*<sup>132</sup>

Toda essa preocupação em prescrever procedimentos decentes para as mulheres parece vincular-se à introdução, na vida familiar, do novo papel feminino: o de educadora das novas gerações. Aproveitando e incitando a influência que elas exerciam sobre os membros da família, procurava-se comprometê-las com a formação dos futuros cidadãos do Império propalando-se que: *...he deste sexo que pode nascer a felicidade publica.*<sup>133</sup>

---

<sup>132</sup> O ARGOS n.412, 5-3-1859, p.3

<sup>133</sup> O ARGOS n.175, 22-8-1857, p.3, c.3

#### 4- UM ENSINO PÚBLICO PARA CIVILIZAR E PROGREDIR

Sobre a implantação e expansão da rede pública de ensino elementar em seus aspectos legal, físico e pedagógico, Leonete L. SCHMIDT realizou uma análise minuciosa, cobrindo o período de 1830 a 1859. Esse estudo revela, entre outras questões, um processo de publicização e expansão da educação escolar em Santa Catarina, com crescimento acentuado do atendimento à população nos primeiros anos da década de 1850.<sup>1</sup> Em relação ao ensino secundário, cabe a dissertação de Rosmeri SCHARDONG (em fase final de elaboração) uma análise vertical do seu processo de constituição e funcionamento, num estudo de caso acerca do Atheneu Provincial. Expõe-se e analisa-se aqui o que a imprensa publicou a respeito.

##### 4.1 - O ensino no Desterro na década de 1850

A organização da educação pública foi colocada na segunda edição de *O Cruzeiro do Sul*, em março de 1858, como uma imperiosa necessidade administrativa de que se ressentia o país:

*(...) O que é a religião para a família é a educação intellectual para o estado; nem aquella pôde gosar da felicidade sem a influencia e relação de devindade; nem este pôde prosperar sem o espirito de civilização, que só lhe pôde vir da educação moral da família, auxiliada e vivificada pela educação intellectual.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> SCHIMDT, Leonete L. *A Constituição da Rede Pública Elementar de Ensino em Santa Catarina, 1830-1859*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1996

<sup>2</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.2, 11-3-1858, p.2, c.3

A emancipação política do país, em 1822, criou condições políticas para a instituição da instrução pública, o que desencadeou discussões acerca da necessidade de ensino público. Na primeira Constituição Brasileira (1824) a educação elementar foi garantida em lei como uma prerrogativa do sistema representativo que passava a gerir o país. Estabelecia-se a partir dela, a gratuidade de ensino a todos os cidadãos, com a criação de escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugarejos. O Ato Adicional de 1834 encarregava as Assembléias Provinciais do desenvolvimento da tese constitucional, assim como da educação secundária. Dois anos depois, contava Desterro com sete escolas públicas elementares e, no ano de 1855, somavam treze, das quarenta e duas existentes na Província.

Na capital catarinense, pessoas ilustradas abriam aulas particulares, geralmente em suas residências.<sup>3</sup> Os filhos das famílias abastadas adquiriam o conhecimento elementar na Aula de José Joaquim Lopes ou no Colégio de Antonio de Souza Fagundes, dirigido por sua esposa D. Felicidade Candida da Conceição.<sup>4</sup> Essas aulas, apesar de sustentadas por particulares, também eram ditas públicas no sentido de reunirem um público interessado e em condições de pagar.<sup>5</sup> No editorial do *Novo Iris* de 1850 lê-se:

*(...) os filhos mais pertencem à republica do que aos pais; (e por esta razão) os meninos se devem educar, não em particular e na casa paterna, e sim em publico, por mestres communs, e debaixo de uma mesma disciplina, afim de que se lhes inspira bem sedo o amor da patria, o respeito para com as leis do paiz, o gosto dos principios e maximas do estado em que hão de viver...<sup>6</sup>*

<sup>3</sup> O naturalista Fritz Müller, por exemplo, ministrava aulas a suas duas filhas e ensinava o filho de um amigo em sua própria residência. Para tanto, encomendava livros alemães que serviam como material de ensino. Tais estudos eram registrados como aula particular nos Relatóros Provinciais e caracterizavam-se pela laicidade.

<sup>4</sup> COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória Histórica da Provincia de Santa Catharina*. Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1877, p.118

<sup>5</sup> Em artigo publicado em *O Mensageiro* de 3-5-1856, sob o título, Dignidade das Funções do Preceptor Primário há uma nota indicadora de que professores particulares eram também caracterizados como funcionários públicos.

<sup>6</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, p.2, c.1

Com domínio da linguagem escrita, os rapazes que desejassem obter formação superior em Direito ou Medicina numa das Academias do Império, freqüentavam aulas secundárias, públicas ou particulares, nas disciplinas exigidas pelo curso ao qual prestariam exames.<sup>7</sup> O governo provincial financiava a formação sacerdotal de rapazes provenientes de famílias sem recursos e que demonstrassem gosto pelo estudo e desejo de ordenar-se nas Ordens Sacras. Concluída a formação, ficavam obrigados a prestar serviço religioso nas paróquias da Província. Foi o caso do padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva que, depois da formação obtida às expensas do governo provincial, exerceu as atividades de sacerdote e, desde 1843, foi também professor particular de instrução secundária ministrando aulas de latim, francês e filosofia.

O ensino secundário no Desterro ocorreu também sob a direção de padres espanhóis jesuítas. Essa congregação retornara ao país 83 anos depois de sua expulsão e instalara, na principal praça da capital catarinense, um Colégio que recebeu subvenção do governo provincial até o ano de 1849.<sup>8</sup> Ali, os jesuítas recebiam jovens do interior da Província e demais regiões do Brasil, assim como estudantes provenientes de outros países vindos em busca de formação humanística. Ensinaram primeiramente a Gramática Latina e, posteriormente, ofereceram também o ensino da Língua Francesa, Filosofia, Matemática, História e Geografia.

O padre Paiva fez concorrência com os jesuítas ao abrir o Colégio de Bellas Letras, na Rua do Livramento. Oferecia o estudo

<sup>7</sup> Na época estavam instituídos Cursos Superiores de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia, de Direito em São Paulo e Olinda.

<sup>8</sup> Em 1836 os jesuítas missionavam em Buenos Aires mas, envolvidos em suspeitas, foram perseguidos por Rosas. Desde 1841 esses padres haviam conquistado a confiança do Bispo do Rio de Janeiro que cogitava as possibilidades de instalarem-se fundações jesuítas no Império brasileiro. Em 1843, tendo sido expulsos da Capital do Rio da Prata, tomaram o rumo do Uruguai e depois da capital catarinense, onde fixaram residência, os padres Cabeza, Vilá e Lopez, sendo que outros retornaram à Europa. Na Ilha de Santa Catarina, enquanto um dos padres atendia a comunidade do Desterro, oferecendo os sacramentos na Igreja do Rosário, outros dois percorriam o interior da Ilha e da Província com a missão de evangelizar índios ou bugres. Cf. CABRAL, O.R., *Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província*, op. cit., p.23-26

da Língua Francesa, Inglesa, do Latim, Geografia, História, Matemática, Retórica, Poética, Filosofia Racional e Moral, Elementos de Física, Química e Botânica, Música Vocal e Instrumental, Desenho e Escrituração Mercantil.<sup>9</sup> Em 1850, estudavam nesse colégio 19 alunos, sendo quatro do Rio Grande do Sul e quinze de Santa Catarina. Tinham como docentes, além do padre Paiva - seu fundador - o consul Carlos João Watson, o médico Manoel Pinto Portela, o bacharel João Silveira Souza, o professor Francisco de Paula Silveira e o engenheiro argentino Mariano Moreno.<sup>10</sup> O padre Paiva procurava desacreditar a educação ministrada pelos jesuítas publicando em seu jornal o *Novo Iris*, artigo no qual denuncia-se os "prejuízos causados no país por esta congregação religiosa".<sup>11</sup>

ed  
com

Os exames da escola elementar de Lopes, assim como os do ensino secundário de Paiva eram de livre acesso ao público, e a relação dos alunos aprovados, juntamente com o conceito obtido na avaliação divulgados nos jornais. O *Novo Iris*, de 18 de julho de 1850, convidava *as pessoas amadoras das letras* para assistirem ao exame de dezoito alunos do Colégio *Bellas Letras*. Dando um caráter solene ao evento, anunciava-se a presença do Presidente da Província, João José Coutinho, do Sr. Juiz de Paz em exercício e do Presidente da Câmara Municipal. A solenidade de avaliação de conhecimentos obtidos pelos alunos, com a presença das principais autoridades locais e premiação aos primeiros colocados indicam a meritocracia que envolvia os exames escolares da época.

Em 1852, os padres jesuítas acrescentaram ao rol de disciplinas ofertadas no início da década, aulas de Língua Inglesa, Aritmética Comercial e Escrituração Mercantil, Retórica, Poesia e Física. Educavam-se no Colégio dos padres, 40 alunos em regime de internato e 28 em regime de externato; estes, todos naturais da Província e daqueles, onze eram de Santa Catarina, quatro do Rio

<sup>9</sup> Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa por João José Coutinho, março de 1850

<sup>10</sup> CABRAL, op. cit. p.33

<sup>11</sup> *Novo Iris* n.29, 18-6-1850, p. , c.

Grande do Sul, um de São Paulo, onze do Rio de Janeiro, outros onze da República Oriental e dois da Argentina.<sup>12</sup>

Para ser admitido em regime de internato, deveria o aluno ter menos de 14 anos e saber ler e escrever suficientemente. O ensino proporcionado pelos jesuítas tinha um bom conceito. O próprio Presidente da Província para lá enviou três de seus filhos, propondo à Assembléia Provincial, em março de 1853, um pagamento anual aos padres para que ensinassem gratuitamente aos externos, os quais despendiam então, mensalmente, a quantia de 2 mil réis para realização de seus estudos. Com a subvenção ao Colégio Jesuíta, dizia o presidente da Província, poder-se-ia proporcionar a *um maior numero os beneficios da instrucção secundaria*.<sup>13</sup>

Porém, no auge de seu funcionamento e com 75 alunos matriculados, viram-se os jesuítas obrigados a interromper seus trabalhos. A epidemia de cólera que tomou a cidade no primeiro semestre de 1853, alcançou o Colégio, tirando a vida de quatro padres e de outros cinco membros da Instituição. Restaram três integrantes da Companhia de Jesus. Estes, sem condições de prosseguir com as aulas, apesar do apoio oferecido pelo presidente Coutinho, fecharam as portas do estabelecimento de ensino. Como o Colégio de Belas Letras havia encerrado suas atividades no ano anterior, ficava a instrução secundária no dizer de Coutinho, reduzida a zero, porque nenhuma aula pública havia. Em setembro deste mesmo ano, o Reverendo Padre Sebastião foi nomeado professor público de latim atendendo a 34 alunos. Em 1854, ele teve a freqüência de 52 alunos e, em junho de 1855, quando pediu demissão, encerrando sua aula, atendia a 42 estudantes.<sup>14</sup>

Em 1856, o padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva retomava seu curso particular de latim, publicando trimestralmente,

<sup>12</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1853, p.3

<sup>13</sup> Idem, p.4

<sup>14</sup> CRUZEIRO DO SUL n.113, 4-5-1859, p.2, c.1 e 2

nos jornais, o aproveitamento de seus alunos.<sup>15</sup> O presidente Coutinho recusou-lhe a cadeira pública dessa disciplina e, tal fato, desgostou muito ao padre Paiva, contribuindo com as animosidades já existentes entre ele e o presidente da Província.<sup>16</sup> Neste mesmo ano, o presidente Coutinho nomeou Landry Saut professor de Francês e Guilherme Wellington para lecionar Língua Inglesa, recebendo cada um 50.000 réis mensais.<sup>17</sup>

Vindos da França para Desterro chegaram, em outubro de 1856, para tomar conta do Hospital da cidade, as Irmãs de Caridade e os padres Lazaristas. Assim que se estabeleceram, criaram um educandário nas dependências daquele edifício. Em 1857, os padres já contavam com 29 estudantes em regime de externato, cobrando 3 mil réis por aluno, enquanto as irmãs se encarregavam da educação de 48 meninas externas e também em regime de semi-internato. Destas, cobravam-se mensalmente 7 mil réis, enquanto das primeiras 2 mil réis mensais.<sup>18</sup>

No ano seguinte, entre as 46 alunas atendidas pelas irmãs, havia 10 orfãs e expostas, de cuja educação as freiras também

<sup>15</sup> Lê-se em *O Argos* de 11 de julho de 1856: *Traduzem Tito Livio (prosa), Virgílio (verso), vão entrar em Horácio, análise, constroem orações latinas, e começam a compor versos hexâmetros os alumnos José Candido de Souza Coutinho, Jalmeno Francisco da Costa, João da Costa Pereira, José Teodoro da Costa, Evaristo Anastacio da Silveira.*

*Traduz Cicero (prosa), Ovidio (verso), vae entrar em Tito Livio e Virgilio, construe orações, analisa, etc...o alumno Quintino Francisco da Costa. Traduzem Quinto Curcio (2a. selecta), constroem orações e análise os alumnos Manoel Coelho d'Eça, José Martins da Costa, Marciano Francisco de Souza, Joviano Silveira de Souza, Ernesto Silveira da Veiga. Traduzem autores da primeira selecta, análise e constroem orações latinas os alumnos João Pinto da Luz Filho, José Joaquim Lopes Filho, Antonio Christiano Garção Stockler. Estudão a artinha e análise sintaxe João Baptista da Costa Cardoso e José Maria da Costa.*

<sup>16</sup> Uma das primeiras desavenças entre Coutinho e o Padre Paiva ocorreu logo no início de seu governo, quando o Presidente da Província recusou o pagamento de uma suposta dívida da Província ao pai do citado páraço, por considerá-la devidamente quitada. Conf. Relatório do Presidente da Província de 1851, p.29 e 30. Outra referência ao caso foi a carta publicada em *O ARGOS* n.55, 11-7-1856, p.3, c.1

<sup>17</sup> Landry Saut foi também professor particular de francês em sua residência, oferecendo, através da imprensa, um curso gratuito aos rapazes com mais de 15 anos, alfabetizados e sem condições financeiras de dispender 10.000 réis mensais com esse ramo da instrução.

<sup>18</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1858

se encarregavam. O ensino para as meninas era de Leitura e Escrita, Aritmética, Gramática Portuguesa e Francesa, Geografia, prendas domésticas e Doutrina Cristã. A matrícula para Latim, Francês, Geografia e Doutrina Cristã da aula de meninos reduziu-se a 15 alunos.<sup>19</sup> É possível que essa baixa tenha ocorrido devido à pouca aprovação obtida no ano anterior, e à grande parte das famílias ter optado, neste ano, pelo ensino ministrado no recém inaugurado Liceu Provincial.

O saldo da balança comercial de Santa Catarina, que até o início da década de cinquenta mantinha-se num nível bastante baixo, obtinha nos anos de 1853-4 e depois 1857-8, os primeiros resultados positivos, que se repetiriam ainda nas décadas de sessenta e oitenta.<sup>20</sup> Esse incremento econômico e a direção dada pelo Presidente da Província reverteram em benefício da educação pública.<sup>21</sup> Analisando-se os investimentos na gestão de Coutinho, constata-se no período, um acréscimo de aplicação do orçamento público em educação escolar, aumentando consideravelmente o número de escolas públicas elementares na capital e no interior da Província, diminuindo proporcionalmente o número de escolas particulares.<sup>22</sup> A década de 1850 iniciou um investimento considerável em instrução pública, atingindo 25% do orçamento provincial.<sup>23</sup> Foi um grande investimento, tomando-se a média de 11% dos anos anteriores. No ano de 1855, a Província catarinense contava com 1.172 meninos e 429 meninas realizando estudos primários em escolas públicas, enquanto o ensino particular masculino reunia 273 e o

Leonete

<sup>19</sup> CRUZEIRO DO SUL n.32, 1-7-1858, p.4, c.1 e 2 - Relatório apresentado pelo provedor do Imperial Hospital de Caridade.

<sup>20</sup> Conforme tabela apresentada por Hübener em *O Movimento Comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*, p.111.

<sup>21</sup> Também em relação a assistência às crianças abandonadas Coutinho tomou providências e interferiu tanto na qualidade do serviço, quanto no sentido de pagar em dia os salários das amas, procurando saldar a dívida que durante muitos anos o governo provincial manteve com a assistência aos menores "expostos à caridade pública." Conf. Oliveira p.262

<sup>22</sup> Conf. SCHIMIDT, Leonete L. op. cit, p.

<sup>23</sup> Idem, tabela p.54

feminino 230. A maior parte concentrava-se na Ilha, somando 970 estudantes e destes, um terço vivendo no Desterro.<sup>24</sup>

Marcelino Dutra, professor na localidade do Ribeirão da Ilha, tinha sob sua responsabilidade o aprendizado de 180 discípulos, utilizando o Método Lancaster com adaptações. De origem inglesa, tal processo de ensino colocava um mestre diante de inúmeros aprendizes, auxiliado por monitores e, por destinar-se ao ensino de um número elevado de alunos, foi considerado na época *o sistema das maquinas aplicado também à instrução publica*.<sup>25</sup> Era indicado para uso em classes numerosas pois, nestes casos, abreviaria o trabalho do professor acelerando o progresso dos alunos. O sistema de monitoria trazia ainda a vantagem de diminuir as despesas com contratação de novos professores, já que os próprios alunos atuavam como auxiliares.<sup>26</sup>

Tal processo de ensino recebeu críticas em Santa Catarina por sua eficácia restringir-se à uma instrução superficial sendo considerado impróprio para dar educação.<sup>27</sup> Talvez por esse motivo, a partir de 1848 determinava-se, através da Lei n.268, de maio do mesmo ano, a utilização do Método Individual, recomendado anteriormente apenas para classes com poucos alunos.

A metodologia de ensino foi tema de alguns artigos da imprensa do Desterro.<sup>28</sup> Articulava-se a idéia de que, para chegar a um fim educacional era necessário um método, discutindo-se a conformidade e a aplicação dos diversos processos de ensino. Ao governo caberia a definição da metodologia de ensino, não só da

<sup>24</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1856

<sup>25</sup> Relatório do Presidente da Província, Antônio Pereira Pinto, apresentado à Assembléia Legislativa em 30-11-1849

<sup>26</sup> BELL, Andrew. In: Manacorda, M. Algibeiro. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989, p.257

<sup>27</sup> Relatório do Presidente da Província, Antonio Pereira Pinto, de 30-11-1849

<sup>28</sup> Conforme anúncio publicado em O ARGOS n.235, 14-1-1858, ocorreu uma experiência de ensino de primeiras letras pelo método mnemônico. Outras referências às formas de ensinar podem ser encontradas ainda em duas edições de A REVELAÇÃO: n.39 de 18-6-1853 e n.40 de 25-6-1853 como também em O ARGOS n.70 de 2-9-1856

leitura como de outros ramos da instrução e, em artigo publicado em *O Argos*, argumentava-se que isso não bastava, sendo preciso proporcionar aos professores os meios necessários para que pudessem executá-la com acerto. Sugeria-se então, que os mestres aprendizes freqüentassem os colégios públicos para adquirirem tais conhecimentos.<sup>29</sup>

O jornal *O Conservador* fez referência ao processo de ensino de leitura e escrita chamado Castilho. Tratava-se de um método analítico, criado em Portugal por Antonio Feliciano de Castilho pelo qual, acreditava-se, poderia tornar-se mais fácil a remoção de um dos maiores obstáculos ao aprendizado das primeiras letras: "o fraco desenvolvimento das faculdades intelectuais na infância."<sup>30</sup> Embora tal método tenha sido endeusado nos Açores e divulgado pela imprensa catarinense, parece não ter sido aplicado no Desterro, pois o mais preconizado no período foi o método Lancaster ou de Ensino Mútuo, como também o Método Individual. Talvez o método Castilho não tenha obtido popularidade devido à sua origem portuguesa, levando-se em conta que na época era comum rechaçar tudo que lembrasse o período colonial e os olhares direcionavam-se para os países europeus mais adiantados em termos de progresso e civilização.

#### 4.2 - Obrigatoriedade escolar e Unidade de Ensino

Os intelectuais, as autoridades de modo geral e o presidente Coutinho em particular, muito esperavam da Instrução Pública. Esse era um dos primeiros temas tratados em seus Relatórios anuais à Assembléia Legislativa. Os jornais também traziam o assunto com bastante freqüência, seja para criticar a administração,

<sup>29</sup> O ARGOS n.70, 2-9-1856, p.1, c.1

<sup>30</sup> O CONSERVADOR n.315, 17-4-1855, p.3,c.1

reivindicar a propagação da instrução, seja para propor solução para os problemas aventados. Assim, publicaram-se artigos, solicitando aos deputados provinciais o estabelecimento da obrigatoriedade de freqüência à escola dos 8 aos 12 anos de idade. No *Correio Catharinse*, de fevereiro de 1853, sugeria-se que para se introduzir no Distrito mais *amor a leitura e a civilização*, deveria o pai de família sujeitar-se a uma multa, caso estivesse morando a menos de uma légua da escola e não encaminhasse seus filhos aos estudos, a não ser que tivessem freqüentado escola particular.<sup>31</sup>

Contava Desterro no ano de 1853, com sete escolas públicas masculinas e três femininas cuja administração, pela Resolução Provincial n.313 de 1850, havia passado à Câmara Municipal. O presidente da Província queixou-se desta medida, reclamando a responsabilidade ao poder executivo provincial, pois sob a competência do legislativo de cada município estava a instrução *sem nexo e sem pensamento geral*.<sup>32</sup> Argumentava Coutinho da necessidade de estar a inspeção das escolas de primeiras letras a cargo de pessoas de livre nomeação da Presidência e não das Câmaras Municipais. Tal reivindicação foi alcançada em 1854, quando retornou às mãos do presidente a fiscalização das escolas elementares, através da inspeção de um Diretor Geral de Instrução Pública, nomeado pelo presidente da Província. Também o Liceu Provincial, regido por um diretor, estava sob sua inspeção imediata.

Em 1857, o presidente Coutinho solicitava a nomeação de pessoa habilitada para a função de Diretor Geral da Instrução, para que este fosse *as escolas syndicar do comportamento dos professores, conhecer os motivos da pouca frequencia dos alunos e propor com conhecimento de causa, as medidas, que a bem do ensino*

<sup>31</sup> CORREIO CATHARINENSE n.13, 9-2-1853, p.2, c.1

<sup>32</sup> Coutinho cita o transtorno criado pela Câmara do Município de Porto Belo: segundo o presidente da Província, o legislativo daquele município não soube escolher o edificio para as aulas públicas da localidade, "*sem ao menos economizar no preço alugou para as aulas uma casa junto a Cadeia, e outra unida a uma Taberna,*" fato que só serviu de incômodo aos professores e prejuízo da instrução. Conf. Relatório do Pres. da Província de 1851

*se precisam tomar.*<sup>33</sup> Um ano depois, *O Cruzeiro do Sul* - ao felicitar a Assembléia Provincial que, tendo em vista à reabilitação da instrução, aprovara projeto de lei para melhoria salarial aos profissionais do magistério -, argumentava que de nada adiantaria tal medida se não houvesse organização da instrução, garantida por um ativo inspector geral que servisse, em relação à presidência da Província, como uma espécie de ministro da instrução pública.<sup>34</sup> Já em 1853, o *Correio Catharinense* solicitava a ação diretora sobre as aulas, através de um funcionário que percorresse a província visitando as escolas duas ou mais vezes ao ano.<sup>35</sup> Em outra edição de *O Cruzeiro do Sul* de 1858, comparava-se a instrução a uma árvore enraizada no governo geral do império, cujo tronco era o governo provincial com os galhos e folhas personificados em professores e alunos. O Inspetor Geral seria *a seiva que alimenta essa arvore, desde a raiz até a ultima folha*<sup>36</sup>, proporcionando com seu trabalho o vigor necessário ao ensino, garantindo sua unidade.

Sérgio Lopes Falcão foi nomeado em 1858, Diretor titular da Instrução Pública, ocupando a vaga que, interinamente, havia sido preenchida - desde a criação do cargo em 1854 - pelo professor de primeiras letras Antonio de Souza Fagundes. Com relação a este funcionário público, em junho de 1859, *O Argos* publicou:

*De diferentes municipios tem-se-nos perguntado se o Sr. Dr. Sergio Lopes Falcão renunciou o cargo de director geral da instrucção primaria da provincia, pois ha quasi 6 mezes que constatou a sua nomeação e até o presente ainda não tiverão o gosto de vel-o, e professores ha, que anciosos o desejam, pela esperança que teem de ser por meio de uma boa inspecção que o publico pode conhecer quaes desses empregados são dignos de louvor, ou de censura.*<sup>37</sup>

<sup>33</sup> Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa, João José Coutinho, em março de 1857

<sup>34</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.5, 21-3-1858, p.3, c.1 e 2

<sup>35</sup> CORREIO CATHARINENSE n.13, 9-2-1853, p.2, c.1

<sup>36</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.4, 18-3-1858, p.3, c.2

<sup>37</sup> O ARGOS n.456, 21-6-1859, p.1, c.1

No mesmo artigo, não se criticava apenas a morosidade do Diretor da Instrução, como também insinuava-se que apesar de tal funcionário ter dado provas de competência para o cargo, estaria privilegiando a inspeção de escolas particulares, quando seu dever maior seria o de averiguar as escolas públicas, com as quais se despendia anualmente avultada soma.

Os compêndios (livros textos para o ensino nas escolas) também eram escolhidos pelo presidente da Província.<sup>38</sup> Essa centralização da educação no poder executivo, e a proximidade que Coutinho mantinha com as questões e os problemas de ensino, por um lado revelam a simplicidade orgânica da máquina administrativa em processo de constituição e, por outro, demonstram a importância dada aos assuntos educacionais e à necessidade de controlar o que se passava sob o teto escolar.

Durante o ano de 1854 ocorreu maior freqüência às aulas, por parte dos alunos das escolas públicas do Desterro. Segundo o presidente da Província, isso deveu-se à maior ilustração dos catarinenses, à perícia e assiduidade dos professores e principalmente aos alunos, que morando a pouca distância das escolas, permitia-lhes *fazerem os mais pobres nos intervallos certos serviços de suas famílias*.<sup>39</sup> Porém, nas demais localidades da Província continuava *estacionário* o ensino das primeiras letras, levando o presidente Coutinho a elencar os motivos, a partir dos quais, em sua opinião, tal fato decorria:

- 1 - da pouca aptidão e pouco zelo de grande parte dos professores;
- 2 - do desleixo de muitos chefes de família;

<sup>38</sup> Lei n.136 de 14 de abril de 1840, in: GOULART, p.115

<sup>39</sup> Nessa época, o horário escolar consistia em dois turnos diários, sendo o aluno obrigado a dirigir-se à escola pela manhã e à tarde. Manoel da Silva Mafra, considerando indispensável atender a necessidade que os pais têm dos trabalhos dos filhos e ao mesmo tempo buscando solução para a instrução dos mesmos, esclarecia que esse inconveniente ao desenvolvimento à instrução também ocorreu na Europa, mas que havia sido remediado. A solução encontrada pelo Sr. Cousin, no Reino de Saxe, foi a criação de uma classe para os maiores pela manhã, das sete às dez horas, e outra à tarde para os menores da uma às três horas. In: O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.2

3 - da grande distância existente entre a escola a residência da maioria dos alunos;

4 - da ignorância de muitos pais, o que os impedia de avaliar os prejuízos e incômodos futuros dos filhos causado pela ignorância das primeiras letras.<sup>40</sup>

A pouca habilidade dos professores, segundo o presidente da Província, não se devia tanto à falta de conhecimento das matérias, quanto à ausência de vocação e hábito de ensino. A negligência dos pais poderia ser resolvida com uma multa aos que não encaminhassem os filhos aos estudos, sugestão dada anteriormente pelo redator do *Correio Catharinense* mas, lembrava Coutinho, considerando-se o item terceiro e a pobreza da maior parte dos lavradores, *teria a exceção ser maior que a regra, para que a Lei pudesse ser executada sem vexame.*<sup>41</sup>

Solução

Como solução para o problema, o presidente da Província solicitou à Assembléia habilitação para gratificar, em 50\$ e 100\$ anuais, professores particulares que abrissem aulas a uma distância nunca menor do que três quartos de légua da escola pública e que ensinassem com proveito a mais de 12 discípulos.<sup>42</sup>

Em novembro de 1856, Joaquim Juvêncio Cidade, sub-diretor das escolas de instrução primária da capital, encaminhou ofício à professora de primeiras letras de meninas do Desterro, solicitando que esta animasse suas alunas consideradas prontas a apresentarem-se sem receios aos exames finais:

<sup>40</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1854, fl. 5

<sup>41</sup> Idem, fl. 6

A obrigatoriedade ao ensino elementar na Província foi definida em Lei no ano de 1874, sendo que em seguida o ensino passou a ser ministrado uma só vez ao dia, pela manhã ou tarde. Tal providência foi tomada tendo em vista a necessidade que os pais tinham do trabalho dos filhos e da considerável distância entre escola e moradia dos alunos. Conf. GOULART p.116 e 117.

<sup>42</sup> Relatório do Presidente da Província apresentado à Assembléia Legislativa, João José Coutinho, março de 1854

(...) por todos os meios ao seu alcance faça persuadir à suas alumnas, e a seus Pais, ou Tutores, a necessidade, e mesmo a obrigação, que em face da lei elles teem de conservar suas filhas nas escolas, onde teem progredido, até completar-se sua instrucção ou ao menos até a época dos exames, que não é mera formalidade, e sim um testemunho authentico do zelo e pericia dos professores, e da applicação e aproveitamento dos alumnos, e que o contrario he uma prova do pouco interesse e indifferença dos Pais de familia pela educação de seus filhos, dos que teem grande responsabilidade perante Deos e a Sociedade; illudindo assim a benefica lei d'instrucção, tornando glosados tantos sacrificios dos cofres provinciaes com este importante ramo do serviço publico.<sup>43</sup>

Buscava-se de várias formas convencer pais e alunos da necessidade de prosseguirem com os estudos. A evasão escolar desvalorizava o investimento com o ensino público; o baixo grau de instrução poderia desabonar a imagem da Província diante do Império e, sobretudo, perdia-se uma importante oportunidade de forjar um determinado sujeito moral.

freqüência

A partir de 1858, encontram-se nos dois jornais que circularam pelo Desterro, *O Cruzeiro do Sul* e *O Argos*, solicitação de uma direção única para a instrução brasileira. A segunda edição de *O Cruzeiro do Sul* traz uma crítica ao Ato Adicional de 1834, que teria produzido nas províncias graves embaraços e anomalias, proporcionando nada mais que:

*Projetos copiados da França e da Allemanha, mas inexequiveis por exóticos. Tudo se tem buscado e pretendido ensaiar, mas as azas dos novos Egeos tem sido derretidas pela boa reflexão da pratica.*<sup>44</sup>

<sup>43</sup> O ARGOS n.94, 28-11-1856, p.2

<sup>44</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.2, 11-3-1858, p.3, c.1

A partir do Ato Adicional, a educação elementar e secundária tornara-se competência de cada província, ficando dependentes da administração nacional apenas o ensino superior e a organização escolar do Município Neutro. Tal medida dificultava a unificação do ensino, pois o governo imperial limitava-se a implementar inovações e testar medidas educacionais na província fluminense, a qual servia como uma espécie de “laboratório” do governo central no experimento de ações que, mais tarde, poderiam constituir-se em modelo às províncias.<sup>45</sup> A aprovação do Ato Adicional em 1834 (resultado vitorioso de tendências descentralizadoras da corrente liberal, predominante no período das Regências:1831-1840), dificultou e enfraqueceu a coesão nacional impossibilitando, conseqüentemente, a unidade orgânica do sistema de ensino em formação.<sup>46</sup> Propunha-se na imprensa catarinense, que se reconsiderasse a história e se aproveitasse dela a severa lição, lutando-se por:

*... unidade no pensamento, pela uniformidade na doutrina, pela acção pautada e regrada de um methodo geral taes são os meios de obter uma legitima educação intellectual para o Brazil. Esta unidade, esta uniformidade, só pôde legitima e convenientemente partir do governo central, ou mais precisamente do governo unico, porque nos estados, que não estejam [anarchisados] não há senão um só governo.*

*Desenganemo-nos. Em quanto uma lei geral não cortar este nó-gordio, que as provincias tem buscado em vão desatar, em quanto o governo, e não os governos, não definir, não organizar, não estabelecer o padrão fundamental da instrucción pública, decerto continuaremos a lutar com as mesmas difficuldades; e a ser contrariados pelos mesmos embarços. É nossa*

<sup>45</sup> Conf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema - A formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990, p.252 e 253

<sup>46</sup> Conf. AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura - Parte terceira da 5ª edição da obra “A Cultura Brasileira”, São Paulo, Melhoramentos e Brasília, INL, 1976, p.74*

*opinião que uma lei geral deverá definir qual o [grau] de instrução, que se deve oferecer aos diferentes estados da sociedade: deverá instruir o programma geral, designar os compendios, e então os governos delegados, nas provincias; assistidos das assembléas consultivas e deliberativas, regularem o systema de instrução pelo governo-mãe.*<sup>47</sup>

Percebe-se assim, já em meados do século passado, a reivindicação por um Sistema Nacional de Ensino. Argumentava-se, que, tendo a educação como finalidade o progresso humano, este não deveria restringir-se ao desenvolvimento individual mas compreender o interesse social, demandando desse fato, o direito de o Estado intervir no ensino.<sup>48</sup> É importante destacar que, ao lado das reivindicações por intervenção do Estado na escolarização defendeu-se, por outro lado, a necessidade de preservar a liberdade de ensino<sup>49</sup>, estabelecida desde 20 de outubro de 1823, uma das primeiras leis do país politicamente independente. Assim, ao mesmo tempo que argumentou-se pela necessidade de gerenciamento estatal da instrução, procurou-se limitar tal ação.

Numa das últimas edições de 1858 de *O Cruzeiro do Sul* admirava-se o progresso e a fertilidade das idéias na Europa, justificando-se, desta forma, a adoção de modelos estrangeiros. Argumentava-se que:

*...a instrução não tem patria: seos filhos são de todos os paizes. Pode-se adoptar, sem receio nem vergonha, qualquer melhoramento, bem que tenha nascido debaixo d'uma bandeira estrangeira.*<sup>50</sup>

<sup>47</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.2, 11-3-1858, p.3, c.1

<sup>48</sup> O ARGOS n.440, 14-5-1859, p.1, c2

<sup>49</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.1, c.3

<sup>50</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.2, c.1

Na organização da instrução pública brasileira, o modelo francês de instrução foi uma referência importante. A influência da França traduziu-se, entre outras questões, no emprego dos termos "primário" para designar um grau do processo educativo, e de "Liceu" para instituições escolares.<sup>51</sup> Porém, não se pretendeu uma mera transplantação de idéias. Argumentava-se que o ensino deveria servir à realidade da Nação Brasileira. Era preciso aproveitar a experiência de países adiantados, tomando-se o cuidado de evitar os erros cometidos por estes no passado. A meta era adotar *tudo que [fosse] bom das instruções que [pudessem] adequar-se as nossas necessidades presentes*.<sup>52</sup> Quais seriam estes erros cometidos no passado europeu e quais as necessidades e urgências brasileiras daquele tempo? Algumas referências ao ensino francês indicam que se deveria evitar a prática educativa da França revolucionária, conforme será explicitado adiante.

#### 4.3 - O funcionamento do Liceu Provincial e a polêmica entre católicos e protestantes

Em 1855, o jovem liberal Manoel da Silva MAFRA (mais tarde Conselheiro Mafra), mencionava, em artigo publicado em *O Conservador*, a necessidade urgente de organizar a instrução secundária da Província:

*(...) Custa a crer que entre nos ella seja nenhuma, mesmo na capital! Custa a crer que os nossos patricios se vejam obrigados a mandar para longe de si seus filhos para estudar os mais simples preparatórios*

<sup>51</sup> SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária (Perspectiva histórica e teoria)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969

<sup>52</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.2, c.1

*para os cursos superiores, fazendo não pequenas despesas, que aliás seriam evitadas se na provincia houvessem aulas proprias. Infelizmente já não temos o collegio dos missionários jesuitas que tantos beneficios fizeram a Provincia, e que apenas poderão preparar alguns de nossos patricios, que hoje se distinguem nos seus estudos superiores. Desde que se fechou este collegio o que se tem feito para substituí-lo? Nada; e assim continua o estacionarismo reprovavel, que havia antes da fundação deste collegio, chamamos pois a attenção da Assembleia Provincial para remediar esse mal, para acudir a essas necessidades, que são de primeira ordem, e para as quais os dinheiros empregados nunca serão perdidos.<sup>53</sup>*

O ensino secundário, com caráter fundamentalmente preparatório para o ingresso nas Academias de Ensino Superior, era uma aspiração da elite local, cujo objetivo era ter seus filhos habilitados para o exercício de profissões liberais ou cargos burocráticos do serviço público. Também a administração provincial tinha interesse na formação secundária dos catarinenses pela necessidade de compor seus quadros. Assumir tais empregos era privilégio, pois a “gente de bem” não se submetia aos trabalhos manuais ou mecânicos que demandassem força física. Através da Lei n.º 417, de 1856, essa aspiração do governo catarinense foi alcançada com a criação do Liceu Provincial, instalado na antiga chácara dos padres jesuítas.

No início de 1857, recebia este estabelecimento de ensino secundário 14 alunos matriculados nas cadeiras de Francês, Inglês, Latim e Matemática, providas interinamente, ficando vagas as aulas de Retórica, Filosofia, Geografia e História para as quais não se apresentaram candidatos.<sup>54</sup> No ano seguinte, prestaram concurso e assumiram as aulas de Inglês o professor Guilherme Wellington, a de

<sup>53</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.2, c.3

<sup>54</sup> Relatório do Presidente da Provincia à Assembléa Legislativa, João José Coutinho, março de 1857

Francês, João José da Rosas Ribeiro de Almeida, a de Latim o professor dr. Ricardo Becker, enquanto o naturalista Frederico Müller, conhecido por Fritz Müller, assumia a cadeira de Matemática.<sup>55</sup>

O presidente Coutinho mostrou-se muito interessado pelo bom andamento do ensino neste estabelecimento e, muitas vezes, ele próprio assistiu às aulas e examinou as lições. Consentiu que Fritz Müller aproveitasse uma parte do terreno do Liceu para o estabelecimento de um pequeno jardim botânico no local.<sup>56</sup> O professor Fritz Müller, na época, correspondia-se com Darwin. Adepto das teses do naturalista inglês, aplicava os conhecimentos adquiridos a algumas espécies de crustáceos da Ilha. Confirmando teses darwinianas em terras catarinenses, recebeu do renomado cientista a denominação de "Príncipe dos Observadores."<sup>57</sup>

Uma das salas do Liceu foi utilizada para o ensino elementar particular a partir de 1858. Sob a responsabilidade do professor F. M. Raposo d'Almeida, ensinava-se aritmética, leitura e escrita pelo método mnemônico, admitindo-se até 25 meninos. Estes, deveriam freqüentar as aulas assiduamente, todos os dias úteis com exceção das 5<sup>as</sup> feiras, das 8h30 às 11 horas da manhã e das 15 às 17 horas da tarde. Graduava-se os estudos em três séries, para as quais cobrava-se de 3 a 5 mil réis mensais por matrícula.<sup>58</sup> Tal escola foi instalada, provavelmente, com objetivo de fornecer a base necessária aos futuros estudantes do Liceu, na tentativa de articular os estudos primários e secundários. Desta forma, os filhos de famílias com possibilidades de dispender parcela do seu orçamento com o curso primário ministrado nesse estabelecimento, obtinham maiores chances de sucesso no curso secundário público e, depois de formados, ingresso facilitado nas fileiras da elite dirigente e no gerenciamento da "coisa pública."

<sup>55</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.36, 15-7-1858, p.3, c.3

<sup>56</sup> SILVA, J. Ferreira da. *Fritz Müller (Bio-bibliographia de um grande cientista)* Rio de Janeiro: Edições Alba, 1931 p.44

<sup>57</sup> Idem

<sup>58</sup> O ARGOS n.235, 14-1-1858, p.4

O início do funcionamento do Liceu Provincial foi bastante tumultuado pela perseguição que José Joaquim Lopes desencadeou aos professores e ao ensino ministrado nesse Colégio, veiculada através dos jornais *O Argos* e o *Santelmo*, de sua propriedade. O ponto, a partir do qual girava toda a celeuma, era o fato de o presidente da Província ter permitido a prestação de concurso e admissão, como lentes de um estabelecimento público, docentes não professantes da fé católica e de origem alemã. Considerando o Liceu uma *perfeita burla*, escreve Lopes no editorial de seu periódico:

*Foi despedaçada a Constituição, foi muito escarnecida a boa fé de um povo generoso e sobremaneira docil; foi um menospreso a todas as conveniencias publicas, e um insulto a opinião geral, a admissão á concurso de dous individuos, que nem são catholicos romanos, como mui positivamente exige a Lei.<sup>59</sup>*

Tratava-se de Fritz Müller, alemão e ateu declarado, e Ricardo Becker, também originário da Alemanha e não adepto do catolicismo. Sustentava os argumentos e críticas de Lopes o padre Paiva, que por muito tempo pleiteou a cadeira pública de Latim sem conseguí-la, fato mencionado anteriormente. Apesar de estar nesse período residindo fora da Província, Paiva nunca afastou-se de fato dos entreveros políticos ocorridos no Desterro e colaborava nas edições dos jornais de J.J. Lopes, *O Argos* e *Santelmo*, publicando virulentas críticas ao ensino secundário ministrado no Liceu, censuras estas, estendidas a toda administração provincial.

A polêmica em relação ao funcionamento do Liceu tomou conta da maioria dos editoriais dos jornais de 1857 (ano de início de funcionamento do Liceu) a 1859 (quando Coutinho deixou o cargo). O debate se acirrou, quando o presidente da Província

<sup>59</sup> O ARGOS n.315, 22-7-1858, p.1, c.2

nomeou o professor Becker diretor desse estabelecimento de ensino secundário. Isso, segundo Lopes, era uma afronta, pois o Liceu era pago por católicos, e para a instrução de católicos, e com dinheiro contribuído por brasileiros, não poderia assim, ser dirigido por um estrangeiro. Criticava-se também o fato de os professores alemães não terem domínio da Língua Nacional procurando-se desacreditar diante dos pais a educação oferecida no Liceu e perguntando-se como estes poderiam entregar seus filhos a homens que não sabem falar português, que professam uma religião oposta a que recebemos de nossos pais, e que em couza alguma se coadunam com os nossos costumes.<sup>60</sup>

Apelando para o nacionalismo e a legalidade do poder católico, José Joaquim Lopes e o padre Joaquim Gomes de Oliveira Paiva lutavam contra uma administração pública que prescindia de seus trabalhos e diminuía-lhes o poder e influência na Província. Nesse entrevero, saiu em defesa do governo provincial o periódico *O Cruzeiro do Sul* que publicou artigos tentando neutralizar as críticas de Lopes, enaltecendo o ensino ministrado no Liceu e justificando ao público as medidas tomadas pela administração provincial.<sup>61</sup> O redator desse jornal foi ameaçado com prisão por Lopes e pelo padre Paiva que, referindo-se a um texto publicado em defesa dos protestantes, escreveram no *Santelmo*: ...não nos contrariem, si não ...tome cuidado com a gaiola Sr. redactor! ...bico calado; porque quem tem a força e o poder somos nós!<sup>62</sup>

“Nós” católicos protelados de cargos públicos, queriam dizer, e a tensão entre autoridades católicas e protestantes ilustres continuava tomando espaço nos jornais, explicitando uma disputa por poder. Em agosto de 1857, o padre Paiva tentou converter ao

<sup>60</sup> Idem, c.3

<sup>61</sup> Deve ser retificada a afirmação do viajante Lallemant que, de passagem pelo Desterro na época desse conflito, concluiu seu relato sobre o episódio dizendo que os três jornais da cidade, O Argos, Santelmo e O Cruzeiro, por mais importantes que fossem não poderiam deter o progresso do século. In: AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed.USP, 1980. p. Na verdade o último periódico citado por esse autor, tudo o que fez foi defender a nomeação dos professores alemães rebatendo os argumentos de José J. Lopes.

<sup>62</sup> SANTELMO n.23, 22-8-1858, p.3, c.1

catolicismo o luterano Heaton em seu leito de morte. Tal fato desencadeou uma discussão travada pela imprensa. O protestante Júlio Bougarten escreveu em *O Mensageiro*:

*Li com espanto no Argos de hontem a noticia de terem sido inquietadas as ultimas horas do desgraçado Heaton, pela tentativa do paracho desta cidade, de reconduzil-o ao seio da igreja romana.*

*Pois já não podemos aqui morrer em paz nos outros protestantes? É essa a tolerancia que nos concede a constituição do imperio? Nem a lei que nos proteja contra esta insolente importunidade de clerigos fanaticos? Sendo tal o zelo religioso daquelles apostolos e o seu desejo de fazerem proselytos, venham a nós em quanto gosamos de saude, que lhes saberemos responder devidamente, mas deixem de molestar-nos quando temos de lutar com a morte, e de atormentarnos até na agonia!* <sup>63</sup>

Também Fritz Müller, neste mesmo dia e jornal, saiu em defesa de seus conterrâneos:

*Qualificou o fanatismo de cuncubinatos os nossos matrimonios, de illigitimos os nossos filhos, e n'esta cidade até atreveu-se a turbar os ultimos momentos de um infeliz moribundo, para por demonstrações importunas e persuadil-o a mudar de religião. (...)*

*Esperamos, que o poder legislativo, supra em breve a esta lacuna da legislação actual, assegurando-nos por lei especial o nosso direito constitucional de tolerancia, e pondo-nos ao abrigo das perseguições do fanatismo. Confiamos na sabedoria dos legisladores, na justiça do governo, e no bom senso do povo brasileiro, de que tantas provas já tivemos.*

*Porem, se impunemente continuarem estes attentados dos cleros da religião do amor; - então patricios protestantes, voltemos para a nossa terra; ali,*

<sup>63</sup> O MENSAGEIRO n.190, 6-8-1857, p.3, c.3

*qualquer que seja a nossa sorte, pelo menos poderemos morrer socegradamente.*<sup>64</sup>

Ocupando páginas inteiras de *O Argos*, padre Paiva tentava defender-se dizendo ser seu dever reconduzir o enfermo aos caminhos da "Santa Igreja." Ameaçou Fritz Müller e Bougarten afirmando que *Leis Civis não permitem que qualquer membro de outra crença, ou seita insulte ou deprima a Religião do Estado na pessoa de seus ministros.*<sup>65</sup> O presidente da Província João José Coutinho não sustentou as acusações de Paiva e, depois desse fato, este último transferiu sua residência para o Rio Grande do Sul.

O espaço dado por Coutinho aos protestantes tinha respaldo pois, apesar da força da instituição clerical, a igreja Católica sofreu perda de prestígio sobretudo durante o segundo Império. O período monárquico foi marcado por descontinuidades nas relações entre Igreja e Estado Imperial, ocorrendo insistentes questionamentos acerca da hegemonia da Igreja Católica como religião oficial. "Havia um certo desconforto nas relações entre Igreja - Estado, e o crescimento do protestantismo não foi só tolerado, como intensamente estimulado pelo Estado monárquico, no bojo da política de substituição de mão de obra escrava".<sup>66</sup> Esta situação foi ilustrada por CARELLI, ao citar passagem de Gilberto FREIRE em que tal autor, referindo-se ao exercício de poder do Imperador, comparou-o "a um pastor protestante celebrando uma missa católica".<sup>67</sup>

Analisando-se os investimentos do presidente da Província de Santa Catarina na década de 1850, constata-se uma diminuição nos gastos com a Igreja e um acréscimo de aplicação do orçamento público em outras áreas, principalmente na educação.<sup>68</sup> Em artigo publicado no jornal religioso *A Revelação*, há indicação de que a ação estatal orientava-se para o desenvolvimento econômico e para

<sup>64</sup> Idem, c.2 e 3

<sup>65</sup> O ARGOS n.171,11-8-1857, p.1, c.1 e 2

<sup>66</sup> Conf. NASCIMENTO, Jorge C. Texto mimeo.

<sup>67</sup> In: CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994, p. 149

<sup>68</sup> Conf. tabela apresentada por SCHIMIDT

a publicização da cultura e, nesse processo de disputa com outros valores culturais, a Igreja Católica se manifestava a fim de garantir seu espaço e poder político:

*(...) Gasta muitas vezes o governo somma enorme em proteger uma fabrica, e n'ella colloca grandes esperanças. Entrega-lhe esta somma no momento mesmo, em que negou alguma diminuta e insignificante parcella para a impressão de uma obra religiosa, da qual provirão solidos bens á população. A somma enorme dada se consome, a fabrica morre em principio, o Governo perde, e quando muito aproveita algum particular. (...)*

*Decretão as Assembléas milhares de contos para conservatorios de muzica, porque a muzica é uma arte liberal, e concorre para a civilização do povo; para a criação de licêos, atheneos, academias de pintura, museos, e outras cousas, aliás muito boas e dignas de cultura, si não estivessem os templos e parochias da religião, todos ou quasi todos por terra, e necessitados dos paramentos necessarios á sustentação do culto. Não fôra melhor que em lugar de uma centena de contos despendida com um theatro, para a gloria de algum comico de nomeada, ou de algum cortezão amante desse divertimento reprovado pela religião, que se curassem no aceio dos palacios das primeiras dignidades da jerarchia Ecclesiastica?<sup>69</sup>*

Contudo, nesse movimento de secularização, em que a *res-christiana* perdia espaço para a *res-pública*, importa ressaltar que as atividades religiosas assumiam novas feições e, muitas vezes, a Igreja se colocava ao lado das luzes, com o objetivo de garantir seu lugar dentro da esfera estatal. O jornal religioso *A Revelação* publicou texto a favor da Igreja, em que se lia *...ninguem lucra mais com o derramamento das luzes, e da religião, do que os governos. A*

<sup>69</sup> A REVELAÇÃO n.8, 16-10-1852, p.2,c.2

*religião manda que os povos obedeçam fielmente as leis...*<sup>70</sup> Na emergência de leis civis, a Igreja procurava justificar sua importância e manter seu poder argumentando que *...os países mais religiosos, são os que mais florescentes se mostraram.*<sup>71</sup> É importante destacar a observação de Élio C. SERPA, de que o processo de romanização da igreja católica<sup>72</sup> e a busca de uma sociedade civilizada não foram ações excludentes entre si e, portanto, não podem ser tomadas separadamente.<sup>73</sup>

Jorge C. NASCIMENTO constatou que durante o século XIX as discussões acerca da filosofia da educação no Brasil estavam permeadas por defesas em torno da doutrina moral da Igreja, por um lado, e cientificistas de outro.<sup>74</sup> No espaço dos saberes, emergiam as Ciências Naturais e o progresso exigia a transmissão de conhecimentos produzidos pelas novas descobertas, especialmente nessa área. Assim, despontavam e ganhavam espaço ao lado do ensino clássico humanista, as disciplinas ligadas às ciências físicas e naturais. Em seu relatório de 1858, Coutinho solicitou que, embora não houvesse procura por matrícula nas disciplinas Ciências Naturais e Desenho do Liceu Provincial, fosse mantida a oferta dessas aulas porque delas dependeriam os progressos futuros. Dizia:

*sobre as sciencias naturaes que se baseião os grandes progressos da agricultura, da industria fabril, dos meios de comunicação, etc. de que justamente se ufana o nosso seculo. A cadeira de desenho unida às de sciencias naturaes, e de mathematicas elementares, é*

<sup>70</sup> A REVELAÇÃO n.7, 9-10-1852, p.1, c.2

<sup>71</sup> Idem p.2, c.1

<sup>72</sup> Romanização foi o movimento de renovação interna do catolicismo, também chamado de movimento ultramontano, em que buscou-se tornar a Igreja mais "Católica Romana" e menos "nacional". Esta tendência restauradora, desencadeada por bispos reformadores por volta de 1850, encontrou entraves no Regalismo (supremacia do poder do Estado sobre a Igreja) e traduziu-se em conflitos na década de 1870, a chamada Questão Religiosa. Conf. RAMOS p.63 e 82

<sup>73</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Igreja, Elites dirigentes e catolicismo popular em Desterro, Florianópolis, Laguna e Lages - 1889 - 1920*. USP, Tese de Doutorado, 1993

<sup>74</sup> NASCIMENTO, Jorge C., texto mimeo, p.

*de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessária para termos bons e esclarecidos artifices.*<sup>75</sup>

O *Argos* transcreveu artigo publicado no *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, no qual expõe-se trechos a favor de uma educação prática e utilitária. Com o argumento de que a vida é curta e, aos 12 ou 14 anos, o menino deveria estar preparado para o comércio ou para o carreira militar, questionava-se o proveito de saber-se História ou Latim, como também criticava-se o ensino de Retórica: *Fora com o Latim! (...) Para que há que aprender história? historia he historia! (...) rhetorica he pulha...*<sup>76</sup> A formação tradicional fundamentada na cultura geral era posta em questão com severas críticas ao ensino humanista clássico ministrado nos cursos secundários. Essa forma de ensino, característica do período colonial e jesuíta, impelia as elites dirigentes para os estudos superiores e, no entanto, colocava-se a necessidade de um ensino de caráter imediatamente prático e produtivo, não necessariamente manual, mas de preparo para atividades burocráticas e comerciais. No mesmo artigo pode-se ler:

*Aprenda o menino seu bocado de francez; seu bocado de inglez; aprenda com isso mathematica, e saberá o que he util, o que he de vantagem pratica neste mundo.*<sup>77</sup>

Tais questionamentos e as críticas à formação secundária humanista tinham sua razão no contexto social da indústria nascente e de veiculação do ideário liberal clássico. Nessa época, a confiança ilimitada na razão e nas luzes serviam também para fixar as regras da eficácia e do utilitarismo.<sup>78</sup>

<sup>75</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléia Legislativa em março de 1858

<sup>76</sup> O ARGOS n.12, 8-2-1856, p.3, c.2

<sup>77</sup> Idem (grifos meus)

<sup>78</sup> WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e Educação*, PUC, 1984, mimeo, Tese de doutorado, p.55

#### 4.4 - Rompem-se as barreiras de berço: "Pode-se nascer sapateiro e morrer ministro"

A emergência da necessidade de propagação da escolaridade colocava-se como demanda política e vinculava-se a transformações no modo de produção, à medida que o país integrava-se à economia de mercado. O padrão de modernidade, de civilização, o "novo", provinha da França, Alemanha e Inglaterra. A partir desses países, a ideologia liberal se apresentava como uma cosmovisão superior, o verdadeiro e único caminho para se alcançar o progresso. Em o *Cruzeiro do Sul*, de 1858, escrevia-se que, no Brasil, ocorria o *triumpho quasi completo do principio liberal por ser esta lei a que todos os paizes que progridem, obedecem.*<sup>79</sup> Os problemas enfrentados e o atraso em que se encontrava o país eram entendidos como decorrência de uma instrução deficiente ou ausente. Estava presente a crença de que as idéias movem o mundo e que, pela instrução, elas poderiam e deveriam ser desenvolvidas e aperfeiçoadas. Lê-se no mesmo periódico:

*O futuro d'um paiz novo, acha-se ligado com dous principios constitutivos, extrahidos um da moral, o outro da consciencia de perfectibilidade inherente ao homem: o primeiro é o principio religioso cuja falta torna impossivel a direção e o governo dos povos: o segundo é o principio da instrucção que qualquer sociedade deve aos seos membros; d'este ultimo dependem principalmente os progressos civilisadores, materiaes e politicos de uma nação.*<sup>80</sup>

O segredo da fecundidade européia, prosseguia-se no mesmo artigo, devia-se ao fato de a *instrução pública em França, na*

<sup>79</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.2, c.2

<sup>80</sup> Idem, c.1

*Inglaterra, na Alemanha, [achar-se] ao alcance de todos lá, pode-se nascer sapateiro e morrer ministro. Ora pois chegue também para nós a hora da luz!*<sup>81</sup> Civilizar era, em especial, construir uma estrutura mental moderna, espriar e fazer incorporar a ética social burguesa da possibilidade de se progredir pelo trabalho, ao desenvolver-se talentos e potencialidades individuais. A partir daí defendia-se a escolarização ao maior número possível de homens e, através dela, os despossuídos mas “esforçados” e “capazes” poderiam ascender socialmente. Escreveu o liberal Manoel da Silva MAFRA: *Cumprir nada poupar para levar ao infeliz, que vive lutando com a miséria, a ilustração do espírito para melhor combatel-a pela intelligencia e pelo trabalho.*<sup>82</sup>

A formação intelectual, privilégio da elite e condição para distinguir-se socialmente, estava restrita a pessoas que podiam dispendir seu tempo com a ilustração do espírito, ou seja, o cultivo da razão pelo estudo e reflexão. Os homens favorecidos pela instrução elevavam-se sobre os demais, devido a idéia socialmente aceita de que a qualificação intelectual proporcionaria ao indivíduo as condições de desempenhar com dignidade (...) diferentes ocupações.<sup>83</sup> Assim, tinha a instrução destinada à elite, como finalidade primeira, preparar o jovem estudante para ocupar um lugar digno na sociedade, ao desenvolver seus talentos e potencialidades, entendendo-se que *...sempre o homem instruido alcança melhores vantagens e as mais honrosas posições sociais.*<sup>84</sup>

As profissões ou os trabalhos que exigiam mera aplicação das forças físicas eram considerados indignos, próprios de pessoas desqualificadas intelectualmente. Também por este fato, os cargos públicos, na época, eram muito almejados. No Desterro, fora dos altos escalões militares, as pessoas com algum destaque social freqüentemente dedicavam-se ao comércio ou eram funcionários públicos. A grande parte dos demais trabalhos era exercida por

<sup>81</sup> Ibidem

<sup>82</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.2, c.3

<sup>83</sup> O NOVO IRIS n.55, 20-9-1850, p.2, c.2

<sup>84</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.83, 2-1-1859, p.2, c.1

escravos ou brancos pobres. Miguel de BRITO observava no princípio do século XIX, que os mulatos formavam geralmente uma classe *inclinada a toda a qualidade de industria, e aos officios mecanicos.*<sup>85</sup>

Até mesmo no serviço público utilizava-se mão-de-obra escrava, conforme ocorreu em 1857, por ocasião da implantação de iluminação a gás na cidade<sup>86</sup>, ou mesmo com a assistência a menores abandonados.<sup>87</sup> Desde 1833, as Posturas Municipais do Desterro permitiam que escravos exercessem a venda de pescado e seus proprietários solicitavam Licença junto à Câmara para que estes trabalhassem também com a venda de quitandas e fazendas.<sup>88</sup> No ano de 1857, o número de escravos em Santa Catarina atingiu 18.408, marcando no século XIX o período de maior contingente de mão de obra servil na província. A maioria dos que habitavam a Ilha concentrava-se na capital e pelos anúncios dos jornais percebe-se que possuíam qualificação para diversas artes e ofícios:

*Vende-se hum pardo de 16 a 17 annos de idade, robusto, e com principio de carpinteiro...*<sup>89</sup>

*Vende-se uma escrava crioula de nome Eufrasia, de trinta annos de idade, pouco mais ou menos; é apta para todo serviço, e tem pratica de tintureira; quem a pretender comprar dirija-se a Francisco de Freitas, morador da rua Augusta próximo à Santa Barbara.*<sup>90</sup>

<sup>85</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1829. (Reimpressa na Livraria Central, Florianópolis, 1932.), p.75

<sup>86</sup> CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960

<sup>87</sup> Henrique L. P. OLIVEIRA observou entre 1828 e 1840 que das 56 mulheres pardas e pretas que criavam expostos, 11 delas eram escravas. In: OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*. Dissertação de Mestrado em História, São Paulo, PUC, 1990, p.169

<sup>88</sup> CARDOSO, *op. cit.*, p. 74

<sup>89</sup> NOVO IRIS n.36; 12-7-1850; p.4, c.3 (sem grifos no original)

<sup>90</sup> O MENSAGEIRO n.83; 5-7-1856; p.4, c.2 (sem grifos no original)

*Escravo fugido, João Crioulo sapateiro com mais de 40 annos de idade...*<sup>91</sup>

A qualificação valorizava e elevava o preço dos serviços, pois uma prática comum aos proprietários de escravos das cidades brasileiras, conforme estudo de Joel Rufino dos SANTOS, era obter o incremento de suas rendas pessoais alugando escravos para as mais diversas atividades urbanas. "Escravos de ganho eram comprados especialmente para isto: trabalhar por sua própria conta e entregar ao dono, no fim do dia, ou da semana, uma quantia estipulada."<sup>92</sup> Pelos anúncios publicados nos jornais conclui-se que esta foi uma prática comum no Desterro, onde se procuravam e se ofereciam escravos qualificados para os mais diversos ofícios:

*Preciza-se de um preto que entenda de padaria, quem o tiver e quizer alugar dirija-se a esta typografia.*<sup>93</sup>

*Quem tiver e quizer vender um escravo pedreiro dirija-se a Manoel Moreira da Silva na rua do Passeio...*<sup>94</sup>

Ocorriam estímulos ao aperfeiçoamento da produção por parte do governo provincial. Mas, em 1852, o presidente da Província João José Coutinho observava indiferença dos lavradores com os novos métodos de trabalho. Tendo sido inventada em 1848, na própria Província, uma máquina de fornear farinha - tecnologia incentivada pelo governo provincial - quatro anos depois apenas duas haviam sido adquiridas e estavam em funcionamento: uma com o Comendador Marcos Antonio da Silva e outra na Fazenda da Lagoinha. O Presidente Coutinho mostrava-se indignado pois

<sup>91</sup> O CONSERVADOR n.345; 3-8-1855; p.4, c.2 (sem grifos no original)

<sup>92</sup> SANTOS, Joel Rufino dos. *O Dia em que o povo ganhou*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p.23

<sup>93</sup> NOVO IRIS n.36, 12-7-1850, p.4, c.3 (sem grifos no original)

<sup>94</sup> O CONSERVADOR n.371; 9-11-1855, p.4, c.2 (sem grifos no original)

...não he o custo dessa maquina a causa da sua não vulgarização, por que importando ella de 400\$ a 500\$ reis, e suprindo o trabalho de quatro homens, preferem alguns lavradores comprarem escravos a 700\$ e a 800\$ reis não obstante o risco de molestias, fugas e mortes...<sup>95</sup>

O desprezo dos proprietários pelas novas tecnologias, mesmo frente ao alto custo de um escravo, talvez seja explicado pelo fato da posse destes conferir status ao dono, já que o escravo representava tanto trabalho quanto capital. Porém, mesmo que lentamente, a situação se modificava, pois em 1856 Coutinho observava algum desenvolvimento na agricultura com a vulgarização dos novos fornos de farinha.<sup>96</sup>

Com a proibição do tráfico negreiro - a qual muitas vezes os jornais referiram-se como medida de filantropia inglesa - e a emergência do trabalho livre, as preocupações de alguns empreendedores brasileiros apareceram divulgadas no periódico de José Joaquim Lopes, secretário perpétuo da *Associação Catarinense Promotora do Commercio, Agricultura e Artes*, filiada à *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, instalada na Província em 1853. Embora tal associação não tenha obtido dinamicidade em Santa Catarina, Lopes recebia impressos do *Auxiliador da Indústria Nacional* e transcrevia alguns de seus textos em seu jornal *O Argos*, com a intenção de prestar um serviço ao público.<sup>97</sup>

Em artigo dessa associação, publicado no ano de 1859, apontava-se as falhas da indústria no Brasil e criticava-se o aviltamento dos ofícios pelo trabalho escravo, comparando com a Europa onde, devido à inexistência da servidão, as artes e ofícios encontravam-se enobrecidas. Com o discurso desse artigo não se

<sup>95</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, apresentado à Assembléa Legislativa em março de 1853, p.25

<sup>96</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, à Assembléa Provincial, março de 1856

<sup>97</sup> O ARGOS n.30, 15-4-1856, p.3

pretendia divulgar idéias abolicionistas ou de conversão do escravo em trabalhador livre; a questão era resgatar a dignidade de uma vida produtiva para o branco e para a Nação que se inseria nas transformações do mundo capitalista. Considerava-se a escravidão um mal necessário e propunha-se, para reparar a situação, o enobrecimento do trabalho pela *proibição do emprego de escravos em officios onde trabalhão publicamente como lojas, edificações...*<sup>98</sup>. Explicitava-se assim, no discurso da elite, o conteúdo de seu projeto civilizador: o favorecimento de uma minoria considerada superior e a descapacitação com a conseqüente exclusão da grande maioria. Fato claramente expresso quando se referiu aos trabalhadores negros e ocultado quando tratou-se do branco pobre, pelo discurso liberal de igualdade de oportunidades a partir do desenvolvimento de “capacidades individuais”.

A manutenção do escravismo ocasionou a degradação social do trabalho, visto sempre como atividade servil exercida por pessoas sem posses e sem instrução mas, pela educação escolar, poder-se-ia ou dever-se-ia inverter tal mentalidade. Em artigo publicado no *Argos* de 1859, criticava-se a lentidão com que progredia o Brasil, considerando o fato conseqüência da má qualidade da educação que se imprimia no país e lamentava-se:

*(...) Não ha em nós o habito do trabalho, e muito menos o espirito de industria; o brasileiro quando nasce, e muitas vezes antes d'isso é logo destinado a toga ou a farda, salvo um ou outro, que, ou por descuido, por conhecida inepecia é mais tarde destinado a batina!*

*A industria é deshonorosa, somente por necessidade é abraçada como meio de vida; e essa é também, e talvez a principal causa de seu atrazo; o artista trabalha só para comer, e sempre envergonhado de si proprio, a repugnancia para o officio o assalta e o acompanha por toda a sua vida!*

<sup>98</sup> O ARGOS n.472, 28-7-1859, p.2

*Por outro lado esses prejuizos populares, esses maos habitos da população brasileira e essa repulsão que n'ella se nota para as artes e officios, provém talvez sómente da falta de instrucção, que, sendo gratuita, não é obrigatória e nem também é habilitadamente propagada.*<sup>99</sup>

Ressentia-se da falta de trabalhadores, ou melhor, de homens que acreditassem na possibilidade de se progredir pelo trabalho. A necessidade de forjar tal mentalidade colocava-se ao lado da política de imigração, intensificada com a proibição do ingresso de mão de obra escrava no país, ocorrida em 1850. A Província de Santa Catarina recebeu a primeira leva de imigrantes alemães em 1829 e, na década de 1850 o fluxo migratório intensificara-se. Fazia-se presente a preocupação com a aceitação do valor do trabalho por parte dos brasileiros, este não poderia mais ser considerado uma deshonra. Há indícios de que a nascente indústria catarinense carecia de mão-de-obra. Em texto escrito em 1854, apontava-se a falta de braços para o trabalho como um dos motivos ocasionadores da falência de algumas olarias do Desterro.<sup>100</sup> E, em relação à produção agrícola escrevia-se em *O Argos: a terra não demanda só braços exploradores, quer processos novos que, auxiliando a acção da natureza, augmentem as suas forças produtivas.* Para tanto, reclamava-se a criação de escolas agrícolas em que lavradores obtivessem não somente o conhecimento acerca do aproveitamento do solo, como também, aprendessem a aplicar instrumentos próprios para tirar dele toda a vantagem possível.<sup>101</sup> Tal artigo expressa ainda um conceito de indústria prévio à atividade fabril, indicando que o processo do capital já iniciara no

<sup>99</sup> O ARGOS n.524, 29-11-1859, p.2

<sup>100</sup> COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catharina*. Typ. de J.J. Lopes, Santa Catarina, 2.a edição, 1877 p.101

<sup>101</sup> O ARGOS n.469, 21-7-1859, p.

Em o NOVO IRIS de 20-9-1850 foi divulgada a existência de uma escola modelo com teoria e prática aplicada a agricultura na Província de São Paulo. Sugería-se aos lavradores, que tivessem condições, enviassem seus filhos para lá habilitarem-se. Com isto, muito concorreria-se, escreve-se, para o adiantamento da lavoura catarinense.

campo pois a agricultura da época, da mesma forma que o comércio, era a principal fonte de acumulação de capital.

*A Revelação* publicou um texto, transcrito da revista do Museu Nacional,<sup>102</sup> no qual solicitava-se às pessoas com conhecimentos especiais de algum ofício e das respectivas ciências que se dedicassem a escrever livros para o povo. Lembrava os países do norte europeu onde o hábito de leitura estava bastante arraigado acreditando-se ser este o motivo de, nestes lugares, *o gosto nas artes [ser] mais apurado e os costumes [estarem] muito melhorados.*<sup>103</sup> Ainda no mesmo artigo pode-se ler:

*Os conhecimentos que se reputão indispensáveis são o ler e o escrever e o contar; mas isto não basta, porque quem ha que não precise possuir algumas breves noções, por exemplo de hygiene, de geografia, de astronomia? Que artista deixa de precizar saber pouco que seja de desenho linear e de geometria? Bem sabemos que não será possível que todos os homens adquiram estes conhecimentos; mas faça-se diligencia para que cheguem ao maximo numero de homens. (...) A proporção que sahimos das classes mais ordinarias achamos cada vez maior precizão de instrucção. O mestre, o director de uma officina, de uma fabrica, o negociante, o proprietario de terras ou de estabelecimentos industriais, os empregados de certas repartições, não podem dispensar de saber alguma coisa de physica, de chimica, de historia natural, das mathematicas, de thecnologia e &, conforme as respectivas profissões e empregos. É por tanto necessario que segundo as diversas localidades e as diversas profissões, que hade seguir a mocidade popular, o ensino comprehenda noções elementares de todos aquelles conhecimentos(...) Este desenvolvimento*

<sup>102</sup> Durante o século XIX circularam pelo Império brasileiro revistas Arquivos do Museu Nacional o qual também lançou, ainda naquele século, pesquisas das chamadas ciências puras, organizando cursos de ciências e conferências sobre botânica, zoologia, antropologia e fisiologia. Conf. NASCIMENTO, Jorge C. do, texto mimeo, p.6

<sup>103</sup> A REVELAÇÃO n.10, 30-10-1852, p.3, c.2

*dos varios ramos do saber humano inffluirá por certo na industria, nos costumes e, por consequencia na prosperidade publica. O trabalho desacompanhado da reflexão, a mera applicação machinal das forças colloca os homens a par dos brutos; só o trabalho intelligente é digno de humanidade, só elle é fecundo em resultado, só delle resultão os progressos.*<sup>104</sup>

A relação com o trabalho manual era ambígua: considerado indigno era, por outro lado, necessário ao progresso. Com o advento da ciência e a diversificação do mercado, ocorria o estabelecimento de categorias que abriam espaço à classificação dos seres humanos em decorrência do trabalho manual ou intelectual que exerciam. A qualificação decorrente do tipo de ocupação contribuía para a hierarquização social e justificava a restrição à participação política. Homens pertencentes às *classes ordinárias*, estavam afastados da vida política por serem considerados brutos e distanciados da civilização. Porém, esta grande maioria não admitida no “mundo do governo” criava, conforme já referido no capítulo anterior, a necessidade de educação devido ao perigo em potencial que representavam.

Numa economia de mercado a troca se faz presente como ato central, mas só se realiza entre sujeitos livres e detentores de bens. Estes dois valores - liberdade e propriedade - passaram a identificar e a distinguir o ser humano na época moderna. Na análise de Ilmar de MATTOS os cidadãos do Brasil imperial e escravocrata diferenciavam-se fundamentalmente em dois grupos: os que eram proprietários apenas de si próprios e os que eram proprietários também de outrem.<sup>105</sup> Nessa classificação, somente aos últimos era possibilitado o exercício da cidadania e, então, eram denominados “cidadãos ativos.” A população livre e pobre diferenciava-se do escravo por ser proprietária do próprio corpo, detinha um bem, sua força de trabalho e, então, a possibilidade de vendê-la. Constituía-se,

<sup>104</sup> Idem c.1 e 2 (os grifos não são do original)

<sup>105</sup> Conf. MATTOS, op. cit., p. 116 e 117

assim, num cidadão ativo em potencial e a educação dessa grande maioria de habitantes tornava-se uma necessidade para a conformação do Estado, à medida que este desenvolvia uma economia de mercado e passava a ter a sociedade civil fundamentada por relações contratuais.

Já em 1816, portanto, seis anos antes da proclamação de independência política do país, Miguel de BRITO considerava a promoção da educação pública fundamental para a prosperidade da Capitania de Santa Catarina, argumentando que esta era um *manancial dos bons costumes, e dos bons vassalos...*<sup>106</sup> Em 1855, o discurso era outro, Manoel da Silva MAFRA defendia a necessidade de instruir o povo pelo fato do país ser regido por um sistema representativo, em que *o que governa he a razão nacional, he a maioria, e portanto cumpre que a maioria seja ilustrada*. Reclamava a educação e instrução da população na esperança de *um voto consciencioso* quando a sociedade assim o exigisse.<sup>107</sup>

Embora a participação no sistema eleitoral da época estivesse restrita a uma minoria identificada como cidadãos-ativos,<sup>108</sup> a reforma eleitoral tornava-se a cada dia uma aspiração nacional, conforme observou Hamilton MONTEIRO. Este autor ressalta o fato do Imperador D. Pedro II não ter sido favorável às reformas eleitorais, com o argumento de que havia no país uma influência prejudicial em consequência da reduzida educação popular.<sup>109</sup>

Era preciso criar entre os habitantes do Império o sentido de pertencimento ao país. Uma população que não se identificasse com os "interesses nacionais" tornava-se imprevisível e, então, perigosa para o grupo no poder. Manifestava-se, a partir daí, a

<sup>106</sup> BRITO, op. cit., p.88

<sup>107</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.1, c.3

Ainda que a luta político-partidária no Império tenha se mantido praticamente divorciada de princípios democráticos (membros das diversas facções evitaram discutir e enfrentar o alargamento do espaço político), o sistema eleitoral não era ponto pacífico entre conservadores e liberais do Brasil da época. Desde a instituição do voto distrital, em vigor de 1855 a 1875, cogitava-se a reformulação do sistema de eleição indireta, propondo-se eliminação do intermediário na relação representante representado. Conf. ADORNO, op. cit., p.66 e 67

<sup>108</sup> Conforme destacado no primeiro capítulo, p.19 e 20

<sup>109</sup> MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*, p.62 e 63

urgência em se propagar a instrução pública, sendo tal fato, propagado como logro da civilização ao mesmo tempo que condição para se atingir o progresso.

Manoel da Silva MAFRA<sup>110</sup> considerava que de nada serviriam as modernas e liberais instituições para uma população tosca, sem ilustração, que não poderia nem saberia valorizá-las. Fazia referência e se apoiava na Constituição que garantia a instrução primária a todos os cidadãos e ao Ato Adicional que encarregava as Assembléias Provinciais do desenvolvimento desta tese, assim como a instituição da instrução secundária. Clamava aos deputados provinciais e demais autoridades para não se deixarem vencer pelo desânimo, e que buscassem sair do *estacionarismo* em que se encontrava a província em termos de propagação do ensino:

*...Os ensaios deste genero, e o dinheiro publico nelles gastos nunca serão perdidos; iremos indo paulatinamente. No começo de todas as instituições humanas ha sempre difficuldades e obstaculos a vencer, mas destruidos elles todo o mais vai suave e naturalmente, tudo se suit.*<sup>111</sup>

Sem conhecer os benefícios da civilização a população não saberia apreciar e aproveitar as instituições liberais. Argumentava-se que de nada serviria dar ao cidadão importantes direitos se ele os desconhecesse... Daí, a defesa contundente da difusão da instrução e a esperança depositada na educação. No artigo de MAFRA, havia a concepção de que o povo errava por ignorância,

---

<sup>110</sup> Manoel da Silva Mafra, na época, era estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, a qual consolidava sua presença na sociedade imperial tornando-se um ponto de referência da profissionalização da atividade política. Os estudantes nela formados tinham privilégio em termos de ascensão aos postos diretivos do Estado. (Adorno, 1988). No período Imperial era comum o bacharel ascender e tornar-se porta-voz do grupo dominante, mas muitas vezes fazia-se emissário do progresso e patrono do povo. (Viotti da COSTA, 1994)

<sup>111</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.2, c.2

difundindo assim a idéia de que o mal não estava na instituição, mas nos membros da sociedade “insuficientemente civilizados”.

*(...) Quem não tem presenciado entre nós a repugnancia, com que muitos cidadãos servem de juizes a seus iguaes, e muitas vezes preferem mesmo a sanção da lei à multa? E acaso não será uma das mais bellas, das mais liberaes páginas da nossa constituição aquella, que estabelece o julgamento por jurados? Não será um dos mais importantes direitos confiados ao cidadão - o de julgar seus pares?*

*Quem ignora as grandes mutilações que a necessidade tem obrigado a fazer da bella e liberal instituição do júri? E por que? Infelizmente e com dor o dizemos, he porque o não sabemos apreciar, he porque o barateamos. Quando porém pela illustração recebida nos compenetrarmos da excelencia desta instituição, quando refletirmos que ella he um inexpugnável baluarte da vida, da honra e propriedade do cidadão então as mutilações que se lhe fizerão serão outros tantos crimes. O mal pois não he da instituição, o mal esta na falta de conveniente illustração do povo, e portanto o remedio he cortar-o pela raiz, he propagar amplamente a illustração, a instrucção pública.<sup>112</sup>*

Os liberais da época idealizavam uma sociedade regida por normas constitucionais, que conformassem as relações sociais a partir de instâncias jurídicas possuidoras de equilíbrio, quanto ao poder de decisão sobre o curso e o futuro da sociedade.<sup>113</sup> Com a emergência da economia de mercado e a ideologia liberal que a sustenta e constitui, a obscuridade do direito tornava-se desfavorável aos interesses dos agentes do capital, fundamento maior do projeto de civilização em curso. O capitalismo emergente exigia uma racionalização da vida como condição para salvaguardar a segurança

<sup>112</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.1, c.3 (os grifos não são do original)

<sup>113</sup> ADORNO, op. cit., p.66 e 67

das transações<sup>114</sup> e, fundamentalmente, a propriedade privada. A vida racionalizada, com seus elementos fundamentais - a estabilidade e a certeza do direito - trariam a segurança jurídica necessária, não apenas para a atividade econômica, como também para a vida urbana que se estabelecia a partir dela. |Sem a educação decorrente da instrução generalizada, não poderia o país gozar ou usufruir das vantagens das instituições civis e políticas que formavam a base do Estado Moderno.

*A tranquilidade pública*, aspiração constante, era item primeiro tratado pelo Presidente da Província em seus Relatórios à Assembléia Provincial. Na época, além das várias manifestações de insatisfação com a direção política do Brasil imperial, há indicadores de que a ideologia liberal não era a única a adentrar e permear a nascente Nação Brasileira. Conforme observação de Joaquim Nabuco, naquele período "a política estava complicada por um fermento socialista."<sup>115</sup> Na própria Província de Santa Catarina ocorreu entre 1842 a 1845 uma experiência fourierista na localidade de Saí, em frente à Ilha de São Francisco do Sul,<sup>116</sup> enquanto na Europa, "rondava o espectro do comunismo" a partir do ideal da revolução social. Vale lembrar que é de 1848, a publicação em Londres do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, o qual expressava as primeiras tentativas da classe operária europeia de colocar-se como força política autônoma.

O mundo em ebulição e o diversificado quadro de interesses políticos dentro do país colocavam, como urgência à elite política brasileira, a necessidade de criar um mínimo de consonância entre seus interesses e o da maioria da população. Era também esse o argumento usado pelo liberal Manoel da Silva MAFRA ao justificar a necessidade de instruir o povo. Escrevia que um povo ignorante seria

<sup>114</sup> Conf. HESPANHA, Antônio Manuel. *Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVII a XIX*. Separata de Vértice n.340-342, Coimbra, Atlântida Editora 1972, p.10 e 11

<sup>115</sup> In: CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*, Campinas, SP: Papirus, 1994, p.149

<sup>116</sup> S. THIAGO, Raquel. *Fourier: esperança e utopia na Península do Saí*, Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995

*...um docil instrumento destes artistas de revoluções que, promovendo-as por ignobéis interesses próprios, as querem entretanto apadrinhar com os interesses e com a liberdade do mesmo povo? Este, **victima incauta, por sua ignorancia** não lhes perceberá as ciladas e com as próprias mãos abrirá o abysmo, que o tem de sorver! Deixai o povo na ignorancia e se infelizmente um dia rebentar do choque dos partidos, do antagonismo politico o raio da revolução, hai delle! ...[sem saber de que lado esta a verdade] o povo cairá inevitavelmente nos laços dos revolucionarios, que baptizarão seu sanguinolento triumpho com as lágrimas ainda quentes de familias inteiras!<sup>117</sup>*

Pela educação, o povo teria a possibilidade de conhecer “o correto e o verdadeiro” e, desta forma, mais facilmente tomaria o partido da nova ordem. Os argumentos usados no artigo anterior revelam temores com o que se considerava “ignorância do povo.” Temores advindos de um membro do partido liberal, arauto da civilização e, ao mesmo tempo, zeloso das hierarquias. Como progredir e ao mesmo tempo manter a ordem? Uma medida a tomar, seria a concretização de uma escola dualista, que possibilitasse a ascensão dos “capazes” e incluídos e que, ao mesmo tempo, garantisse um mínimo de consentimento, por parte daqueles que “naturalmente” estariam impossibilitados de progredir.

---

<sup>117</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.1, c.2 (os grifos não são do original)

#### 4.5 - Um ensino diferenciado: Quem nascer sapateiro morrerá sapateiro

A questão da difusão da instrução pública foi propagada com muita freqüência no período. Vários artigos trazem a idéia de que a escolarização deveria ser estendida ao maior número possível de habitantes, a partir do entendimento de que *...a civilização, e prosperidade de um paiz dependem essencialmente do estado de instrucção de seus habitantes...*<sup>118</sup> Porém, os textos divulgados tanto pela imprensa conservadora como a liberal do Desterro, indicam que a instrução pública nascia articulada a um projeto garantidor da ordem e mantenedor das hierarquias. Os princípios liberais de igualdade de oportunidades entravam em choque com a prática conservadora da elite política temerosa em perder o controle social:

*A regra fundamental que um tal principio [o liberal] impõem ao estado social, governado por ele é, que a mais alta ambição seja permitida ao ultimo dos cidadãos; é que nenhum defeito de origem, que nenhuma obscuridade de nascimento, prohibam a entrada das carreiras as mais brilhantes, o accesso aos empregos os mais elevados; e que não haja nada que cada um não possa alcançar.*

*Por uma consequencia natural, aquillo que faz a essencia do principio liberal faz também seo perigo: o perigo é que a ambição de elevar-se permittida de direito a todos os membros d'uma sociedade, seja com effeito excitada em todos os corações; o perigoso é que uma concorrencia desregrada, obstrua todos os caminhos que conduzem as dignidades, e deixe desertas e desprezadas as carreiras modestas e as profissões uteis.*

*Ha um modo de por um pouco de regra n'uma tal invasão. Se com effeito o principio liberal exige que todos possam pretender as posições mais elevadas,*

<sup>118</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.28, 17-6-1858, p.2, c.1

*precisa todavia desta restricção; saber occupal-as com as habilitações necessarias, e tornar-se mais digno d'ellas pelos conhecimentos adquiridos; a capacidade e o trabalho devem ser os dous unicos limites necessarios, impostos ao desenvolvimento das ambições, á generalidade das esperanças auctorizadas e fomentadas pelo principio liberal.* <sup>119</sup>

Numa sociedade com fortes traços patrimonialistas, em que as relações humanas eram definidas em termos de troca de favores, dependendo a mobilidade social da patronagem da elite, passar a admitir que os melhores cargos não poderiam restringir-se à elite e sua descendência era sem dúvida um avanço. Porém, estabelecer como condição para ascensão social, habilidades e conhecimentos adquiridos numa realidade em que as cartas estavam antecipadamente marcadas pelas profundas desigualdades de origem, onde os limites para se atingir melhor capacitação e condições de trabalho se impunham pela exacerbada exclusão social, constituía-se num discurso meramente formal.

Concretizar um ensino universal de fato, poria em risco os privilégios da minoria dominante, passando a elite política a perceber na própria escola a solução para viabilizar seu empreendimento de progresso com controle social: *Desejariamos em uma palavra tornar a instrucção publica um poderoso elemento de regra para o turbilhão, dentro do qual se opera o movimento d'uma sociedade liberal.*<sup>120</sup> A popularização da instrução não significaria, deste modo, universalização de conhecimentos literários e científicos. Na escola prudentemente instituída, deveria ocorrer uma diferenciação no ensino, ponderando-se que:

<sup>119</sup> O CRUZEIRO DO SUL n. 77, 9-12-1858, p. 2, c. 2 (os grifos não são do original)

<sup>120</sup> Idem c. 3

*(...) se tomais em consideração o pequeno numero de empregos elevados d'um paiz e o pequeno numero d'homens de genio com que Deos honra um seculo, entenderemos que em lugar de ter muitos homens uteis ao paiz se terá uma porção de mediocridades descontentes!...*<sup>121</sup>

O próprio ensino ministrado nas escolas serviria como um freio às “ambições”, evitando-se descontentamentos da maioria com a sua “sorte”. A formação intelectual, de fato, seguiria restrita às pessoas que podiam dispendir seu tempo com a ilustração do espirito. É a continuidade dessa realidade desigual explicitava-se a partir de uma concepção elitista de educação que, com recorrência a Deus, se buscava naturalizar. Alegava-se no jornal conservador *O Argos*:

*(...) O que um povo ha mister não he tanto de uma vasta instrucção como de uma boa educação, porque afinal de contas a instrucção ha de ser sempre limitada para o grandiosissimo numero, e esta diffusão igual de meia duzia de noções elementares não tem evidentemente nenhum dos germens que produzem os grandes seculos e os grandes genios. (...) um povo composto unicamente de sabios, ou litteratos, não poderia existir, por isso que a sociedade para existir, carece de condições materiaes que os litteratos e sabios nunca poderiam, quereriam ou saberiam exercer.*

*É assim que Deus estabeleceu a sociedade, e as leis de Deus não se mudam. (...) A educação deve ser popular no sentido que todos os individuos carecem de educação; e que a instrucção desligada da educação pode levar facilmente um povo ao abysmo da barbaridade, ou corrupção, isto é, ao regimen da força bruta, ou da immoralidade.*<sup>122</sup>

<sup>121</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.3, c.1

<sup>122</sup> O ARGOS n.113, 6-2-1857, p.2, c.1 (os grifos não são do original)

Temores sociais com a instrução da maioria criavam a necessidade de controle sobre a educação, difundindo uma escola essencialmente “formadora do coração” que cumprisse, fundamentalmente, a função de eliminar a indigência e manter a ordem...

*Não dizemos que os agricultores e operarios devem saber ler e escrever para se entregarem exclusivamente à leitura (...). É mister fixar idéas mais exactas da instrução e seus resultados. As escholae elementares arrancam a vadiice, e a ociosidade os rapazes desvalidos; e não só alli se lhes inspirão sentimento de piedade e religião, infundindo-lhes idéas de ordem e applicação, como se lhes desenvolvem ao mesmo tempo as faculdades intellectuais. Qualquer homem que tenha aprendido a lêr, escrever, e calcular, embora não haja aberto um livro em todo o curso da vida, hade ter sempre mais intelligencia e por consequencia ser o operario mais habil do que individuo falto de desenvolvimento mental, e que jaza por consequência em completa ignorancia. Ha livros cuja leitura é indispensavel. As creanças que freqüentam as escolas são as que melhor aprendem o cathecismo, estando aptas, quando crescem para atenderem o Evangelho, e outros livros ao alcance da intelligencia popular. A leitura dessas obras influido muito nos costumes, é além disso mui propria para affugentar os vicios que consigo traz a ociosidade. Tais são os resultados da **instrucção primaria prudentemente dirigida.**<sup>123</sup>*

Formar o povo com prudência passava pela preservação das diferenças sociais:

*Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercicio da lavoura, para as artes fabris, para os varios misteres da sociedade 'saibam*

<sup>123</sup> A REVELAÇÃO n.38, 14-5-1853, p.4, c.2 (os grifos não são do original)

ler', não queremos que elles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisso a vida, para serem grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos . Cumpre ter idéias mais justas da instrução que recebemos, e dos resultados que dela pretendemos obter. O nosso fim é tão somente que cada individuo tenha os meios de empregar com maior proveito seu e da sociedade, as faculdades que Deos lhe concedeu; (...) Os meninos que freqüentam as escolas elementares, tirão desde logo a grande utilidade de livrar-se da ociosidade, da distração e dissipação do espirito dos perigos de uma vida vaga e desocupada, da inclinação ao jogo e aos folguedos tumultuosos daquela idade.(...) a simples instrucção de ler, escrever e contar , desenvolve, pouco ou muito, suas faculdades, e lhes dá um certo grao de cultura moral. (...)

Temos visto pessoas, aliás sensatas, recear a propagação do ensino popular, por um bom estranho motivo. - Dai educação (dizem elles) ao filho do artífice, de um agricultor: ele deixará logo a profissão de seu pai. Quando a instrução se fizer commum, ninguém quererá exercer officios humildes e laboriosos. Se um homem rico (por exemplo) chamar á sua casa o filho de seu feitor, ou de um official pobre, o mandar educar com os seus próprios filhos, o fizer trajar vestidos ricos e preciosos, lhe fizer aprender as linguas cultas, e as artes de luxo, naturalmente parece que o menino venha por tempo a desdenhar o estado, a vida, o officio de seu pai, que lhe seja penoso e repugnante lançar mão á enchada; que senão julgue igual, mas superior, aos seus visinhos, e até que venha a desejar e a pretender empregos elevados. Mas se aquelle homem rico tiver uma generosidade mais ilustrada; se, em lugar de dar ao menino pobre uma educação brilhante, mas perigosa, estabelecer na sua Aldea uma escola elementar, a que possam concorrer todos os meninos pobres, e aonde se não ensine estudos alguns superfluos, por certo que todos os meninos que a freqüentarem, receberão ahi principios religiosos, idéas e máximas moraes, regras de bons e virtuosos costumes; todos aprenderão a ler, escrever e contar:

*todos (...) respeitarão as obrigações religiosas, civis e domésticas: nada os excitará a abandonar (...)o ofício de seus pais: nada concorrerá para alterar essa igualdade que se deseja conservada...<sup>124</sup>*

O ensino público não deveria ser tomado como doutrina de direitos pois, desta forma, faria nascer idéias falsas e *próprias para descontentar os homens com a sua sorte, tornando-os summamente perigosos à sociedade. Uma instrução salutar deveria vincular-se à doutrina de deveres,*<sup>125</sup> - única possibilidade de prevenir possíveis revoltas e descontentamentos gerados a partir do conhecimento socializado - e pela divulgação dos próprios princípios liberais. Uma educação proveitosa e perfeita deveria assim, estar adaptada a cada povoação e a cada nível social...

*(...) diversas são as profissões que os homens abraçam, e d'ahi vem que a educação divide-se forçosamente em científica e em popular.*

*A educação popular abrange quasi todas as classes da sociedade, e todos os conhecimentos que competem à maioria dos cidadãos é por isso a mais importante. A científica ou litteraria é só para limitado numero dos que seguem carreiras especiaes.<sup>126</sup>*

O advento da ciência anunciava a possibilidade de progresso e, ao lado deste, colocava-se para a elite a necessidade de conservar a ordem. A partir daí, propunha-se a dualidade de ensino como garantia de generalização da instrução com manutenção das desigualdades. Manoel da Silva MAFRA entendia que as dificuldades enfrentadas com a educação popular na província, não eram uma questão de método de ensino ou de pouca aptidão dos mestres, conforme o Presidente Coutinho havia considerado em seu relatório do ano anterior, devendo-se sim, à imperfeição de suas bases. Dizia que a escola deveria ter seus alicerces sobre uma educação

<sup>124</sup> O MENSAGEIRO n.46, 23-2-1856, p.3, c.1 e 2

<sup>125</sup> Idem

<sup>126</sup> A REVELAÇÃO n.9, 23-10-1852, p. 2, c.1 (os grifos não são do original)

profissional, oferecendo-se a cada grupo social a instrução que lhe conviesse e própria dos diversos misteres da vida.<sup>127</sup>

No periódico liberal *O Cruzeiro do Sul* citava-se a reforma de ensino ocorrida na França, cuja reformulação havia sido uma decorrência dos problemas causados ao país, pelo fato de se ter outrora, concretizado um ensino único: *um ensino que não era posto em relação com a posição na qual o menino era nascido, nem com a carreira que deveria percorrer, [um ensino que não colocava em acordo] o estado presente e conhecido do aluno nem com seu estado possível no futuro!* Semelhante instrução pública, escrevia-se, havia incitado esperanças e ilusões criando transtornos à ordem.<sup>128</sup> O fato não explicitado nesse artigo - pois sendo destinado à elite do Desterro, obviamente não teria razão de ser - era o de que os prejudicados com a socialização do saber, naquele momento histórico, eram uma minoria que não abria mão de seus privilégios. E, mirando-se na experiência européia, tomava-se providências para evitar aquilo que se considerava um erro cometido pelos “mais civilizados”:

*Um dos grandes defeitos da instrução refinada, e da civilização quasi excessiva da França, é de ter feito desaparecer o sentimento religioso, á proporção que a intelligencia se desenvolve a instrução primaria particularmente, servio de **propaganda** ao espirito de revolta, porque tem ella negligenciado de apresentar-se debaixo dos auspicios da religião.*<sup>129</sup>

A França à qual se aderiria, tinha como referência, conforme já observou Ilmar de MATTOS, o Império Napoleônico, com sua tendência autoritária e centralizadora e a Monarquia de Julho (1830 a 1848), com a reforma educacional de Guizot de 1833,

<sup>127</sup> O CONSERVADOR n.361, 5-10-1855, p.2, c.2

<sup>128</sup> CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.3, c.1

<sup>129</sup> Idem, p.2, c.1 (os grifos são do original)

inspirada e em parte realizada pelo filósofo eclético Victor Cousin.<sup>130</sup> O catarinense Manoel da Silva MAFRA, referindo-se a Cousin em artigo publicado em *O Conservador*, de outubro de 1855, considerava-o um dos maiores sábios da França.

É possível também que o projeto reacionário de Falloux, transformado em lei em 1850 na França, tenha servido de inspiração ao nosso sistema de ensino. Tal reformulação, entre outras questões, restaurava o velho domínio religioso sobre os indivíduos que a Revolução Francesa de 1789 havia suprimido.<sup>131</sup> Considerava-se que um dos problemas da instrução na França de outrora, era o fato da maioria dos professores franceses estar profundamente imbuída de princípios revolucionários e, deste modo, *todas as fontes onde as novas gerações populares ião beber a vida intellectual estavam invenenadas por antecipação!*...<sup>132</sup> No mesmo texto, chama-se a atenção para a importância da moralidade religiosa dos professores primários, considerando-se que *as impressões da infancia nunca se apagam*.<sup>133</sup> A religiosidade dos mestres possibilitaria uma boa formação moral da população atendida e seu distanciamento de uma vida viciosa.

Bons professores seriam capazes de realizar coerentemente o nexos entre instrução e educação. Para tanto mereceram da imprensa artigos dedicados à prescrição de uma boa conduta, notas de reivindicação de melhores condições salariais e da necessidade de inspeção de seus trabalhos. A insistência na necessidade de um Diretor Geral da Instrução e a importância dada a função é indicadora da urgência em colocar os professores e suas aulas sob um olhar.

Uma das condições para que o candidato ao magistério fosse admitido como professor, era a apresentação de um atestado de

<sup>130</sup> MATTOS, Ilmar R. de. op. cit, p.260

<sup>131</sup> LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Instrução Pública*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p.60 a 68

<sup>132</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.77, 9-12-1858, p.3, c.1 e 2

<sup>133</sup> Idem, p.3, c.2

bons costumes assinado pelo páraço e pela autoridade policial do local onde tivesse residido nos últimos três anos. Da mesma forma, estava impossibilitado de nomeação como professor, o indivíduo que tivesse sofrido *pena de galés*.<sup>134</sup> A indoneidade moral apresentava-se assim, como qualidade essencial já que, antes de instrutor, o professor deveria ser educador no sentido de formador de corações tomando-se em consideração que a *instrução sem educação* [seria] *até quiça perigosa*.<sup>135</sup>

Diante dos interesses confiados aos professores, estes tornavam-se para a sociedade, no entender do editor de *O Mensageiro*, *um poderoso instrumento de civilização e prosperidade, ou um flagelo destructor, derramando por toda parte os germens da corrupção e de morte*<sup>136</sup>. Em 1856, tratou-se de traduzir a obra *Curso Prático de Pedagogia*, do francês Daliguault, destinado aos alunos de escolas normais primárias, aspirantes ao magistério e professores em exercício. Tal tarefa coube a Francisco de Paula Marques de Carvalhos e, embora essa obra tenha sido distribuída aos professores somente na década de 1870, a imprensa publicou parte do livro em 1856, do qual destaca-se:

(...) *o Preceptor, verdadeiramente digno deste nome, dá as famílias meninos laboriosos, instruídos e dedicados; ao Estado cidadãos virtuosos e uteis; à Igreja fieis, e sanctos ao Ceo; porque trabalha igualmente para o temporal, e para a eternidade...*<sup>137</sup>

Tratava-se assim de comprometer os professores com uma espécie de *sacerdocio social*<sup>138</sup>, que eles deveriam exercer em nome da ordem e do progresso social, como apóstolos da religião e da civilização ao mesmo tempo.

<sup>134</sup> Coleção de leis Provinciais de Santa Catarina. Lei nº417 de 6-5-1856

<sup>135</sup> O ARGOS n.175, 22-8-1857, p.3,c.2

<sup>136</sup> O MENSAGEIRO n.65, 3-5-1856, p.3, c.2

<sup>137</sup> O MENSAGEIRO n.65, 3-5-1856, p.4, c.1

<sup>138</sup> O CRUZEIRO DO SUL n.5, 21-3-1858, p.3, c.1

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise de artigos publicados nos jornais do Desterro na década de 1850 pode-se constatar uma grande importância dada a institucionalização da educação a qual vinculava-se aos propósitos de conquista de civilização. A elite dirigente do Desterro tinha o objetivo de acompanhar, ainda que de longe, os países civilizados da Europa e, especialmente pela educação, tal projeto poderia ser viabilizado. Na difícil caminhada rumo à civilização e ao progresso os governantes depositavam sobre a educação (ausente ou defeituosa) a causa das dificuldades enfrentadas.

Buscar compreender a educação num espaço e tempo determinados é compreender um pouco mais este mesmo espaço e tempo. Desterro teve um contato relativamente fácil com os grandes centros do país e do mundo devido a condição portuária da cidade, o que facilitou a informação e a recepção de novos valores culturais. Tal situação, por outro lado, facilitava os surtos epidêmicos e ocasionava, o que era tido como desordem urbana, desencadeando a necessidade de controle sobre a população em geral e, em especial, sobre os "sem família". A segurança pública, muito almejada naquele período, significava tanto o controle das epidemias - que poderiam dizimar a população -, como o controle da insubordinação - que poderia levar a perda do controle político.

Os despossuídos e excluídos da cidadania foram, muitas vezes, qualificados como vadios, vagabundos ou ignorantes e tratados pela imprensa como elementos nocivos aos bons costumes. Os hábitos desta maioria alheia ao projeto civilizador eram rechaçados e sofriam

um processo de inferiorização diante do paradigma europeu. Enraizados em seu grupo social e conservando seus hábitos e usos de origem, grande parte da população constituía-se numa força em movimento imprevisível. Tal situação demandava controle. As autoridades percebiam que as práticas punitivas eram insuficientes ou ineficientes, além do que, o uso da força (recrutamento, prisões e castigos) estava associado aos tempos coloniais e não condizia com uma sociedade pretensamente civilizada. Era preciso buscar nas instituições existentes os meios de prevenir os males e, ao mesmo tempo, obter legitimidade ao Estado altamente elitizado e centralizado assegurando o controle da maioria desclassificada da ordem pública.

Ao imaginar-se na trilha da civilização temia-se a decadência moral, as “ambições desenfreadas” e a perda do controle político. A imprensa imbuída da tarefa moralizadora e civilizadora, denunciava atitudes consideradas impróprias (também os membros das famílias “de bem” eram vigiados e controlados) e buscava fiscalizar a administração pública. A elite dirigente entendia que a educação conduziria à felicidade pública representada por uma vida saudável, regida por leis garantidoras da segurança na caminhada rumo ao progresso. Através dela forjar-se-ia um sujeito útil e moral, cidadão disposto a colocar-se à serviço dos “interesses da Nação”. Apostava-se assim, na ação educativa, como meio e condição para constituir-se homens virtuosos, os quais seriam identificados pelo acato às leis, pelo reconhecimento e respeito às autoridades, por um comportamento benevolente e polidez nas atitudes.

A consolidação do domínio de um grupo social se verifica pela capacidade que seus interesses têm de se tornarem comuns. Isso se dá, sobretudo, pela educação. Conforme observou Antonio GRAMSCI, toda relação hegemônica é uma relação pedagógica. No período estudado constatou-se que a Igreja mantinha uma importante função educativa mas, da análise dos artigos educacionais veiculados

pela imprensa, destacaram-se a instituição escolar e familiar, lado a lado em grau de importância sendo comprometidas com a formação dos futuros cidadãos. Pelos artigos veiculados pelos jornais percebe-se o importante lugar político confiado a estas duas instituições consideradas pela elite dirigente, agentes eficazes na formação do caráter nacional e, nesta medida, destinadas a forjar o cidadão brasileiro.

Educar a população em geral e, antes de tudo, o próprio grupo dirigente tornava-se uma necessidade aos governantes do Brasil da época, dada a ebulição de diferentes posições e idéias no país e no mundo. O próprio governo central propunha, naquele momento histórico brasileiro, a Conciliação Partidária como forma de obter a unidade da elite dirigente em torno de projetos comuns. A estabilidade no poder dependia da organização de um mínimo de consenso em torno da nova ordem que se buscava construir.

Pode-se constatar um interesse pelo que se passava no interior das famílias e o objetivo de intervir na formação efetuada no lar: *O que por ahi se passa de telhas abaixo só Deos sabe!*<sup>1</sup> Na constituição do espaço público, o governo imperial necessitava quebrar o monopólio dos pais sobre os filhos, estes não deveriam mais ser considerados propriedade dos pais, mas sim, constituírem-se em cidadãos brasileiros, dispondo-se ao serviço dos "interesses nacionais." Neste processo e tentativa de sobrepor-se aos particularismos da casa, a mulher era elevada a condição de educadora e chamada a executar uma importante tarefa moralizadora. Assim, os progenitores sofriam também um processo de formação e controle.

O desprezo pelo trabalho manual decorrente da manutenção do trabalho servil, acentuava a oposição entre ilustrados

<sup>1</sup> O ARGOS n.65, 15-8-1856, p.2, c.2

- os quais tinham acesso aos cargos e empregos elevados -, e a população livre, destituída de formação intelectual - que disputava trabalho com os escravos. Porém, neste processo de afirmação da civilização burguesa, instalava-se a urgência de alteração na visão depreciativa do trabalho, atacando-se o estigma sobre a atividade técnica e manual. Levantavam-se propostas de uma educação técnica e de formação profissional, com críticas ao ensino clássico humanista, indicando que a transformação dos ideais pedagógicos acompanhava as transformações da própria sociedade.

A propagação da instrução era, ao mesmo tempo, indício de civilização e condição para o progresso e, então, o ensino deveria ser estendido ao maior número possível de habitantes. Para se manter a sociedade afastada do atraso e da barbárie a educação tornara-se uma necessidade mas, por outro lado, representava um perigo: *A educação he a causa e o fim das revoluções.(...) pode preparar um povo para a anarquia ou para a ordem...*<sup>2</sup> Explicitava-se assim, o caráter ambíguo da educação: indispensável, todavia perigosa, ela precisaria ser filtrada e ministrada em doses homeopáticas. A própria escola deveria servir, neste tempo de irradiação dos princípios liberais (liberdade, igualdade de oportunidades, direitos individuais), como um freio às ambições. Pela concretização de uma escola dualista controlar-se-ia o caminho ao progresso. Deste modo, a maioria da população seguiria alienada da cultura intelectual enquanto a camada social dominante usufruía do conhecimento em seu favor.

O ideal de um ensino diferenciado remete a forma como se organizava o poder no sistema político elitizado do Império. A elite dirigente respondia pelos interesses e de acordo com os valores da minoria que representava. A concepção de mundo da elite, como de qualquer outro grupo social, se produz em sua práxis, na forma como este grupo social se relaciona com os demais. E a prática social do

<sup>2</sup> O ARGOS n.112, 5-2-1857, c.2

grupo no poder, além de extremamente elitista, caracterizava-se por uma monarquia hereditária, centralização administrativa, voto censitário e submissão da Igreja ao Estado. Direcionada ao controle e manutenção de seu poder político, esta elite tinha como principal objetivo conter os “excessos”, pois entendia que os “benefícios da civilização” poderiam levar à anarquia comprometendo a tranqüilidade, a propriedade e a segurança daqueles incluídos na vida pública e caracterizados como “a gente de bem”. Neste sentido, bem ressaltou Sérgio Adorno ao destacar que, para a elite dirigente do Brasil Imperial, a liberdade associava-se a modernização e progresso enquanto, democracia vinculava-se diretamente a anarquia.<sup>3</sup>

Assim, se um espaço civilizado exigia que as “luzes” estivessem difundidas, por outro lado, estas não precisariam chegar a todos da mesma maneira. Deste modo, no sistema público de ensino em constituição, a formação intelectual de fato, seguiria restrita aos membros da elite enquanto a grande maioria receberia apenas um verniz social, uma educação com ênfase na “formação do coração” pois, se a virtude era necessária a todos, o conhecimento não o era. E, sendo a formação intelectual qualificadora do sujeito que a ela tinha acesso o progresso individual estaria ao alcance de poucos, permanecendo a sociedade distanciada dos princípios democráticos.

---

<sup>3</sup> Conf. ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.47

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

### Textos da época:

#### Jornais: Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina:

O Novo Iris - 1850-1851  
A Revelação - 1852-1853  
Correio Catharinense- 1852-1853  
O Conservador- 1855  
O Mensageiro- 1856  
O Argos - 1856 a 1859  
Cruzeiro do Sul- 1858-1859  
O Santelmo - 1858  
Bota - Fogo - 1858

#### Relatórios de Presidentes da Província:

Relatório Dr. Antonio Pereira Pinto, 30-11-1849, Desterro, Typographia Provincial, 1849

Falla Dr. João José Coutinho - 1º de março de 1851 - Desterro, Typographia do Novo Iris, 1851

Relatórios do Presidente da Província, João J. Coutinho, apresentados à Assembléia Legislativa, de 1852 a 1859

#### Livros:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed.USP, 1980.

Autores diversos. *Ilha de Santa catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*; compilado por Paulo Berger, 2.ed. Florianópolis, Edit. UFSC/ Assembléia Legisltiva, 1984

BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1829 (Reimpressa na Livraria Central, Florianópolis, 1932).

COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória Histórica da Provincia de Santa Catharina*. Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1877.

DUTRA, Marcelino Antonio. *Assembléa das Aves*. Rio de Janeiro: Typ. do Mercantil, 1847.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem a Curitiba e Provincia de Santa Catarina*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia - São Paulo: Ed.USP, 1978.

#### Bibliografia de apoio:

##### Artigos:

ADORNO, Sérgio. Educação e Patrimonialismo. In: *Cadernos Cedes* n.25, Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991

BOITEUX, José Arthur. Os Partidos Políticos de Santa Catarina, 78. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite. In: *Revista do Instituto Histórico - 1º Congresso de História Nacional*.

BOITEUX, Lucas A. A Imprensa em Santa Catarina. In: *Jornal O Estado*, Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, 1915 (Texto datilografado).

CABRAL, Oswaldo A Imprensa de Santa Catarina. In: *Jornal A Ponte*. Florianópolis. Nº 89, 1ª semana de maio, 1981, p. 4-6.

CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FENELON, Déa Ribeiro. *Fontes para o estudo da industrialização no Brasil-1889-1945* In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, 2 (3), 1982

FOLHA DE CULTURA, *Jornal da Fundação Franklin Cascaes P.M.F.*- Ano, Nº10, maio-junho de 1995.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. O Presidente João José Coutinho - criador da Biblioteca da Província de Santa Catarina. In: *Catálogo de Jornais Catarinenses: 1850-1889*. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, FCC, 1990.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Pontos de investigação, teoria e método em uma pesquisa histórica em educação*. Mimeo.

PEDRO Joana M. *Nas tramas entre o público e privado: A Imprensa de Desterro (1831-1889)*. Florianópolis: mimeo, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, 2ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1981.

#### Livros:

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral - Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado, PUC, São Paulo, 1989.

ALENCAR, Francisco; CARPI, Lucia e RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)*. Trad. de Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989

AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura (Parte Terceira da 5ª edição da obra "A Cultura Brasileira."* São Paulo: Ed. Melhoramento; Brasília: INL, 1976.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4ª ed. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: UnB, 1992.

CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Destêrro - Memória*, v.1 e 2, Florianópolis: UFSC, 1972.

- CABRAL, Oswaldo R. *Nossa Senhora do Destêrro* - Notícia, v.1 e 2, Florianópolis: UFSC, 1972.
- *Os Juizes de Fora* (Nossa Senhora do Destêrro) Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.
- *Os Jesuitas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província*. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.
- CALLADO JR., Martinho. *Imprensa Catarinense resumo histórico 1831-1969*. In: EL-KHATIB, Faissal (org.) *Historia de Santa Catarina*. v. III. Curitiba: Grafipar, 1970.
- CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis* - Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Trad. de Nícia Adan Bonatti, Campinas, SP: Papirus, 1994.
- CHIZZOTTI, Antonio. *As Origens da Instrução Pública no Brasil* - Análise interpretativa da legislação pública nas origens de sua constituição, seus pressupostos e as implicações para a filosofia da educação, São Paulo: PUC, 1975 (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes*. Trad. de Ruy Jungmann, Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano*. Florianópolis: Secretaria da Educação, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- *Concepção Dialética da História*. 9ª ed., trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

- GOULART, Janete Jane. *A Instrução Pública Elementar na Província de Santa Catarina - 1834 -1889*. Dissertação (Mestrado), Florianópolis: UFSC, 1992
- HESPANHA, António Manuel. *Prática Social, Ideologia e Direito nos séculos XVII a XIX*. Separata de Vértice N° 340-342, Coimbra: Atlântida, 1972.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. 5ª ed., trad. de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- *A Era do Capital: 1848-1875*. 4ª ed., trad. de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Monárquico*, Tomo II, 2o. vol. 5a. ed., São Paulo: Difel, 1985
- HÜBENER, Laura Machado. *O Movimento Comercial do porto de Nossa Senhora do Desterro no século XIX*. Florianópolis : UFSC, 1979 (Dissertação de Mestrado).
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 5ª ed., trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KLUG, João. *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro - Florianópolis*. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *Memória - História*, Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1994
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação Pública*. Trad. de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 3ª ed., trad. de Gaetano Lo Monaco, São Paulo: Cortez, 1992.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Páginas Catarinenses*. 3ª ed., Campinas: Pontes, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema - A formação do Estado Imperial*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1990.

MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1988.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Mimeo

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *Os Filhos da Falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887)*, Dissertação (Mestrado), São Paulo: PUC, 1990

PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

PIAZZA, Walter F. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC / Resenha Universitária, 1975.

----- (org.). *Dicionário Político Catarinense*. 2ª ed., Ass. Legislativa do Estado de S.C., 1994.

PINTO, Roquette E. *Glória sem rumor*. 2ª ed., Blumenau: SEC, 1979.

RAMOS, Nilton João. *Relações Históricas entre Igreja e Estado: A formação do pensamento educacional catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Joel Rufino dos. *O Dia em que o povo ganhou*. São Paulo: Círculo do Livro.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja, Elites dirigentes e Catolicismo popular em Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages-1889-1920.*, São Paulo: USP, 1993 (Tese de Doutorado).

SILVA, Geraldo Bastos. *A Educação Secundária (Perspectiva histórica e teoria)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, J. Ferreira da. *Fritz Müller (Bio-bibliographia de um grande cientista)* Rio de Janeiro: Edições Alba, 1931.

SNYDERS, Georges. *Pedagogia Progressista*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.

- SOARES, Iaponan. *Marcelino Antonio Dutra - Um aspecto formativo da Literatura Catarinense*. Porto Alegre: Sulina, 1970
- S. THIAGO, Raquel. *Fourier: esperança e utopia na Península do Sai*, Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981
- VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: Memória Urbana*. Florianópolis: UFSC / Fundação Franklin Cascaes, 1993
- WARDE, Mirian Jorge. *Liberalismo e Educação*. Tese (Doutorado) São Paulo: PUC, 1984
- XAVIER, Maria E. S. P. *Poder Político e Educação de Elite*. São Paulo: Cortez, 1980

**ANEXO A**

Relação dos artigos educacionais, a origem e a seção do periódico em que foram publicados:

<b>JORNAL</b>	<b>TÍTULO OU ASSUNTO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>SEÇÃO</b>
O Novo Iris 18-6-1850	Os Jesuítas e o Brasil	Desterro	
O Novo Iris 20-9-1850	(a educação e o Estado)	Desterro	Editorial
O Novo Iris 20-9-1850	(ensino agrícola)	Transcrição do Mercantil de Santos	Editorial
O Novo Iris 18-10-1850	A educação feminina		Variedades
O Novo Iris 19-11-1850	Instrução	Desterro	Editorial
O Novo Iris 22-11-1850	(instrução moral)	Desterro	Editorial
O Novo Iris 26-11-1850	(instrução científica e moral)	Desterro	Editorial
A Revelação 23-10-1852	A Educação da Mocidade	da Revista Museu Nacional	
A Revelação 9-10-1852	A Religião e o Governo	do Noticiador Católico	
A Revelação 23-10-1852	A Educação da Mocidade	Transcrição do Museu Nacional	
A Revelação 30-10-1852	Idem - continuação	Idem	
A Revelação 6-11-1852	Idem - continuação	Idem	
A Revelação 23-4-1853	da Educação sobre os costumes de uma Nação	Transcrição do Museu Nacional	
A Revelação 14-5-1853	Da instrução em relação aos deveres do homem	Transcrição do Panorama	
A Revelação 18-6-1853	Idem - continuação	Idem	
A Revelação 25-6-1853	Idem - continuação	Idem	
Correio Catharinense 4-5-1853	A educação antiga e a moderna		
Correio Catharinense 9-2-1853	Inspeção das Escolas	Desterro	
O Conservador 26-1-1855	A Educação e a Instrução	Transcrição do Jornal do Comércio	Variedades

O Conservador 30-1-1855	Instrução Pública	Transcrição do Jornal do Comércio	Variedades
O Conservador 17-4-1855	O Método Castilho	Correio de Vitória	
O Conservador 20-4-1855			
O Conservador 5-10-1855	Instrução Pública	Manoel da Silva Mafra, da Facul- dade de Direito de São Paulo	
O Mensageiro 23-2-1856	A Instrução Popular	Trancrição do Recreador Minei- ro	
O Mensageiro 3-5-1856	Dignidade das funções do preceptor primário	Manual do francês Daligualt	Publicação à pedido
O Argos 1-2 -1856	Educação	Desterro	Editorial
O Argos 8-1-1856	Instrução Secundária	Desterro	
O Argos 8-2-1856	Instrução Pública	Jornal do Comércio	
O Argos 22-7-1856	Instrução Secundária (crítica à nomeação de professores)	Desterro	Editorial
O Argos 29-7-1858	(críticas à admissão de professores protestantes)	Desterro	
O Argos 5-8-1856	Instrução Secundária (críticas à nomeação de porteiro para o Liceu)	Desterro	Editorial
O Argos 15-8-1856	(críticas ao modo co- mo são providas as cadeiras de instrução primária)	Desterro	Editorial
O Argos 15-8-1856	A educação das jovens	Transcrição do Monitor Campista	
Idem	Criticas ao suprimen- to das cadeiras de instrução primária	Desterro	
O Argos 19-8-1856	A educação dos jovens	Transcrição do Monitor Campista	Editorial
O Argos 29-8-1856	A educação dos jovens	Transcrição do Monitor Campista	
O Argos	A educação dos	Transcrição do	

2-9-1856	jovens (métodos de ensino)	Monitor Campista	
<b>O Argos</b> 3-2-1857	Educação Religiosa	Transcrição da Semana	
<b>O Argos</b> 6-2-1857	Educação Religiosa: Instrução, Ensino e Educação		
<b>O Argos</b> 7-4-1857	Aprendizes Marinheiros	Desterro	
<b>O Argos</b> 18-7-1857	Instrução Pública: Das disposições que uma mestra deve ter no exercício de suas funções		
<b>O Argos</b> 22-8-1857	A Instrução Pública e a Educação	Transcrição do Progressista	
<b>O Argos</b> 4-12-1857	A Educação		
<b>O Argos</b> 29-12-1857	Relação dos aprovados na aula particular de J.J. Lopes	Desterro	
<b>O Argos</b> 8-6-1858	Escola de aprendizes marinheiros		
<b>O Argos</b> 19-6-1858	Educação e Instrução		
<b>O Argos</b> 20-7-1858	Educação Feminina: Duas vantagens para o Brasil	Transcrição do Guayba	
<b>O Argos</b> 22-7-1857	(crítica a admissão de professores protestantes)	Desterro	Editorial
<b>O Argos</b> 27-7-1858	O Sacerdote, o Mestre e o Magistrado	Transcrição de A Imprensa	
<b>O Argos</b> 5-3-1859	Catecismo para uso das moças que desejarem casar	Trancrição do Francês	Variedades
<b>O Argos</b> 14-5-1859	A Direção geral	Desterro	Editorial
<b>O Argos</b> 14-5-1859	Instrução primária na Alemanha		
<b>O Argos</b> 21-6-1859	A direção geral da instrução primária da nossa província	Desterro	Editorial
<b>O Argos</b> 28-7-1859	Miséria Pública	Transcrição do Auxiliador da In-	

		dústria Nacional	
O Argos 22-10-1859	A situação da Provincia	Desterro	Editorial
O Argos 29-11-1859	O Brasil em 1859	Transcrição da Lei	
Santelmo 22-8-1858	(os professores pro- testantes)	Desterro	Editorial
O Argos 29-11-1859	O Brasil em 1859	Transcrição da Lei	
O Cruzeiro do Sul 11-3-1858	Instrução Pública: Idéias gerais		
O Cruzeiro do Sul 18-3-1858	Instrução Pública: Inspeção Geral		
O Cruzeiro do Sul 24-3-1858	Gratificações à professores		
O Cruzeiro do Sul 24-3-1858	Instrução Primária (método mnemônico)	Desterro	
O Cruzeiro do Sul 17-6-1858	Educação	Desterro	Editorial
O Cruzeiro do Sul 15-8-1858	Resposta às críticas do Argos em relação aos prof. alemães.	Desterro	Editorial
O Cruzeiro do Sul 5-9-1858	O Mestre Escola	Transcrição do Correio Mercantil	
O Cruzeiro do Sul 1-7-1858	Relatório do Hospital de Caridade - Colé- gio de Meninas e Aula de Meninos	Desterro	
O Cruzeiro do Sul 26-9-1858	Escola Mnemônica	Desterro	
Cruzeiro do Sul n.47	(escola de aprendizes marinheiros)	Desterro	
O Cruzeiro do Sul 25-11-1858	(escola de aprendizes marinheiros)	Desterro	
O Cruzeiro do Sul 28-11-1858	(escola de aprendizes marinheiros)	Desterro	
O Cruzeiro do Sul n.47	Companhias de me- nores (marinheiros)	Bitencourt Cotrin Desterro	
O Cruzeiro do Sul 9-12-1858	Instrução Pública	Desterro	

<b>O Cruzeiro do Sul</b> 12-12-1858	Instrução Pública	Desterro	
<b>O Cruzeiro do Sul</b> 30-12-1858	Vida da Mulher	Desterro	
<b>Cruzeiro do Sul</b> 16-1-1859	Bibliotheca Publica da Provincia		
<b>Cruzeiro do Sul</b> 2-1-1859	Instrução Pública	Desterro	Comunicado
<b>Cruzeiro do Sul</b> 4-5-1859	(retrospectiva acerca do ensino secundário durante o governo de Coutinho)	Desterro	
<b>Cruzeiro do Sul</b> 15-12-1859	(divulgação do nome dos alunos aprovados no Liceu Provincial)	Desterro	

## ANEXO B

## Poesia dedicada "por hum christão" à "Eleitoral Sociedade Christã"

Companheiros, vem chegando  
O dia da grande gloria  
A's urnas vamos buscar  
Nossa palma de vitória.

Da batalha o campo é a Urna,  
E a Lista nossa espada,  
-Deos protege a Christandade-  
Eis a divisa sagrada.

Por nós termos a justiça,  
A Lei, e a Autoridade,  
Que garante ao Cidadão  
Do seu voto a liberdade.

Não se temão violencias  
Prisões, nem *recrutamento*;  
A Lei e o Rei não querem  
No voto constrangimento.

Do Brasil sabio Governo  
Dá-nos toda a liberdade:  
Quer deputado que seja  
Filho da nossa vontade.

Apenas a nossa Bandeira  
Subir ao som do Clarim,  
De triunfo alegres vivas  
Ao combate darão fim

Entre angustia e confusão  
Vereis a triste Israel  
Puxando o carro triunfante  
Do justo Povo fiel.

E vós, ó gentis Beldades  
Que adornaes nosso partido,  
Quem resista a taes encantos  
Como tendes consentido

Vosso jugo é rijo e forte,  
Porém, mais doce que o mel:  
Por vós pelejão christãos,  
A vós se curva Israel.

Ensinai vossos filhinhos  
A diser - Eu sou Christão-  
Este nome santo e doce  
Regosija o coração.

Quanto é bello ver a esposa  
Embalando o seu menino,  
Com voz terna e maviosa  
Dos christãos cantar o hymno!

Não troquemos nosso nome  
Que he mais doce que o Amor:  
Antes ser christo vencido  
Do que judêo vencedor.

E vós, amados patricios,  
Que seguis outras bandeiras  
Despresai a synagoga  
Entraí em nossas fileiras.

Não somos ambiciosos,  
Pois contando com a victoria  
Queremos que os amigos  
Tenhão parte em nossa gloria.

Não queremos porém *Mouros*;  
Ou bem Judêo ou Christão:  
Quem quer ser ambas as cousas  
Não he gralha nem Pavão.

Si houver constancia, união,  
Prudencia e respeito á Lei  
Póde já cantar victoria  
A Christã valente Grey.

Soframos com paciencia  
Do inimigo os *enfados*,  
Pois no dia do triunfo  
Ficaremos bem vingados.

De Novembro o dia sete  
Dará praser sem igual  
Pondo fim ao labyrintho  
Da batalha eleitoral."

## ANEXO C

ANO II.

DESTERRO. — QUARTA-FEIRA 6 DE SETEMBRO DE 1854.

**CORREIO CATHARINENSE.**  
 Publica-se ás Quartas-feiras,  
 signa-se nesta Typ., onde  
 recebem quaesquer arti-  
 cullos, escriptos com decencia,  
 e não se involvam na vida  
 da de pessoa alguma, e  
 e venham desvotamente le-  
 lisados; e assigna-se tam-  
 n nas casas dos Srs. Ama-  
 José Pereira, rua Augusta  
 55, e Anastasio Silveira de  
 122, Largo do Palácio, ca-  
 n. Serão inseridos gratis  
 annuncios dos Srs. Assize-  
 res que não excederem de  
 1 linha, e pagarão 50 rs.  
 cada uma das que exce-



derem. Os e-  
 siguientes pag-  
 larão. O preço  
 40 rs. por  
 por semestre,  
 dos. Numero 7  
 Partida dos  
 S. Francisco e  
 meliarias nos  
 chegadas nos  
 Para a Laguna  
 terminadas u-  
 e chegadas n-  
 á excepção de  
 reiro, que a  
 é no dia 2 de  
 lages nos dias  
 gadas nos dias

## O CORREIO CATHARINENSE.

### O CORREIO CATHARINENSE.

#### A Imprensa.

Quando acompanhamos pelo pensamento  
 marcha triumphante do espirito humano  
 entre as trevas e os densos nevoeiros do  
 ou da ignorancia; quando attentamos  
 as victorias do espirito sobre a materia;  
 admiramos hoje as grandes invenções,  
 as radiadas luzes, os uteis conhecimentos  
 nossos sabios, não podemos deixar de  
 confessar que a maior parte, senão todos es-  
 benéficos resultados, são filhos da im-  
 presa! A imprensa é a duradoura tela, ou  
 se pinta, onde se retrata o passado com  
 as glorias, seus erros e suas verdades; é o  
 relho onde se reflecte o presente; é o guia,  
 e nos aponta e mostra o futuro!

Os feitos dos grandes homms, as canções  
 moniosas dos poetas, as grandes virtudes  
 a sempre serão esquecidas se a imprensa  
 não encarregasse filmente de as guardar!  
 nomes de Virgilio, Camões, Doute e ou-  
 a não ser a imprensa estariam esqueci-

dos, e os seus doces cantares não farião hoje  
 um dos mais bellos ramalhetes dos jardins da  
 litteratura!

Abstrahi da imprensa, aniquilai esse glo  
 da immensa cadêa, que liga o presente ao  
 passado, as meditações dos sabios de um se-  
 culo ás dos sabios de outros seculos, abstrahi  
 da imprensa, e a humanidade tateará nos  
 trevas do dia sem sol, na escuridão da noite  
 sem astros! Estacionaria no presente, con-  
 servando apenas reminiscencias das glorias do  
 passado, nada preparará para o futuro, e os  
 vindouros sô terão por legado a rotina de se-  
 us pays.

O progresso e civilização são fructos dos  
 pensares e meditações dos sabios, e sem a  
 imprensa esses pensares e meditações fican-  
 ão sepultadas nas mudas paredes do gabi-  
 nete, ou confiadas a bem poucos, que a seu  
 turno as não poderão vulgarisar. Então o  
 progresso e a civilização marcharião a passos  
 lentos.

Os diversos fins da vida do homem estão  
 de tal sorte harmonisados, a sua dependencia  
 uns dos outros é tal, que o aperfeçoamento  
 de um fim especial é condição do desenvolvi-  
 mento de outro. Demais esses fins são tan-

vastos, que as forças de um sô são  
 incapazes de conseguil-os. E' pois  
 o concurso de muitas intelligen-  
 forças, das luzes de um grande  
 ra alcançal-os. A imprensa é in-  
 mente o mais forte auxiliar nesi  
 E' ella que tem levado as sciencias  
 a industria a aação de perfeição  
 ahiuramos, porque a imprensa  
 as forças, os talentos, os esfor-  
 viduos para a grande obra da  
 A imprensa é o vi-o sagrado, que  
 perfumes das intelligencias. O  
 presente, as concepções da im-  
 fructos da intelligencia, o ideal  
 tico, o real, o verdadeiro, tu  
 damano da imprensa. Ella cont  
 especialmente para o desenvol-  
 elemento social, estrita e mult  
 lações dos individuos e dos povos  
 pelo pensamento, já que unidos  
 ser pelo espaço!

Se comt venos a imprensa é um  
 obra e a aação do progresso em ge-  
 legia a sua grande politica a sua im-  
 a sua missão não é menor. A im-  
 breva deste ponto de vista já o d